



UnB

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Estudos Latino-americanos - ELA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas

IRIDIANI GRACIELE SEIBERT

**FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS A LUTA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

BRASÍLIA
2019



UnB



IRIDIANI G. SEIBERT
**FEMINISMO
CAMPONÊS
POPULAR**

**CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS
A LUTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

BRASÍLIA
2019

Este desenho foi elaborado pela primeira vez no I Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, realizado em março de 2015, por Mayra Ferreira de Souza, como resultado do trabalho dos grupos focais, e reeditado pela mesma autora, em fevereiro de 2019, para uso como apresentação desta dissertação. Agradecer a mesma pela sua colaboração na elaboração desta linda arte que expressa visualmente a beleza desta construção política e teórica do feminismo camponês popular estudado nesta dissertação.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Estudos Latino-americanos - ELA
Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas

IRIDIANI GRACIELE SEIBERT

**FEMINISMO CAMPONES E POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS A LUTA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados Sobre as Américas.

Orientador: Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion

BRASÍLIA
2019

IRIDIANI GRACIELE SEIBERT

**FEMINISMO CAMPONES E POPULAR:
CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS A LUTA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Brasília, 27 de fevereiro de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion – ELA/UNB
(Orientador)

Prof^a. Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida - SOL/UnB
(Membro Externo)

Prof^a. Dr^a Delia Maria Dutra da Silveira Margalef - ELA/UNB
(Membro Interno)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente a todas as mulheres camponesas do MMC que direta ou indiretamente fizeram parte deste momento e de tantos outros que compartilhamos que permitiram ter este período dedicado ao estudo e elaboração e chegar a finalização e entrega desta pesquisa. Que não é o fim de um processo, mas o início de muitos outros que se construíram na perspectiva do estudo e da formação tão necessários para contribuir a construção de um novo mundo. Deixar minha gratidão a tantas mulheres, que talvez desconhecidas por muitos/as, mas que dedicaram seus dias e suas vidas a luta pelo direito a educação para todos e todas, principalmente as mulheres camponesas, tão excluídas do direito ao estudo acadêmico. Agradecer especialmente a três mulheres que incentivaram e acreditaram que seria importante ocupar o espaço da pós-graduação e que seria possível concluí-la, minhas companheiras de luta de tantos momentos Rosângela Piovizani, Juçara Martins Ramos e Michela Calaça, que estiveram apoiando nesta trajetória durante estes dois anos.

Agradecer a outra mulher camponesa também importante em minha vida e presente neste momento de elaboração, pela paciência e companhia, minha mãe, dona Eraci Seibert, que também sempre acreditou que era preciso e possível completar esta caminhada. E dela estender minha gratidão a toda minha família, irmã, irmão e sobrinhos.

Agradecer a meu orientador e demais professores do Departamento de Estudos Latino americano (ELA), pelos aprendizados, pela abertura a alguém que vem de outra área conhecimento e de atuação. Sem dúvida, todos os aprendizados, horas partilhadas, debates, leituras, orientações, ideias convergentes e divergentes foram de suma importância para os caminhos que ainda eu de trilhar e construir com a bagagem que este tempo dedicado ao estudo proporcionaram, principalmente, na militância política, esperando que servissem para qualificar a ação e contribuição na construção coletiva da luta das mulheres camponesas e por um mundo mais justo para todas e todos.

RESUMO

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) emerge em meio a luta por direitos para as mulheres do campo e com uma perspectiva de transformação das relações de gênero e da sociedade, sem se identificar com uma identidade feminista. Porém, em sua práxis política ao longo de sua história passam a perceber que suas ações e pensamento político eram a expressão de sua perspectiva feminista. Mas compreendendo a existência de uma multiplicidade de feminismos e de formas de organização e de ação dos movimentos feministas e a particularidade da prática feminista das mulheres do MMC, com identidade camponesa e inseridas nas lutas de transformação estruturais da sociedade, houve a necessidade da demarcação político-teórica de uma construção feminista própria das camponesas, o feminismo camponês popular. Para entender este feminismo partimos de conhecer a história de constituição do MMC, o contexto a partir do qual as mulheres se organizaram e as conquistas desta organização coletiva, e do processo histórico elucidamos os elementos que levam ao avanço de uma consciência de classe e de gênero para a afirmação de uma identidade camponesa e feminista, explicitando o processo de formação da consciência militante feminista das camponesas. E por último, apresentamos a sistematização dos elementos que compõe o feminismo camponês popular, demarcando seu processo de construção e apresentamos de maneira singela uma conceituação desta expressão da prática e pensamento político das mulheres camponesas do MMC. .

PALAVRAS –CHAVE: Feminismo camponês popular, Prática e pensamento político, Mulheres camponesas, Transformação social, Consciência militante feminista.

RESUMEN

El Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC) surge en medio de la lucha por los derechos de las mujeres del campo y con una perspectiva de transformar las relaciones de género y la sociedad, sin identificarse con una identidad feminista. Sin embargo, en su praxis política a lo largo de su historia comienzan a entender que sus acciones y pensamiento político fueron la expresión de su perspectiva feminista. Pero comprendiendo la existencia de una multiplicidad de feminismos y formas de organización y acción del movimiento feminista y la particularidad de la práctica feminista de las mujeres del MMC, con identidad campesina e involucradas en las luchas de transformación estructural de la sociedad, se necesitaba la demarcación político-

teórica de una construcción feminista de las mujeres campesinas, el feminismo campesino popular. Para entender este feminismo empezamos por conocer la historia de la constitución del MMC, el contexto desde el cual las mujeres se organizaron y los logros de esta organización colectiva, y del proceso histórico aclaramos los elementos que conducen al avance de una conciencia de género y clase para la afirmación de una identidad campesina y feminista, explicando el proceso de formación de la conciencia militante feminista de las mujeres campesinas. Por último, presentamos la sistematización de los elementos que componen el feminismo campesino popular, demarcando su proceso de construcción y presentando de manera sencilla una conceptualización de esta expresión de la práctica y pensamiento político de las mujeres campesinas del MMC.

PALABRAS CLAVE: feminismo campesino popular, práctica y pensamiento político, mujeres campesinas, transformación social, conciencia militante feminista.

LISTA DE SIGLAS

AGG - Agenda Global de Gênero

AIMTR/NORDESTE - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

AIMTR/SUL - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul

ALCA - Área de Livre Comércio para as Américas

AMUTRES - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

ANTR - Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais

APROSUR - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAMUTRA - Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CF – Constituição Federal

CLOC - Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo

CNPAS - Campanha Nacional de Produção de Alimentação Saudável

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DEAM - Delegacia Especializada ao Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência

EC - Emenda Constitucional

EUA – Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPPS - Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNPS - Fórum Nacional de Previdência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LVC – La Via Campesina

MMA/SC - Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

MMA/SP - Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná

MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMA - Organização das Mulheres Agricultoras

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMR - Organização das Mulheres da Roça

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAISM - Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher

PL - Projeto de Lei

PT- Partido dos Trabalhadores

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF - Programa de Saúde da Família

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TLC - Tratados de Livre Comércio

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. MULHERES CAMPONESAS CONSTRUINDO SUA PRÓPRIA HISTÓRIA.....	22
2.1. Contexto econômico e político da década de 1980 no Brasil e na América Latina.....	22
2.2. A organização dos movimentos autônomos de mulheres camponesas nos anos 1980 27	
2.3. A luta por reconhecimento e por direitos das mulheres camponesas	34
2.3.1. Direito a aposentadoria.....	34
2.3.2. Direito a saúde pública, universal e de qualidade para todos/as	35
2.3.3. Pela regulamentação dos direitos conquistados	36
2.3.4. Direito ao salário maternidade para as camponesas	39
2.3.5. Direito a documentação e cidadania	40
2.3.6. Direito ao acesso e posse da terra.....	41
2.3.7. Direito a viver sem violência.....	42
2.4. A unidade da luta das mulheres camponesas no Brasil e na América Latina	47
2.4.1. Enfrentamento ao neoliberalismo e ao patriarcado	50
2.5. A construção do movimento autônomo de mulheres camponesas de caráter nacional55	
2.5.1. Projeto Popular de Agricultura Camponesa, agroecológica e feminista	58
2.5.2. Produção camponesa de alimentos saudáveis	61
2.5.3. Saúde integral e desenvolvimento humano e social, transformando a sociedade62	
2.5.4. Aliança e unidade com movimentos feministas	64
2.5.5. A luta camponesa, feminista e popular	68
3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA DAS CAMPONESAS	71
3.1. Dominação e exploração patriarcal	71
3.1.2. Dimensão ideológica da dominação patriarcal.....	75
3.1.3. Dimensão econômica da dominação e exploração patriarcal.....	79
3.1.4. Patriarcado, racismo e capitalismo: Uma unidade de dominação e exploração	83
3.2. A perspectiva de gênero e classe das camponesas	91
3.3. Processo de formação da consciência militante feminista	99
3.4. O descobrir-se feminista das mulheres camponesas	106
4. FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: EXPRESSÃO DA LUTA E PENSAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES CAMPONESAS	112
4.1. A prática feminista das camponesas.....	113
4.2. Com uma identidade camponesa.....	126
4.3. Fortalecendo a luta popular e por transformação da sociedade.....	143

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
6. REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	160

1. INTRODUÇÃO

Com frequência, quando nos referimos ao movimento feminista, rapidamente nos remetemos as lutas pelo sufrágio feminino, direito a educação para as mulheres, a ações como a queima de sutiãs, reivindicações em favor da liberdade sexual e contra os padrões de beleza impostos as mulheres, além das lutas por direitos, como o divórcio, controle reprodutivo, a revolução da pílula anticoncepcional e a reivindicação do direito ao aborto e o acesso ao trabalho fora do espaço da casa com salários iguais entre mulheres e homens. Reivindicações e lutas que sem dúvida foram expressões da luta feminista que revolucionaram a visão sobre a desigualdade das mulheres na sociedade, elevando a outro patamar as questões femininas, politizando as discussões referentes ao espaço privado, colocando-o como fator de construção social e garantindo importantes direitos, dos quais estavam privadas. Contribuíram e contribuem enormemente para o desvelamento das contradições do sistema de dominação e exploração patriarcal, que acabam expondo as estruturas da sociedade de classes, a qual aquele está atrelado de maneira profunda.

Também se costuma vincular as lutas feministas a mulheres que estão nos espaços das universidades, em debates e construções acadêmicas, teóricas, pertencentes a classes média altas, e majoritariamente brancas, o que determina uma forma diferente de experimentar e perceber as opressões da sociedade patriarcal e desde esta condição determinar demandas prioritárias para as lutas feministas. Além de considerar-se o feminismo, tanto no Brasil como na América Latina, como uma luta externa, que vem de influências europeias ou estadunidenses, não sendo uma construção local do continente, que desde o viés teórico de fato são construções realizadas majoritariamente daquelas regiões, e que chegam ao continente servindo de referência para elaborações a partir da realidade e contexto das mulheres latino-americanas (SILVA, 2016).

Estes consensos sobre o movimento feminista refletem processos que ocorreram e são parte importante de história reconhecida do movimento feminista, ou a história contada do feminismo, escrita por aquelas que tiveram acesso e condições, em muitos casos pela própria luta que travaram, do acesso à educação, do estudo e da elaboração teórica, que escreveram as lutas que conheceram ou empreenderam. Mas em uma sociedade classista e racista, muitas mulheres seguiram excluídas do direito a educação,

ao estudo e muito mais distantes da possibilidade de elaboração científica, como as mulheres de classes populares e mais ainda as mulheres camponesas e indígenas, pois sua forma de construção e reprodução do conhecimento está na prática, na observação, na experiência e na fala, nas histórias contadas e não escritas, não reconhecidas como formas de saber e conhecimento desde perspectivas hegemônicas que legitimam algumas formas de saber e deslegitimam tantas outras, como as realizadas por estas mulheres. O saber hegemônico também é patriarcal e por esta razão as formas de produzir conhecimento das mulheres não são reconhecidos, mas também tem classe e cor, portanto, os saberes de muitas mulheres, dentre elas as mulheres camponesas, não tem valor, ou melhor, nem existem para esta sociedade. E com frequência em um marco de disputa da produção de conhecimentos ditos “válidos” e de sujeitos políticos de determinadas pautas tende-se a marginalizar sujeitos pertencentes a grupos sociais e também correntes teóricas contra hegemônicas (KIKWOOD, 1987; CONTE, 2018; GASPARETO, 2018).

Que não tenham sido sistematizadas não significa que as mulheres das classes populares não participaram e não construíram processos de resistência e de enfrentamento, pelo contrário, pela sua dupla, majoritariamente, tripla condição de dominação e exploração, elas estiveram e estão em permanente processo de resistência e por vezes, de enfrentamento, como vemos nos relatos de Federeci (2016) sobre as mulheres das populações indígenas do continente que foram as que mais resistiram e mantiveram suas tradições culturais, espiritualidades comunitárias com suas crenças em seus/as deuses/as, mesmo que de maneira oculta e individual, mantiveram suas línguas locais e seus saberes frente a mono-cultura imposta a elas e seus povos pelos colonizadores. Davis (2016) também contribui na historicização da resistência das mulheres negras a escravização de seu povo, a eliminação de sua cultura, crenças e de suas vidas, Paludo (2009), por sua vez, traz a experiência de muitas mulheres camponesas por todo o Brasil na resistência camponesa pelo direito a terra e território, e Silva (2016) evidência as mobilizações, coletivos, movimentos e mulheres que se envolveram na luta contra a ditadura militar no Brasil e pela redemocratização do país. São inúmeras as histórias de mulheres de classes populares que podemos encontrar que nos confirmam o quanto estas mulheres participam e constroem experiências e práticas de resistência em seu cotidiano e também por transformações sociais globais.

É certo, que estas lutas de enfrentamento e de resistência que se podem encontrar nos diferentes momentos da história, nem sempre, são marcadas por reivindicações específicas a vida das mulheres, mas principalmente a processos coletivos, comunitários, de determinadas populações e classes sociais populares das quais estas mulheres fazem parte, nestes processos de enfrentamento e resistência o que está em jogo é sua condição enquanto mulheres pertencentes a estas classes e povos. Temas que para elas se tornam de primeira ordem em meio a tantas mazelas e negações que lhes inflige a sociedade. Isso não significa que as mulheres não tenham resistido e enfrentado as opressões patriarcais desde as lutas comunitárias e de classe, elas também enfrentam as discriminações e violências que lhes cabem como gênero feminino, pois também os processos de dominação colonial, capitalista, neoliberal apresentam formas específicas de exploração de acordo com o sexo e diferenciadas ainda para as mulheres negras e indígenas, além das discriminações e opressões que elas afrontam internamente nas lutas populares dos povos.

As ações destas mulheres costumam não ser reconhecidas como parte das lutas feministas, seja pelo senso comum da sociedade, seja por diversas correntes feministas, em particular as que se tornam hegemônicas na região. Quando nos referimos a feminismo hegemônico, faz-se referência as ideias feministas que se tornaram consenso na sociedade, como as que citamos no início desta introdução. Ideias que isoladas expressam ou estão alinhadas a uma determinada corrente feminista, a liberal, mas tanto do ponto de vista de movimento como de pensamento político, existem outras perspectivas, como o feminismo radical e o feminismo socialista, das quais emergem outras tantas vertentes de pensamento e de prática feminista no Brasil e na América Latina (CISNE, 2014). Cada um deles partindo tanto de métodos de trabalho, prioridades temáticas e sujeitos de ação diferentes ou particulares, dentro da diversidade de composição da categoria mulheres, esta que é elemento político comum desde e pela qual o feminismo se constitui.

É claro que se pode dizer que as mulheres de classes populares também não costumam (ou não costumavam) assumir ou até mesmo cogitar que suas ações e lutas de resistência e enfrentamento desde seus territórios, contextos e classes faziam parte das lutas feministas por diversas razões: estigmatização da luta feminista, divergências sobre seu caráter nas esquerdas e lutas populares, influências de origens vinculadas a

perspectivas religiosas, entre outros (CONTE, 2018). Além de que suas práticas e pensamentos se situam fora dos espaços acadêmicos, assim, elas não se viam em construções, que por vezes, estavam muito distantes de seu cotidiano de vida. Debates feministas que se afastaram ainda mais das mulheres de classes populares, camponesas, indígenas e negras com a onda de institucionalização de grande parte do movimento e ativistas feministas, impulsionado pelo neoliberalismo na América Latina.

Em anos recentes vários sujeitos de diversas identidades e perspectivas tem se colocado e assumido o caráter feminista de suas práticas e pensamento político, como as mulheres camponesas do Brasil organizadas no MMC. Desta forma, nesta pesquisa, busca-se contar a história de mulheres que transformaram a realidade e construíram outra história para si e para muitas outras mulheres, na luta por direito, por reconhecimento de sua condição de trabalhadora, pelo direito a viver sem violência, participar ativamente na política, por viver no campo com dignidade e com igualdade entre mulheres e homens e por transformações profundas da sociedade. As camponesas assim como diversas mulheres de classes populares e de diversas identidades lutaram e lutam cotidianamente, mas ficam invisíveis ou esquecidas na história, seja na história das lutas das classes populares, seja na história da luta feminista (DAVIS, 2016). E transformar esta realidade, é tarefa de mulheres que ocupam os espaços acadêmicos e de elaboração teórica, para resgatar e dar a conhecer tantas histórias negadas e ocultas. Ressaltando que se tem tratado de fazer isso com mais frequência nestes espaços no último período e desde algumas perspectivas emancipadoras e críticas das formas tradicionais de conceber a história de luta das mulheres por sua libertação.

Reconhecida sua história, buscaremos conhecer como as camponesas descobrem ou percebem que suas práticas e pensamento são, e sempre foram, a sua expressão da luta feminista e passam a reivindicar esta identidade publicamente, de mulheres camponesas e feministas, duas características, que por vezes, podem parecer estranhas vistas juntas, referindo-se as mesmas sujeitas, mas que elas identificam como uma inter-relação orgânica e necessária entre o ser camponesa e o ser feminista.

Entender como se estabelece esta relação entre estas categorias somado a um caráter popular da ação das mulheres do MMC e compreender como e porque as camponesas se afirmam como sujeitos da luta feminista e quais as características do feminismo camponês popular que constroem, é o que nos motiva neste estudo. Porém, é

importante salientar que definir e expressar um feminismo próprio desde as mulheres camponesas não significa negar outras formas e pensamentos da luta feminista, significa apenas colocar para a reflexão e qualificação do pensamento feminista, desde outro lugar de vida, de trabalho e de ação política, o campo e a luta popular, uma perspectiva para a ação de libertação das mulheres, de todas as mulheres, que segundo sua classe e sua raça/etnia experimentam formas distintas de opressão e dominação que precisam ser compreendidas e incorporadas para a diversidade da luta feminista. Não se pode restringir a luta feminista a determinado pensamento ou pautas políticas, mas esta é uma das contribuições do próprio feminismo, ampliar o olhar da política para outros horizontes, portanto, o feminismo deve permitir-se ver as diferentes expressões da luta das mulheres que se constituem pelo país e pelo continente, particularmente, com condições materiais próprias que determinam formas particulares de pensar e fazer a luta feminista. Obviamente, que encontraremos diferenças para com determinadas correntes e leituras da condição de opressão das mulheres que conduzem a determinadas práticas que divergem uma das outras, colocar estas divergências para debate e análise, são parte do processo político desde a diversidade e complexidade a qual a luta feminista se propõe, particularmente da perspectiva que partimos de contribuir a superação de todas as formas de dominação e exploração.

Assim, trataremos de compreender a origem e os elementos que compõem o feminismo construído pelas camponesas como construção desde as mulheres do campo, indígenas e negras da América Latina, mas que nesta pesquisa estaremos centradas no estudo desta expressão desde o MMC. E colocar-se como sujeitos da luta feminista, também corrobora para que as camponesas possam avançar no reconhecimento de si como sujeitos e de suas lutas no seio das organizações camponesas e populares, desafios históricos de mulheres e feministas que travam suas ações desde estes lugares e perspectivas políticas.

Do ponto de vista metodológico, nos embasamos em algumas perspectivas teóricas e metodológicas que identificamos que confluem com os objetivos a que se propõe esta pesquisa e também vão de encontro ao pensamento do fenômeno social, o feminismo das mulheres camponesas, ao qual se observa e tenta-se conhecer. Parte-se de um pensamento crítico para interpretar as relações as quais nos instigaram a realização desta pesquisa, as relações sociais entre os gêneros e suas interações com as demais

relações sociais humanas, tratando de apreender o movimento daquilo que é concreto e reproduzi-lo no plano das ideias, do pensamento crítico e transformador.

Exercício que pode considerar-se um esforço que vai na contracorrente da hegemonia do pensamento e pesquisa social nos espaços acadêmicos na atualidade, onde prevalecem teorias e bases epistemológicas de um individualismo metodológico, que trata de colocar no porão da história a análise dos fenômenos sociais através de sujeitos coletivos, como os movimentos populares, as classes sociais, sindicatos, categorias sociais entre outros. E que trata este momento histórico como o fim da história, em que não há nada o que fazer para transforma-lo, devemos nos conformar com o triunfo do capitalismo em sua versão neoliberal. Este que mais do que um modelo econômico é uma proposta ideológica para a totalidade social, tornando-se hegemônico na construção do conhecimento e das ciências (BORON, 2006).

Também nos enfocamos nas abordagens ontológica e dialética que articulam as complementariedades e as contradições dos aspectos qualitativos e quantitativos do fenômeno em análise para a compreensão da realidade humana vivida socialmente e tratando de aprofundar os significados das ações e relações que se desenvolvem em suas vivências, experiências e cotidianidades. Na abordagem dialética se:

Considera que o fenômeno ou processo social tem que ser sentido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementariedade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também com a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 2002, p. 25).

Para esta compreensão existe uma relação indissociável entre objetividade e subjetividade que formam uma unidade dialética fundante para a construção do conhecimento e estes dois momentos do processo social são mediatizados pela ação humana que constitui toda realidade social. Desde a perspectiva ontológica, para conhecer determinado fenômeno social da realidade e/ou construir conhecimento sobre ele a forma que se deve proceder é:

Voltar-se para o objeto, histórica e socialmente construído a partir da sua matriz fundante, que é o trabalho, para apreender a lógica desse processo de entificação; trazer para a cabeça a lógica desse objeto; capturar e traduzir teoricamente o processo histórico e social de construção desse objeto [...] (TONET, 2013, p. 80).

Nada pode ser concebido no mundo das ideias, sem antes existir no mundo material, a construção do conhecimento é a expressão no plano do pensamento daquilo que está objetificado na realidade concreta. Na pesquisa social uma das metodologias que permite nos aproximar e compreender o processo social em estudo, é a pesquisa-ação participante, que está vinculada a um engajamento sócio-político que esta ao serviço das causas populares, de um coletivo social. Que por um lado, busca ampliar o conhecimento de quem realiza a pesquisa, por outro, também busca que todos os envolvidos na pesquisa ampliem seus conhecimentos e que se possa avançar conjuntamente nos debates abordados, considerando, que todos/as têm um saber, um saber social que contribui e funda a elaboração teórica que será resultado da pesquisa. Na pesquisa-ação participante, “o modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização” (BALDISSERA, 2001, p. 08). Não há um distanciamento entre o “objeto” e “sujeito” no processo de investigação, mas pelo contrário, há uma identidade entre eles, em que tanto o fenômeno estudado e os sujeitos envolvidos nele, como o investigador, são transformados no processo de pesquisa e que conjuntamente se desenvolve consciência de si mesmos e do processo em questão para apontar formas de resolução da problemática real analisada. Na pesquisa-ação participante busca-se elucidar a problemática por meio de uma educação libertadora e na construção de poder popular, elementos essenciais para a pesquisa que desenvolvemos.

Combinada as perspectivas anteriores, também nos apoiamos nas teorias, pensamento e método dos estudos latino-americanos, que converge nesta pesquisa, no sentido de que o fenômeno em análise se encontra em uma temporalidade e espacialidade específica, analisando o processo social das mulheres camponesas do Brasil inseridas e articuladas em um contexto mais amplo dos processos sociais da América Latina, que tem particularidades históricas e sociais que são fundamentais para compreender profundamente o fenômeno em estudo. Além de que como se verá no capítulo I da pesquisa, a organização e pensamento político das camponesas possui suas bases assentadas em importantes construções teóricas do pensamento latino-americano. Pensamento este que contribui sobremaneira para:

[...] a construção de alternativas para a resolução dos dilemas comuns da região. Nesse sentido, conhecer de forma crítica a história do continente, desde uma perspectiva própria; aproximar distintas disciplinas com temas ou objetos convergentes ou similares; e confluir distintas realidades sociais e contextos nacionais com problemáticas

comuns são fundamentais para a produção crítica de conhecimento sobre nossa realidade (NOVION; CASTILLA; AYALA, 2014, p. 09).

Estas perspectivas teóricas e metodológicas, confluem em alguns elementos comuns que nos parecem instrumentos fundamentais para a apreensão da realidade e a construção do conhecimento a que nos propomos: a transformação da realidade concreta experimentada pelos sujeitos sociais envolvidos no fenômeno pesquisado; existência de identidade entre “sujeito” e “objeto” da pesquisa havendo uma inserção ou engajamento do pesquisador no processo social em análise; compreender o processo histórico e social de sua construção, a historicidade do fenômeno; e a utilização de múltiplas dimensões do conhecimento para a compreensão e construção de um conhecimento integral de uma realidade social totalizadora.

O elemento da apreensão da realidade através do estudo, não pode remeter ao pesquisador/a apenas a explorá-la e conhecê-la, mas primordialmente, em transformá-la. A ciência deve contribuir a transformação de seu entorno, de sua realidade, deve ser poder fazer nas palavras de Darcy Ribeiro, o pesquisador deve ser engajado nas lutas por autonomia e emancipação nacional e regional (RIBEIRO, 2006). Desde a abordagem crítica trata-se de que a produção teórica e do conhecimento esteja vinculada diretamente as práticas emancipadoras dos sujeitos sociais que buscam promover transformações sociais.

Outro fator essencial para a apreensão de um fenômeno social diz respeito há que o objeto nas ciências sociais é necessariamente histórico e social, assim, se desenvolve e se observa em uma temporalidade e espacialidade determinada e, portanto, é provisório, dinâmico e específico, características estas de qualquer questão social (MINAYO, 2002). E as novas observações sócio – históricas de nossas realidades devem contribuir a construção de conhecimentos que possibilitem resolver dilemas e preocupações de determinados momentos históricos, no caso em particular das lutas feministas desde perspectivas populares e camponesas no Brasil e na América Latina.

Na pesquisa social, existe uma identidade entre o “sujeito” e o “objeto”, não se produz um distanciamento entre quem realiza a pesquisa e o fenômeno que se está estudando. Neste sentido, consideramos importante demarcar que a autora desta pesquisa é militante do MMC e está inserida nas discussões políticas sobre a perspectiva de um feminismo camponês popular que se constrói desde este movimento. É mais esta

pesquisa, em certa medida, nasce de uma demanda desde o coletivo das mulheres camponesas para contribuir na sistematização daquilo que vem sendo dito e realizado a muito tempo sobre seu caráter de luta feminista, camponesa e popular. Para melhor entender esse elemento buscamos a conceituação de Segato (2012) que trata da pesquisa a partir de uma demanda social, que ela denomina antropologia por demanda, inversa a lógica tradicional de pesquisa, em que o investigador/a se coloca uma problemática e vai em busca de suas repostas, puramente para fins acadêmicos, nesta metodologia recebe-se demandas de problemáticas sociais específicas de povos e movimentos sociais e se reflete sobre elas de forma a resolvê-las.

Busca-se através desta pesquisa colaborar de maneira singela ao exercício coletivo de sistematização e de conceituação do feminismo camponês popular do MMC, como uma demanda para aquelas que estão inseridas na prática cotidiana de construção política deste pensamento e se desafiam no exercício da reflexão, estudo e elaboração teórica, a partir do acesso a ferramentas que contribuem nesta labor, mas sem negar, pelo contrário, afirmando que a origem deste pensamento político está no processo social construído pelos seus sujeitos, as mulheres camponesas, que se colocam como intelectuais orgânicas e coletivas deste pensamento político.

Para obter dados e informações para a análise e elaboração teórica, buscou-se material documental de arquivos do MMC, relatórios de reuniões, encontros, oficinas, cursos de formação e congressos e também em cartilhas, jornais, panfletos e livros que expressam análises coletivas dos contextos e momentos históricos e os temas definidos e trabalhados pelas camponesas ao longo de sua trajetória. Este vasto material documental acessado foi organizado e classificado por eixos temáticos e por marcos temporais, proporcionando a obtenção de informações e dados de extrema relevância que delimitaram o período da ocorrência de determinados acontecimentos e uma riqueza de detalhes sobre o processo histórico-social, de definições e de evolução da organização e do pensamento político do movimento e da construção de sua perspectiva feminista.

Ainda na obtenção de informações ou elementos para a elaboração teórica usou-se a técnica de grupos focais nos 03 seminários internacionais sobre o feminismo camponês popular, onde as mulheres participantes se organizaram em grupos focais para estudo de textos, discussão coletiva e resposta de questionamentos direcionados a elas para analisar e aprofundar a perspectiva feminista que estão construindo. A autora, esteve

presente neste processo não como observadora, mas como participante, assim, optou-se por utilizar a sistematização coletiva dos 03 seminários que expressa o acúmulo dos elementos discutidos, este material proporcionou informação fundamental para a elaboração do capítulo 03 desta pesquisa. A pesquisa bibliográfica também foi essencial para a produção teórica, contribuiu na compreensão de determinadas categorias e conceituações teóricas relacionadas com o problema abordado na pesquisa. Além de ampliar a compreensão sobre as lutas feministas em sua diversidade, complexidade e particularidades, contribuiu na leitura da perspectiva feminista das camponesas do MMC.

No capítulo I contaremos em forma cronológica o processo de construção histórica dos movimentos autônomos de mulheres camponesas e o caminhar até a constituição de um movimento de caráter nacional, apresentando as principais definições em relação ao caráter da luta das mulheres camponesas em cada fase de seu desenvolvimento e as principais bandeiras de ação e reivindicação, sempre vinculada aos acontecimentos de cada um dos momentos históricos onde as camponesas estavam inseridas e os quais influenciavam diretamente em suas ações e pensamento político.

No capítulo II buscaremos identificar o processo de formação da consciência militante feminista das camponesas, quais os processos e elementos que definem a transição de uma perspectiva de gênero e classe para uma afirmação feminista, sem abandonar a identidade de classe. Para isso iniciaremos o capítulo com apresentação de elementos teóricos sobre a condição de dominação e exploração das mulheres em uma sociedade patriarcal, capitalista e racista e os elementos que levam ao processo de formação da consciência feminista do MMC.

E no III e último capítulo, buscamos realizar um esforço de síntese para apresentar os grandes eixos e elementos que compõe a perspectiva de um feminismo camponês popular. Sem a pretensão de encerrar este processo de discussão e acúmulo sobre a perspectiva feminista que as mulheres camponesas do Brasil, organizada no MMC e as mulheres do campo da América Latina, organizadas na CLOC, vem construindo historicamente em suas práticas e pensamento político, apenas tratamos de contribuir para uma possível conceituação do feminismo camponês popular.

2. MULHERES CAMPONESAS CONSTRUINDO SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

2.1. Contexto econômico e político da década de 1980 no Brasil e na América Latina

Durante um período de aproximadamente 05 décadas, desde a era Vargas (1930-1945) até os anos 1980, o Brasil promoveu um modelo de desenvolvimento nacional, baseado em uma industrialização tardia do país, caracterizada pela substituição de importações, que levou ao desenvolvimento de sua capacidade de infraestrutura, tecnológica e de mão de obra capacitada para a produção industrial nacional. A política econômica deste modelo nacional desenvolvimentista dependente, tem como base o investimento estatal com financiamento externo, onde o Estado é promotor e organizador do desenvolvimento industrial nacional, realizando grandes investimentos de infraestrutura para a movimentação das mercadorias produzidas: rodovias, portos, aeroportos, pontes (MARANGONI, 2012). O recurso para estas obras é oriundo de empréstimos de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Contudo, com a crise mundial do petróleo da década de 1970 desencadeia-se uma grave crise econômica mundial e entra em declínio a “era de ouro” das potências hegemônicas, como os EUA, e a era do “milagre econômico” de países periféricos como o Brasil. Para tentar reafirmar sua hegemonia política e econômica mundial, os EUA organizaram uma “[...] nova reconfiguração das relações internacionais para a compensação das perdas de lucratividade do capital monopolista, conformaram na América Latina, uma nova dinâmica da dependência externa [...]” (TRASPDINI; MANDARINO, 2013, p.12), isso significou a transferência de parte de sua crise para os países da periferia, por meio do estabelecimento de uma nova política externa estadunidense de elevação dos juros, que impacta duramente as economias dependentes do financiamento externo, elevando suas dívidas externas. Internamente, segundo os autores, isso repercute na “[...] falência de empresas nacionais, a desestatização e desnacionalização das empresas públicas estatais e a queda dos produtos primários [...]” (p.14) e a crise econômica nacional se aprofunda com altas taxas de inflação interna, crescimento da dívida pública, desvalorização dos salários e queda na produtividade do setor industrial, o que leva a uma desaceleração da economia.

Socialmente os impactos são ainda mais duros: desemprego, congelamento do orçamento público e dos gastos sociais, levando ao agravamento das desigualdades sociais, com concentração da riqueza por um lado, e por outro, aumento da pobreza e da miséria. Em

meio a este período de crises do capitalismo a nível global, inicia-se a fragilização do regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985) e no continente. Que com a desintegração do campo socialista e o discurso do triunfalismo do capitalismo, as ditaduras militares já não cabiam neste novo cenário, já haviam cumprido sua função de controle dos países e eliminação das ideias socialista e comunistas, que ofereciam perigo ao domínio regional estadunidense e a perda de privilégios para as elites locais (NOVION, 2014). Há uma consolidação da hegemonia estadunidense e do neoliberalismo global como saída para a crise do capitalismo em todo o continente.

Neste período, o setor agropecuário brasileiro foi marcado pela introdução do processo de “modernização” na agricultura, que traz como grande novidade a incorporação da indústria nos processos produtivos do campo, visando recolocar o setor agropecuário no centro da economia e gerar lucros para as empresas que se desenvolvem a partir deste modelo econômico produtivo. A industrialização da agricultura iniciou-se na década de 1960, incentivada pelos governos militares no Brasil, com a implantação da Revolução Verde, que apresenta um novo paradigma hegemônico de produção para o campo, e tem como elementos centrais:

[...] o uso intensivo de insumos, a incorporação crescente de tecnologia, a mecanização dos processos produtivos e a gestão científica da produção. Só a adesão deste pacote tecnológico é que garantiria o sucesso do empreendimento, em termos de aumento da produção, ganho de produtividade e consequentemente redução de custos e maximização dos lucros. (MESQUITA, 2015, p. 14).

Este modelo produtivo aprofunda as características históricas do Brasil sobre a ocupação e controle da terra, antes marcado pelo latifúndio improdutivo, de posse dos grandes donos de terras, majoritariamente destinados a produção pecuária, agora industrializados, tenrificados e modernos, com a adoção de maquinário agrícola e de insumos químicos. E assim o “velho latifúndio” é transformado (ganha a maquiagem) em empresa moderna de produção agrícola, parte da cadeia internacional de *commodities*³ agrícolas.

Esta modelo de produção para o campo é caracterizada pela concentração e centralização da terra, a monocultura, o investimento em infraestrutura produtiva nas

³ Entendido como os produtos de base primária que tem seu valor definido pelo mercado internacional na bolsa de valores. Mercadorias produzidas em larga escala e destinados ao mercado externo.

propriedades rurais, produção em larga escala, demandando a ampliação das fronteiras agrícolas em outras regiões do país, incentivo do Estado que disponibiliza altos montantes de crédito agrícola de fácil acesso ou subsidiado, extensão rural como política de Estado para promover ampliação e hegemonia deste modelo produtivo. Que centralmente, segundo Carvalho (2005), trouxe:

[...] no seu âmago os interesses da expansão mundial da acumulação capitalista, já nos moldes oligopolistas e dependentes a partir principalmente dos capitais norte-americanos, europeus e japoneses, e que consolidaram a subordinação da reprodução da agricultura aos interesses do capitalismo industrial e bancário. (p. 02).

Nesta perspectiva, os grandes conglomerados globais da indústria agrícola, inundam os países periféricos para controlar toda a cadeia produtiva mundial de *commodities*, inclusive, por meio da compra de grandes extensões de terra para a produção das matéria-prima que tem alto valor comercial ou são de sua necessidade no processo industrial, como é o caso da indústria dos biocombustíveis, da celulose e dos cereais.

Este modelo produtivo se intensifica nos anos 1980, com a crise econômica de 1970 e a falência da indústria nacional, recolocando as economias da região no marco da divisão internacional do mercado, como economias de base primária, com a produção e exploração de matéria-prima para exportação aos países de industrialização avançada, intensificando no campo o modelo produtivo da revolução verde, que se fortalece como principal fonte econômica em países como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil. Do ponto de vista social, ambiental, econômico são inúmeras as consequências negativas deste modelo produtivo, que promove um intenso êxodo e migração rural, ampliação da concentração da terra e da renda, homogeneização da produção, aumento da importação de insumos, geração de dependência do mercado externo e aumento da pobreza e desigualdades sociais no campo latino-americano. E conseqüentemente, também aumento dos conflitos sociais por terra, endividamento dos pequenos e médios agricultores/as, baixos preços dos produtos agrícolas e a substituição das áreas de produção de alimentos para a produção dos produtos destinados à exportação (MESQUITA, 2015),

É diante deste contexto econômica e social que muitos autores e economistas ao referir-se a década de 1980 no Brasil e na América Latina, a denominam a “década perdida”. Mas, como todo processo ainda que hegemônico, traz consigo suas contradições, essa realidade

possibilitou uma reação à precarização das condições sociais, possibilitando a efervescência de mobilizações sociais em defesa da redemocratização do país e por mudanças na política do Brasil. No início da década de 1980, ganham expressividade mobilizações públicas em todas as capitais e cidades de médio porte em favor da Democracia, iniciando em 1983 o Movimento das Diretas Já, uma ampla campanha por eleições diretas para presidente da República (SILVA, 2016). Destes processos, nascem importantes instrumentos de organização social das massas populares, como movimentos populares, sindicatos combativos e partidos de esquerda ou de oposição à ditadura, organizando as mais diferentes categorias e/ou setores da sociedade, se constituem nesta década por exemplo: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SILVA, 2016).

Sem dúvida, do ponto de vista político, a década de 1980 foi um período de ganhos que perduram até a atualidade, no âmbito do acúmulo organizativo, de construção de novos métodos de trabalho popular e de elevação do nível de consciência política da população. Com a queda do regime militar e está ampla mobilização social, estavam dadas as condições materiais para uma “[...] inédita disputa de projetos econômicos ao longo dos anos 1980, tendo como foco a redefinição das atribuições do Estado. Na esfera política, havia uma vasta pauta democratizante, envolvendo várias demandas sociais.” (MARANGONI, 2012). Neste ambiente as forças sociais conseguem um dos mais importantes ganhos políticos da história do país, com a redação da nova Constituição, a qual contou com ampla participação social e garantiu direitos sociais, colocando em debate um modelo de Estado garantidor de direitos sociais, amenizando as mazelas e desigualdades sociais históricas no Brasil.

No sentido de constituição de processos emancipatórios de resistência e denúncia das injustiças e crimes do regime militar e buscando a restituição da Democracia, emergem no seio da igreja católica e luterana, a Teologia da Libertação⁴, baseada em um pensamento e ação política das comunidades eclesiais de base (CEB), dos pobres e oprimidos, um importante

⁴ É uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e específica que a teologia, para concretar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. É considerada como um movimento supradenominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

movimento de transformação e mobilização na América Latina, (DUSSEL (1990) citado por LOWY, 2007). Este pensamento político tem suas origens nas:

[...] convocações para a ação em nome dos pobres realizadas na Conferência Episcopal de 1968 em Medellín falavam de uma educação popular como ferramenta para a mudança e da «conscientização» como meio de libertação e pediam «o despertar e a organização dos setores populares da sociedade para exigir projetos sociais (SCHILD, 2017, p. 103).

A teologia e a filosofia da libertação junto a pedagogia dos oprimidos de Paulo Freire⁵, formam uma tríade do pensamento e teoria emancipacionista e de transformação na América Latina naquele momento histórico, contribuindo amplamente para a organização, mobilização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras. E por meio de um discurso de uma igreja e de uma educação dos pobres, dos oprimidos/as e dos excluídos/as, fomentam a indignação e organização popular para construir práticas políticas de transformação da realidade concreta destas populações.

Fruto deste processo se constitui, no meio rural, uma importante organização pastoral vinculada a igreja e a luta social, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, para ser um suporte para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo (CPT NACIONAL)⁶. Foram muitos os padres, irmãs, religiosos e religiosas, leigos e leigas que assumiram a luta de organização popular e de enfrentamento as injustiças, organizando grandes massas populares de trabalhadores/as rurais, contribuindo na resistência camponesas por todo o país.

Como vemos, eclodem por toda parte e em todos os setores da sociedade brasileira focos de resistência e organização popular na luta por democracia, justiça e igualdade, movimentos que tiveram suas vozes e reivindicações silenciadas pelo período da ditadura militar e que agora encontram condições para na disputa política avançar na conquista de direitos. E podemos nos perguntar, onde estavam as mulheres neste cenário e nestas lutas? Em particular onde estavam as mulheres camponesas⁷? Em seguida

⁵ Freire desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno, possibilitando o conhecimento e pensamento crítico às parcelas desfavorecidas da sociedade, para que elas entendessem a situação de oprimidas em que estavam e pudessem agir em favor da própria libertação. Disponível em: <https://pedagogiacriativa.com/a-pedagogia-de-paulo-freire/>. Acesso em: 02 de jan, de 2019.

⁶ Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>>. Acesso em: 17 de abr. de 2018.

⁷ Ao nos referir as mulheres do campo, utilizaremos sempre a categoria camponesas, ainda que ao longo da história dos movimentos autônomos de mulheres do campo tenham se usado várias denominações para referir-se a elas, como por exemplo, trabalhadoras rurais, mulheres da roça entre outros. Como este é um

trataremos de estabelecer a relação e participação das mulheres com estes setores e as lutas populares que deram lugar a formação dos movimentos autônomos de mulheres camponesas.

2.2.A organização dos movimentos autônomos de mulheres camponesas nos anos 1980

Conforme Silva (2016) as mulheres atuaram na linha de frente na resistência à ditadura militar nas diferentes frentes: no movimentos estudantil, nos grupos progressistas da igreja, nas organizações de esquerda, grupos de bairros de mulheres e na luta armada, foram vítimas das ações violentas da mesma, sendo torturadas, presas, exiladas, tendo seus filhos/as e companheiros mortos ou desaparecidos⁸. Impulsionaram a luta pela anistia dos presos políticos, com a criação da União Brasileira de Mães⁹, colocada na ilegalidade pela ditadura, e lutaram também pela volta dos exilados políticos do exterior. As mulheres em sua maioria estavam envolvidas nas lutas populares do período “[...] por creches, transportes, saúde, etc. Elas participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão de obra e como gerenciadoras dos processos” (GOHN, 1997, p. 293). Também protagonizaram as lutas contra a carestia (o alto preço dos produtos ou a escassez deles nos supermercados) no período da alta da inflação e da crise econômica. Se mobilizavam a partir de reivindicações concretas da vida de pobreza e desigualdade social a que estavam inseridas.

Muitos destes grupos de mulheres foram organizados e motivados a partir das CEBs que promove a discussão sobre as desigualdades sociais que elas vivem em sua condição de trabalhadoras pobres. Mas que em determinado momento estas mulheres ao se encontrar, estudar e discutir a situação da sociedade brasileira, também começam a identificar que para

debate já consolidado, como veremos ao longo deste capítulo, no sentido de reafirmação desta auto denominação construída pelas mulheres do campo, utilizaremos apenas a denominação camponesas para referir-nos a elas.

⁸ Alguns nomes de mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar são: Ana Mércia Silva Roberts, Amélia Teles, Ana Maria Aratangy, Criméia de Almeida, Maria Cristina Ocariz, Ieda Seixas, Nádia Nascimento, Catarina Meloni, Eleonora Menicucci, Dilma Rousseff, Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker, Norma Bengell e Lúcia Murat. Disponível em: <http://noticias.cvrs.fiocruz.br/?p=102>. Acesso em: 02 de jan. de 2018. Outros 45 nomes de mulheres e suas histórias na resistência à ditadura em suas diferentes fases podem ser encontrados no livro *Luta, substantivo feminino: Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura* de Tatiana Merlino (2010). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/mulheres.pdf>. Acesso em: 04 de jan. de 2018.

⁹ Em 1968 foi criada a União Brasileira de Mães, posta na ilegalidade em 1969. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/anistia>. Acesso em: 25 de jun. de 2018.

elas além da opressão e exploração por ser trabalhadoras, havia outro ponto em comum, a discriminação por ser mulheres, a violência doméstica e a sobrecarga de trabalho doméstico e a exclusão de espaços de participação política na sociedade e na própria igreja. No campo, tanto as CEBs, a CPT e as igrejas luteranas foram promotoras a partir dos estudos bíblicos, de ampla participação feminina, de grupos de mulheres que se envolvem nas reflexões e discussões críticas da sua realidade política, social e econômica. Nestes espaços se desenvolve a formação da consciência e da militância política das mulheres, onde entendem sua condição de pobres e oprimidas, que pertencem a classe trabalhadora.

No processo de reflexão sobre o papel dos sindicatos e da importância da constituição da luta sindical mais radical e de oposição ao governo, constitui-se a chamada oposição sindical¹⁰ ou novo sindicalismo, tanto no meio urbano como no meio rural. É criada a ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical)¹¹ que em 1983 dará origem a CUT. As mulheres participaram ativamente neste processo de renovação sindical, na organização dos encontros, na mobilização das pessoas para participar e disseminar esta ideia de um novo sindicalismo. É neste contexto, que conquista visibilidade e expressão nacional uma combativa e reconhecida líder sindical do país, Margarida Alves, que foi “defensora da Reforma Agrária e dos direitos da Mulher, como presidente do sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, enfrentou poderosos “coronéis”, ganhando muitas batalhas por direitos dos trabalhadores rurais” (JAHN; PEREIRA, 2009, p. 71). Mas seu enfrentamento aos poderes dominantes locais em um campo controlado e dominado pelos coronéis incomodou profundamente aos mesmos, os quais mandaram a seus jagunços assassina-la, e assim ocorreu no dia 12 de agosto de 1983. Fazendo dela um exemplo de mulher lutadora, e demonstrando o

¹⁰ No período de formação do novo movimento sindical, entre os anos de 1978 a 1983, surgem várias correntes e tendências políticas, uma delas foram as Oposições Sindicais (OS), essa se caracterizava pela oposição que exercia aos dirigentes dos sindicatos considerados, a época, como acomodados, ou pelegos, ou se melhor preferir, [...] sua composição era bastante heterogênea, possuíam facções ‘obreiristas’ muito radical e até grupos da Igreja Católica envolvidos com as pastorais. Disponível em: <http://impogacao.blogspot.com.br/2010/07/o-movimento-sindical-nos-anos-70-e-80.html>. Acesso em: 19 de out. de 2017.

¹¹ Destinada a congregar militantes e entidades identificados com as aspirações libertárias expressas na prática pastoral das CEBs e na Carta de Princípios do PT. A Anampos gerou a CUT, em agosto de 1983, após o racha no congresso sindical da Praia Grande (SP), em fevereiro. Dez anos depois, a Anampos desapareceu para dar lugar ao surgimento da Central de Movimentos Populares. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/o-amigo-lula-frei-betto-narra-transformacao-do-lider-sindical-do-abc-em-presidente-2910790#ixzz5EZ6E5vPA>. Acesso em: 04 de mai. de 2018.

potencial da força da mulher camponesa a frente da luta sindical e da luta por direitos sociais e políticos para os trabalhadores/as do campo.

Assim como Margarida Alves muitas mulheres se envolveram na luta por dignidade no campo, por Reforma Agrária e pelos direitos das mulheres, como Roseli Nunes, uma jovem camponesa que:

[...] estava entre os mais de 7 mil trabalhadores que ocuparam, na madrugada de 29 de outubro de 1985, a então Fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de mais de 9 mil hectares localizado no município de Pontão, na região Norte do Rio Grande do Sul. [...] Lutadora foi assassinada em 31 de março de 1987, durante um protesto de pequenos agricultores [...].¹². (MEDEIROS, 2018).

A dura realidade do campo leva a necessidade de ter a coragem e ousadia em enfrentar o latifúndio, os jagunços, os poderosos e somar-se aos acampamentos e tomar a linha de frente da organização e luta pela terra. Inseridas nestas luta as mulheres começam a auto - organizar - se, vão se formando politicamente e discutem também sua condição de mulher no interior dos acampamentos: a discriminação, violências, as tarefas específicas a elas atribuídas e a exclusão dos espaços de decisão política.

Percebemos que as camponesas estavam inseridas neste contexto de luta pela terra, por reforma agrária, organizadas nas CEBs, participaram ativamente no processo de renovação sindical no campo e atuaram na luta pelo reestabelecimento da Democracia. É neste engajamento na militância política que se constitui as condições concretas para a formação da consciência que leva as mulheres descobrir-se como sujeitos políticos particulares no seio deste processo (CISNE, 2015, p.116). Começa a sentir a necessidade de auto-organização de grupos de mulheres trabalhadoras rurais, sem terras, camponesas, pescadoras, artesãs, boias-frias e todas as mulheres que vivem e trabalham no campo.

A auto-organização das mulheres se forja no seio dos processos de organização e lutas populares, através da identificação pelas mesmas de que elas estão presentes em todos os espaços de luta e de organização social, mas a elas cabe um lugar específico seja no sindicato, na igreja, no partido e nos movimentos sociais, segundo relatam em seu I Encontro Nacional:

¹² Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil.html>. Acessado em: 17 de abril de 2018.

Na política estão presentes só na campanha, nos sindicatos e movimentos populares, apenas nas concentrações das mobilizações, não temos espaço nas decisões, apenas na produção, o espaço das mulheres é secundário (no sindicato, na igreja e na produção) (ANTR¹³, 1986, p. 03).

Criam-se as condições e a motivação para que a pauta da organização das mulheres estivesse no debate dos instrumentos políticos da classe trabalhadora, tornando-se recorrente perguntas como: É necessário a constituição de organizações populares de mulheres? Não basta apenas a formação de diretorias ou comissões de mulheres nos sindicatos para atender as suas reivindicações? Ou, qual a melhor maneira para tratar as pautas das mulheres nos movimentos populares nos quais elas se organizam? Em debate das mulheres organizado pela ANAMPOS, elas concluem que:

Querer que o movimento de mulheres se organize por dentro de uma Central Sindical é reduzir a luta da mulher ao campo sindical, profissional. Os problemas que as mulheres enfrentam são mais amplos que aqueles que elas sofrem como trabalhadoras ou moradoras. Daí a importância da luta da mulher organizada enquanto Movimento Popular, mas articulado com a luta sindical.

Por outro lado, é fundamental que as Centrais Sindicais possuam uma política clara sobre as reivindicações das trabalhadoras (PETRI, ZANIRATTI, 1988, p. 03).

A realidade demonstra que para avançar com as reivindicações políticas das mulheres no interior dos instrumentos de luta política existentes no campo, era necessário que elas se organizassem em movimentos, grupos e organizações autônomas de mulheres camponesas. Autônomas frente ao Estado, aos Partidos e aos sindicatos, mas também frente à igreja e a outros movimentos sociais (GOHN, 1997), sendo as mulheres as únicas responsáveis em decidir a direção política de seus movimentos. E assim, o fizeram, nos vários estados brasileiros, com diferentes denominações e formas de organização emergem os movimentos autônomos de mulheres camponesas.

Na região sul, em Santa Catarina, os primeiros registros encontrados são do dia 1º de maio de 1983, onde se realizou um encontro considerado marco da criação da Organização das Mulheres Agricultoras (OMA), que mais adiante se tornará o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC) (CINELLI, 2012),

¹³ Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais. Nome dado a este espaço nacional de articulação das mulheres camponesas, encontrado na pesquisa documental materiais referentes ao I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado em 1986. Adiante abordaremos elementos deste encontro.

que inicia sua organização para discutir os problemas gerados pelo capitalismo no campo e a discriminação das mulheres. No estado do Paraná, se organizou o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), que começou sua organização no ano de 1981, com o foco na saúde da mulher e saúde natural, além dos estudos bíblicos, formação política e sindical. No Rio Grande do Sul a organização das mulheres se inicia em 1983/84, chamada na época de Organização das Mulheres da Roça (OMR), envolvidas com a retomada da luta pela terra com os assentamentos rurais. E também articulado junto aos demais movimentos da região sul do país, estava o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA/SP), que nasce em 1985, na luta pela visibilidade e reconhecimento da resistência das mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária.

Na região nordeste de igual maneira a organização das mulheres se deu na década de 1980, com organizações estaduais e articuladas regionalmente, se encontravam para discutir a discriminação, sexualidade e violência contra as mulheres. No estado do Sergipe as mulheres se organizam a partir de 1990 com o incentivo da campanha da fraternidade da época, na luta por reconhecimento do trabalho das mulheres, por cidadania, por libertação e pela vida das mulheres, criando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe. Já na Bahia, segundo pesquisa de Cinelli (2016), as mulheres se organizaram no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/BA), na luta pela participação sindical, nas CEBs, na luta por saúde e direitos das mulheres camponesas, contra a grilagem de terras, tendo como um de seus primeiros registros encontrados, reuniões de grupos de mulheres no ano de 1982.

Na região sudeste, em 1986 surge a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), para discutir a luta das mulheres por direitos, lutas sindicais, luta pela terra, por moradia, emprego e reconhecimento da profissão das mulheres. E na região norte, no estado do Acre, o primeiro registro de tentativa de organização das mulheres aconteceu em 1980, assim nasce o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), na luta contra o latifúndio e o êxodo rural causado pela concentração da terra e a organização das mulheres em grupos produtivos. Em Roraima, a organização das mulheres se inicia na década de 1980 organizadas pela igreja em grupos de mulheres e associações como a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), na luta por saúde, educação

e participação das mulheres na sociedade e, no estado de Rondônia, se constituiu a Comissão Estadual de Mulheres da Federação de Trabalhadores Agrícolas de Rondônia, se organiza desde 1985 com o foco na luta sindical, pela renovação das estruturas sindicais e pela participação das mulheres nestes espaços. (ANMTR¹⁴, 1997).

Percebemos que ainda que não houve uma estratégia de expansão nacional da organização de grupos de mulheres a partir da experiência de um movimento específico, surgiram no mesmo período por todo o país grupos e organizações de mulheres com unidade em seu caráter organizativo e suas lutas. Os eixos comuns de luta dos movimentos das mulheres camponesas, no período de seu surgimento, foram: a participação política das mulheres (nos sindicatos rurais, nos partidos políticos, na igreja e na comunidade rural), a luta por direitos das mulheres do campo (saúde e direitos previdenciários), a luta contra o latifúndio, por reforma agrária e dignidade no campo, a luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e pelo fim da violência e discriminação praticadas contra elas.

A partir de uma relação que se estabeleceu nos espaços de luta regional e nacional, os movimentos autônomos decidem reunir-se nacionalmente, e assim, em novembro de 1986 em Barueri/SP é realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil, com 36 participantes de 16 estados¹⁵ do país. (CRUZ, 2013). Este encontro teve por objetivo promover a troca de experiências, definir quem são, em que condição se encontram na sociedade e a necessidade e os desafios para a auto-organização das mulheres camponesas. Em este sentido se constitui uma comissão da Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais (ANTR), que apresentou no documento final deste I Encontro, seus princípios orientadores:

- 1- Organização das mulheres trabalhadoras rurais dentro do Movimento Sindical, com direção política das mulheres.
- 2- Lutar contra todas as formas de exploração e dominação.
- 3- Integrar nossas lutas específicas com todas as lutas da classe trabalhadora. (ANTR, 1986, p.01).

¹⁴ Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ainda neste capítulo, explicaremos a origem e a finalidade desta articulação criada em 1995.

¹⁵ Rondônia, Para, Piauí, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. (ANTR, 1986).

A constituição dos movimentos autônomos e sua articulação nacional visava dar visibilidade as pautas das mulheres, seu reconhecimento como sujeito político coletivo organizado e a partir dele fortalecer a luta sindical, partidária e dos demais movimentos populares da classe trabalhadora, evidenciando, que desde sua origem, a luta das camponesas estava marcada pelo caráter classista. Neste encontro, também são definidas as principais reivindicações a serem realizadas em todos os níveis organizativos, nacional, regional, estadual e local pelos movimentos autônomos:

Aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais, auxílio natalidade, igualdade de participação e direitos entre homens e mulheres, participação com pressão na Constituinte, previdência social e assistência médica integral, reforma agrária e fim da violência no campo.” (ANTR, 1986, p.01).

Reivindicações que buscavam o reconhecimento e valorização da condição de trabalhadoras para as mulheres, tanto pelo Estado como pela sociedade brasileira, garantindo a inclusão dos direitos das mulheres do campo na Constituinte. Até então, para o Estado, as mulheres eram tidas como “ajudantes” e “do lar”, dependentes do “chefe de família”, marido, pai ou outro homem, portanto, somente este último, tinha direitos referentes ao mundo do trabalho, como aposentadoria, por exemplo. Assim, a organização e mobilização das camponesas é marcada pela reivindicação pelo reconhecimento de seus direitos sociais, como aposentadoria, saúde, direito a terra e viver no campo sem violência e, também, reconhecimento de seus direitos políticos. Para isso elas promovem a formação política, a construção de estruturas organizativas em todos os níveis e a realização de atos e protestos nos dias 08 de março e 12 de agosto¹⁶.

Em maio de 1988, com o lema *Todo Trabalho Organizado, Conduz a Vitória*, foi realizado o II Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, para a realização de formação política com os temas: “História da formação das classes sociais, luta de classes, Estado e ideologia, Sindicato, movimentos populares e Partido” (ANTR, 1988, p. 01). Formação que permitiu avançar na auto-organização das mulheres e na formação de uma consciência de classe, onde se analisa sua realidade a partir da determinação das “[...] estruturas econômicas, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classe [...]” (GOHN, 2010, p. 41). Os princípios e formas organizativas definidos são um:

¹⁶ Dia nacional de ações e de lutas das camponesas/es pelo fim da violência e conflitos no campo. Essa jornada de ações ganha força após o 17 de abril de 1996, quando dezenove sem-terra foram mortos pela [Polícia Militar do Estado do Pará](#), no município de Eldorado dos Carajás/PA.

movimento autônomo, de base, de massas, classista, de luta e democrático. Avançando na criação das articulações regionais de mulheres, criando a AIMTR – SUL (Articulação de Instancias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul) e a AIMTR – NORDESTE (Articulação de Instancias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste).

2.3. A luta por reconhecimento e por direitos das mulheres camponesas

2.3.1. Direito a aposentadoria

Na perspectiva da conquista dos direitos sociais, os movimentos autônomos de mulheres se mobilizaram nacionalmente para participar da indicação de deputados/as, comprometidos com a defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, que conformariam a Assembleia Nacional Constituinte, exclusiva e soberana, com participação popular (SILVA, 2016). Se mobilizam e apresentam suas propostas de emenda popular sobre seus direitos para a Constituição, sendo que:

Em abril de 1986, fazem um abaixo-assinado reivindicando os direitos [...] formou-se uma caravana [...] de mulheres que foram a Brasília, Distrito Federal [...] para entregar ao presidente os abaixo-assinados com mais de cem mil assinaturas exigindo os direitos previdenciários. (COLLET, 2018, p. 03).

No ano de 1987 as mulheres intensificam a mobilização junto aos movimentos populares e sindicais do campo para garantir a aprovação das emendas apresentadas sobre os direitos dos/as trabalhadores/as do campo. Naquele ano foi realizada uma caravana dos lavradores a Brasília, chamada por *Terra, Justiça e Liberdade*, onde foram para a capital federal mais de 10 mil trabalhadores/as rurais, reivindicar os seus direitos na nova Constituição, com a participação das mulheres da Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais¹⁷ (ANMTR, 1997), As emendas propostas se baseavam em três itens: Reforma agrária, direitos dos trabalhadores e soberania nacional. As mulheres camponesas prestaram especial atenção ao item “direitos fundamentais de todos os trabalhadores [...] artigo 11) Direito a Previdência Social: [...] Aposentadoria para o homem aos 30 anos de serviço e para a mulher aos 25 anos de serviço”. (COMISSAO NACIONAL DOS RURAIS NA CONSTITUINTE, 1987, p. 03). Essa proposta previa que as mulheres rurais se aposentariam aos 45 anos de idade e os homens aos 50 anos e

¹⁷ Refere as diferentes organizações estaduais de mulheres trabalhadoras rurais que participaram desta caravana a Brasília.

todos com um benefício de um salário mínimo integral, visto que até aquele momento apenas os homens se aposentavam com um benefício de meio salário mínimo.

Em uma sociedade patriarcal e machista em que a participação das mulheres na construção social é invisibilizada, a luta por igualdade de direitos para as mulheres, em particular a luta pelos direitos previdenciários para as camponesas, enfrentou resistência inclusive no seio de algumas organizações sociais rurais, dos sindicatos e dos próprios deputados constituintes. Muitos chegavam a afirmar “[...] que elas estavam perdendo tempo e que não conseguiriam coisa alguma. Aparecia fortemente o machismo, por parte dos homens, especialmente, em função do medo de perderem o poder/controlar sobre “suas mulheres”.” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 98). Se travaram intensos embates, e a organização, articulação e a massiva luta política das mulheres garantiu o reconhecimento pelo Estado da profissão de trabalhadoras rurais e a inclusão delas como sujeitos de direito na Constituição Cidadã de 1988, uma importante conquista da organização e luta das camponesas.

Fato que reforçou, mais uma vez, a necessidade de as mulheres protagonizarem suas lutas sociais e reivindicações políticas. Esse conflito perpassa historicamente a luta e organização das mulheres, como ocorreu “no Brasil e na América Latina, na década de 1970, no auge da atuação das esquerdas contra os regimes ditatoriais, quando as mulheres colocavam as suas reivindicações, foram acusadas de dividirem a luta de classes” (PAÑUELOS EM REBELDIA apud CONTE, MARTINS, DARON, 2009, p. 87), revelando que todos os espaços da sociedade estão permeados pelas relações patriarcais, deixando as necessidades das mulheres em segundo plano, consideradas pautas inferiores em relação a luta “geral” ou que se resolveram automaticamente com a transformação da sociedade.

2.3.2. Direito a saúde pública, universal e de qualidade para todos/as

Neste período de lutas pelo reconhecimento do Estado de direitos sociais, as camponesas junto aos movimentos sanitaristas, movimentos populares e representantes de governo engajados com essa causa, participaram das discussões e lutas por direito a saúde pública, que ganhou força na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, e desta luta, asseguraram na Constituição Cidadã a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais e econômicas (DARON, 2003). A partir

desta concepção se buscava a constituição de um sistema de saúde integral, universal e equitativo, e uma das importantes reivindicações destes movimentos da época foram pela garantia da participação popular na discussão das políticas públicas de saúde. Desta forma, as camponesas exigiam espaço nos conselhos municipais e estaduais de saúde, para garantir a efetivação dos direitos aprovados na Constituição e também construir uma perspectiva de saúde integral, que ultrapassasse apenas o tratamento das doenças, mas que incluía a prevenção e promoção da saúde, por meio de hábitos alimentares e de vida saudáveis, uso de terapias preventivas, promovendo a vida e a saúde (CONTE, MARTINS, DARON, 2009). Colocando no debate de saúde pública as condições de vida das populações, do acesso a alimentação diária e de qualidade, da necessidade de saneamento básico, do uso das plantas e ervas medicinais para prevenção e tratamento da saúde, além de outras práticas de tratamento e cuidado com a saúde humana.

Mesmo em contexto neoliberal, em 1990, após a realização de amplas mobilizações e pressões dos movimentos populares junto as distintas esferas de governo, foi regulamentado o Sistema Único de Saúde (SUS), como um sistema público e universal de saúde, com controle social. No marco de efetivação do SUS, as camponesas reivindicaram e promoveram discussões para garantir que fossem “incluídas políticas específicas e de atenção integral a saúde da mulher, visando superar a visão maternal infantil que predominava.” (CONTE, MARTINS, DARON, 2009, p. 105), se engajaram na luta pela implementação do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) e também do Programa de Saúde da Família (PSF) para o meio rural.

2.3.3. Pela regulamentação dos direitos conquistados

As camponesas, em 1989, se inserem amplamente, na primeira eleição presidencial direta após o fim do período da ditadura militar e estabelecimento da nova república, fixada com a promulgação no ano anterior pela Constituição Federal. Uma eleição marcada pelo confronto entre duas concepções de projeto de desenvolvimento para o país: um novo modelo desenvolvimentista nacional ou um projeto econômico e político liberal. As camponesas buscavam também colocar mulheres rurais no pleito político como candidatas em seus estados e nacionalmente, para forjar na disputa cotidiana seu objetivo de ocupação dos espaços políticos decisórios e buscar mais conquistas de direitos. Desta forma, nas eleições gerais para governadores, câmara federal, senado e câmaras estaduais, de 1990, uma trabalhadora rural, Luci Choinacki, é

eleita deputada federal (ANMTR, 1997), a qual já havia sido eleita deputada estadual no estado de Santa Catarina em 1986, levando a voz e as reivindicações das camponesas para a Câmara Federal.

Com o fim do bloco do Socialismo Soviético, tem-se duas consequências importantes para a reorganização da geopolítica mundial e com efeitos particulares na América Latina: a mudança da correlação mundial das forças em favor do imperialismo, estabelecendo a hegemonia planetária estadunidense, com a globalização neoliberal e a marginalização política e ideológica da esquerda Socialista¹⁸ (REGALADO, 2012). Que provoca um novo reordenamento territorial no continente centrado na ampliação das fronteiras capitalistas sobre os territórios com importantes recursos, riquezas e conhecimentos., usando para isso, uma nova agenda de segurança, que fragmenta o inimigo, pulveriza suas identidades, e criminaliza o ideológico (NOVION, 2014), como forma de ampliar a criminalização das ações das populações afetadas por estas políticas. No contexto eleitoral brasileiro, isso repercutiu, na derrota do candidato Luís Inácio Lula da Silva que era visto como o representante das ideias socialistas, modelo político dito derrotado pelo capitalismo e com isso, a vitória de Fernando Collor de Mello (1990-1992), representando o modelo neoliberal. Se consolida hegemonicamente naquele momento o pacto liberal-dependente, que não irá estancar a crise econômica, a inflação, altos preços, baixos salários, nem diminuir as desigualdades sociais, pelo contrário, estas seguirão se ampliando e o Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza. (DRAIBE, apud MARANGONI, 2012).

Neste contexto, faz-se necessário reforçar a organização e luta popular para pressionar a regulamentação dos direitos aprovados na Constituição, colocados em risco pelas políticas neoliberais de ajustes aos “gastos” públicos com direitos sociais. As camponesas atuam diretamente sobre a regulamentação da seguridade social, e “Toda essa luta resultou na regulamentação da Previdência Rural que está escrita na Lei 8.212/91 que trata do custeio, e a Lei 8.213/91 que trata dos benefícios e enquadramento das/os trabalhadoras/es rurais.” (COLLET, 2018, p. 04), que determina a condição de Segurados/as Especiais¹⁹ aos beneficiários/as da Previdência Rural. Reconhecendo a

¹⁸ Porém cabe destacar que ela não significou uma ruptura de época, pois os processos de luta anteriores foram necessários para abrir caminho às lutas subsequentes das esquerdas latino-americana (REGALADO, 2012).

¹⁹ São identificados como assegurados/as especiais o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a

condição e realidade diferenciada do trabalho e da forma de economia e renda do trabalhador e da trabalhadora rural, mas principalmente de acordo com Galiza e Valadares (2016) pela condição de penosidade da atividade rural e a inserção precoce na atividade laboral dos trabalhadores/as rurais.

Em relação as regras definidas para o acesso das mulheres camponesas e urbanas aos benefícios da Previdência Social, a luta e organização intensa das mulheres do campo e da cidade forçou o reconhecimento do Estado brasileiro das desigualdades históricas entre os gêneros no mundo do trabalho produtivo e no âmbito do trabalho reprodutivo. Pois cabe as mulheres a sobrecarga com a dupla jornada de trabalho, como pode-se confirmar nos dados da PNAD²⁰ de 2014, em que “[...] o tempo médio que as mulheres dedicavam aos afazeres domésticos era de 25,3 horas por semana, enquanto os homens, que diziam ocupar-se de tais tarefas, não dedicavam a elas mais que 10,9 horas semanais” (GALIZA, VALADARES, 2016. p. 25). Situação agravada pelas desigualdades das mulheres no trabalho produtivo, com menor acesso ao trabalho formal e trabalhos com remuneração salarial inferior, o que leva a direitos previdenciários inferiores, como afirma a Organização Internacional do Trabalho (OIT) na média, as mulheres ganham 22,1% a menos que os homens no País (MUSSE, MORELLO, 2016).

Essa condição é ainda mais precária para as mulheres camponesas, onde o trabalho em forma de economia familiar, o trabalho produtivo das mulheres “[...] acaba por ser em parte subestimado ou invisibilizado, tal como ocorre com os afazeres domésticos, na medida em que se alterna e se confunde com estes no espaço ampliado do estabelecimento agrícola familiar” (GALIZA, VALADARES, 2016. p. 26). A partir desta compreensão, se reivindica regras diferenciadas das mulheres em relação aos homens, em particular no que se refere ao tempo de contribuição necessária para ter acesso a aposentadoria, assim, as mulheres camponesas e urbanas necessitam um tempo de contribuição 05 anos inferior que os homens para acesso a aposentadoria.

No Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1991, as camponesas promoveram a grande Campanha Mulher

aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei. (BERWANGER, 2013, apud MUSSE, MORELLO, 2016, p. 14)

²⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Trabalhadora Rural, *DECLARE SUA PROFISSÃO* (AIMTRSUL, 1998), com objetivo de que as camponesas se declarassem como trabalhadoras rurais, para reforçar a conquista deste reconhecimento e sair da invisibilidade nos registros dos dados do Estado, onde ficavam subsumidas nas categorias, do lar, doméstica, dona de casa ou outros adjetivos que a elas eram atribuídos até então.

2.3.4. Direito ao salário maternidade para as camponesas

O governo de Fernando Collor vetou o salário maternidade para as trabalhadoras rurais, que havia sido aprovado na CF, as mulheres reagiram ao veto do presidente, realizando uma mobilização nacional no marco do 08 de março de 1992, com a presença de 18 estados, aproximadamente 1800 mulheres trabalhadoras rurais, em Brasília, ocuparam o Ministério da Previdência, para forjar a implementação dos benefícios aprovados e regulamentados na Câmara Federal (AIMTR-SUL, 1998). Como a conjuntura política estava desfavorável para a retirada do veto sobre o salário maternidade, então elas priorizaram a mobilização para a efetivação do pagamento dos benefícios já sancionados como a aposentadoria rural, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a nível federal, estadual e local.

Com o impeachment de Fernando Collor no final de 1992, as camponesas retomam as ações de mobilização para garantir seu direito ao benefício do salário maternidade. Atuaram na proposição de um Projeto de Lei para a regulamentação do direito encabeçado pela deputada Federal de Santa Catarina Luci Choinacki, incidindo cotidianamente com uma comissão permanente de negociação e diálogo em Brasília, junto aos parlamentares na Câmara Federal, Senado Federal e no Ministério da Previdência (que era contrário à aprovação do salário maternidade para as mulheres rurais), intensificando também os trabalhos de base nos municípios e nos estados (AIMTR-SUL, 1994). Para ampliar a mobilização das mulheres camponesas de todo Brasil na luta pelo salário maternidade, elemento fundamental para forçar a aprovação deste direito, a AIMTR SUL deslocou dirigentes para outras regiões do país, tirando como estratégia a região norte e nordeste. Como resultado desta mobilização nacional, realizou-se em agosto de 1993 uma caravana a Brasília pelo Salário Maternidade, Reforma Agrária e não a Revisão Constitucional (ANMTR, 1997), com a presença de 19 estados, o que resultou na conquista, em 1994 do direito ao salário maternidade para as trabalhadoras

rurais. Levando a uma equiparação de direitos entre as trabalhadoras rurais e as trabalhadoras urbanas, que já gozam deste benefício da seguridade social.

2.3.5. Direito a documentação e cidadania

Com a conquista dos direitos previdenciários e a regulamentação dos mesmos, inicia-se o processo de acesso aos direitos pelos beneficiários/as, momento em que se identifica que devido a invisibilidade e submissão histórica das mulheres camponesas pela sociedade patriarcal, muitas delas não possuíam os documentos individuais de identificação como a certidão de nascimento/casamento, carteira de identidade, cadastro de pessoa física, título de eleitor e carteira de sócia do sindicato de trabalhadores rurais, assim como não possuíam os demais documentos profissionais como: bloco de notas de produtora rural,²¹ contrato de arrendamento ou parceria e titularidade da posse da terra. Documentos necessários para comprovar a condição de trabalhadora rural para o acesso aos benefícios previdenciários, mas também para acesso ao SUS, para matrícula na escola pública, acesso a créditos de incentivo à produção agrícola e todos os direitos garantidos pelo Estado. Segundo dados do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), apresentado pelo Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural²², “cerca de 60% das restrições cadastrais das mulheres para o acesso ao Pronaf (safra 2003/2004) e ao microcrédito se refere à ausência de documentação, especialmente o registro civil e o CPF.” (BR, 2007, p.07).

O direito ao acesso a documentação pessoal e profissional são condição básica para que as mulheres camponesas sejam reconhecidas como cidadãs de direito perante o Estado brasileiro. Devido a este limitante identificado pelos movimentos autônomos de mulheres camponesas articulados na AIMTRSUL²³, em 1994, lança-se a primeira

²¹ É o principal documento que comprova a profissão de trabalhadora rural. (AIMTR-SUL, 1994, p.10). As mulheres camponesas promoveram o debate político junto aos governos e parlamentares para a implementação deste documento que comprova e garante a contribuição das camponesas/es da alíquota cobrada sobre a comercialização dos produtos da agricultura camponesa, recurso que vai para o Fundo Nacional de Previdência Social para o pagamento dos benefícios previdenciários. Desmistificando a errônea afirmação de que a Previdência Rural está no bojo das políticas de assistência social, pois as camponesas/es contribuem para a Previdência Social.

²² Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2004. Graças ao PNDTR. Até o ano de 2009, o programa havia realizado 1,7 mil mutirões de documentação, que atenderam mais de dois mil municípios de todas as regiões do País, resultaram na emissão gratuita de um milhão de documentos civis e trabalhistas. (BR, 2009, p. 05)

²³ Composto pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR/RS, Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA/MS, Movimento Popular de Mulheres do Paraná - MPMP, Comissão de Mulheres do

Campanha de Documentação Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos, por compreender que “[...] todas as mulheres devem ter seus documentos que a identificam como indivíduo e também pela profissão de trabalhadora rural” (AIMTRSUL, 1994, p. 07). Esta campanha será ampliada e ganhará caráter nacional em 1995, quando se constituirá a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR e em 2004 foi transformada em programa de Estado com ações concretas para a promoção do direito à cidadania as mulheres rurais.

2.3.6. Direito ao acesso e posse da terra

Como vimos anteriormente no histórico de constituição dos movimentos autônomos de mulheres camponesas a luta pela terra, território e por reforma agrária está no centro de suas reivindicações e de sua vida cotidiana, mas além do direito ao acesso à terra, as camponesas também reivindicam o direito das mulheres a posse da terra, sendo uma das conquistas da constituição de 1988, a garantia do direito da mulher trabalhadora rural ter terra em seu nome (AIMTR-SUL, 1994). Contudo não era uma obrigação, e devido a cultura patriarcal e machista no campo, que também perpassa pelas estruturas sociais e de Estado, a desigualdade no acesso e de posse da terra para as mulheres é alarmante. Isso fica evidente nos dados de posse da terra dos estabelecimentos rurais que aponta que “[...] são os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área: eles possuem 87,32% de todos os estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras” (OXFAM BRASIL, 2016, p. 10), realidade concreta que reafirma a necessidade da luta para superação desta desigualdade.

As mulheres, normalmente, têm o acesso a propriedade da terra, apenas em caso de viuvez ou de herança, apesar de que em este último caso, há uma tendência a privilegiar os filhos homens e as mulheres recebem outros itens de menor valor econômico, como animais, enxovais, máquinas de costura e outros afins (DEERE; LEON, 2003). As camponesas, junto as mulheres de outros movimentos populares de luta pela terra, protagonizaram a demanda pelo direito ao acesso à terra e pela obrigatoriedade da titularidade conjunta nas áreas de reforma agrária, conquistando:

Departamento de Trabalhadores Rurais DETR/CUT/PR - CQMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR/SP e Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA/SC.

Em 2003 com a Portaria nº 981 do INCRA, em que [acréscimo] passou a ser obrigatória a titulação conjunta da terra para lotes da reforma agrária em caso de casamento ou união estável [...]. No caso de separação e em que a terra está em processo de titulação a área fica com a mulher, desde que ela tenha a guarda dos filhos em respeito ao código civil (BUTTO, HORA, 2010, p. 28).

As mulheres com filhos/as passam a ser prioridade na lista de espera para ser assentadas, assim como em caso de violência doméstica, o homem é afastado do lote e a mulher tem prioridade na permanência na propriedade. O direito ao acesso à terra para as mulheres também representa o acesso a outros benefícios ou direitos que somente se efetivam com a comprovação da propriedade da terra, como crédito rural e financiamentos, o que representa autonomia para definir projetos produtivos de geração de renda e autonomia econômica.

2.3.7. Direito a viver sem violência

A identificação e o enfrentamento a violência doméstica e familiar vivenciada pelas mulheres camponesas, são temas que permeiam historicamente todos os processos de organização, formação e mobilização do MMC. Violência doméstica, que segundo Welzer-Lang (apud SAFFIOTI, 2015, p. 78), “é o primeiro modo de regulação das relações sociais entre os sexos”, determinando a dominação- exploração masculina sobre a vida das mulheres, mas também dos demais sujeitos do meio familiar. Assim a violência doméstica, segundo a autora, pode ser definida como “[...] o estabelecimento de um domínio sobre os seres humanos situado no território do patriarca [...]” (p. 77), onde este exerce seu poder de hierarquia sobre os demais membros ou pessoas que se encontram neste espaço – tempo, utilizando-se das mais diferentes expressões de violência para garantir seus privilégios e subordinar aos demais. As mulheres camponesas entendem que a violência praticada contra elas é uma construção social, é parte estruturante da sociedade capitalista e patriarcal:

[...] porque é um sistema baseado na desigualdade, na exploração, nos privilégios de poucos, nas leis, nas normas, e nas políticas sociais que fundamentam a inferioridade da mulher e a superioridade dos homens. Este jeito de organizar e educar a sociedade é a raiz da violência. [...] (MMC, 2005, p. 09).

Portanto, todas as mulheres são afetadas por relações de opressão, discriminação, dominação e exploração, a violência doméstica e familiar é um fator determinante para a manutenção desta sociedade, pois a violência contra a mulher permeia todas as relações

sociais, sobretudo elementos relacionados com valores, moral e cultura, os quais são tidos como naturais e por isso tem ampla legitimação social. Sendo reproduzido por meio de uma educação sexista, tanto no espaço familiar, na escola, na igreja como em toda a sociedade. E para enfrenta-la é preciso desconstruir para as camponesas que estas relações e situações são normais, mas pelo contrário,

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência (SAFFFIOTI, 2015, p. 76).

Entende-se que um dos elementos fundantes da manutenção da violência contra as mulheres é a sua naturalização e que as próprias “[...] mulheres oprimidas vão superando a violência na medida em que vão tomando consciência das situações de violência e do direito de viver bem e feliz” (MMC, 2005, p. 16). Portanto, é preciso falar sobre este tema que é tão difícil de ser tocado pelas mulheres vítimas de violência, porque isso mexe com feridas e sentimentos que elas carregam caladas e sozinhas dentro de suas casas. Segundo dados do Mapa da Violência 2015, 64,4% dos casos de violência não letal com vítimas do sexo feminino acontece no espaço do domicílio, praticada por pessoas conhecidas e com alguma relação afetiva com ela e para os casos de feminicídio 27,1% acontecem no domicílio, identificando o espaço doméstico e familiar como local de maior incidência dos casos de violência e assassinato das mulheres.

São muitas as diferentes facetas da violência a que são submetidas as mulheres do campo, como: a violência de gênero e sexista, a violência pela sobrecarga de trabalho, violência pela desvalorização e condição social, violência física, violência moral e verbal, violência psicológica, violência sexual, violência pelo uso de agrotóxicos, violência no campo por conflitos por terra e território, discriminação de sua cultura e identidade e violência institucional, patrimonial e estrutural (LORENZONI, 2007). Além da violência doméstica e familiar, as camponesas afirmam que na sociedade capitalista e patriarcal há outras formas de violência contra as mulheres, que manifestam a ideologia de superioridade masculina e inferioridade feminina, como acontece no caso da negação do acesso aos direitos: educação formal, saúde pública, aposentadoria e outros direitos previdenciários, moradia digna e a discriminação que atinge as mulheres do campo, por ser mulheres trabalhadoras rurais, da roça, ser pescadoras, quilombolas, indígenas que

são tratadas como “atrasadas”, “incapazes”, “ignorantes” e desvalorizadas por sua profissão e local de vida.

Ainda sobre esta ótica de análise, as camponesas identificam como forma de violência contra as mulheres a ação do modelo de produção capitalista no campo – o agronegócio – que nega o direito ao acesso à terra, a água, a biodiversidade, a viver no campo com dignidade e justiça. Além da privação da identidade e vida camponesa, o agronegócio, por meio de seus grandes projetos, como a construção de hidroelétricas, mineradoras, rodovias, plantios sazonais com grande demanda de mão de obra masculina, que chegam as pequenas cidades do interior, modificando toda a organização social e local, e conjuntamente levam a exploração sexual e a prostituição de mulheres que foram expulsas do campo e a elas não há trabalho nestes megaprojetos. Nota-se um aumento significativo dos casos de estupro, de prostituição de menores, gravidez na adolescência e de casos de violência doméstica próximos a estes projetos do agro-hidro-minero negócio.

O sistema capitalista e patriarcal é tão perverso, que coloca na vítima de violência, nas mulheres um sentimento de culpa, as faz pensar que elas foram as causadoras ou motivadoras da reação de violência dos homens contra elas, por não estar no padrão de beleza desejado, por haver dito algo que não deviam ou por não ter aceitado o que o homem quer, um meio de buscar justificativas para as ações de violência realizadas pelos homens contra elas (LORENZONI, 2007, p. 10). Esse sentimento é parte do processo de naturalização da violência ou do próprio medo e insegurança criado nas mulheres, e que são convenções sociais que estabelecem que as mulheres são o sustentáculo da família e que para mantê-la devem aceitar e se submeter a várias situações de violência, a um processo de resignação que tem muito de seus fundamentos nas ideologias religiosas.

A violência contra a mulher se expressa de diferentes formas, que podem formar um ciclo que é composto por várias fases, que vão se intensificando e se tonando cada vez mais frequentes, tornando-se vicioso e repetitivo ao longo do tempo e da vida das mulheres (LORENZONI, 2007). A violência contra a mulher é um problema grave que afeta a todas as mulheres, mas afeta toda a sociedade brasileira, segundo o Atlas de violência 2017, no ano de 2015 foram assassinadas 4.621 mulheres, o que representa uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres, dados que colocam o Brasil no 5º lugar no ranking mundial por morte deste tipo de crime e destes, a maioria das mulheres

assassinadas são negras, representando 65,5%, evidenciando que os fatores de desigualdade de gênero e de raça são determinantes para a discriminação, opressão e exploração de importante parcela da sociedade, as mulheres e particularmente as mulheres negras e indígenas, por sua condição étnico/racial.

As camponesas também atuam exigindo ao Estado, instrumentos e ações práticas de enfrentamento a violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha²⁴, que cria mecanismos para coibir e punir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres (MMC, 2008). Superando a ampla condição de impunidade que gozavam os agressores, por um sistema jurídico, penal e policial que “[...] reflete a complacência que a sociedade tem para com a violência doméstica” (SAFFIOTI, 2015, p. 92), deixando impunes os agressores, perpetuando a violência contra as mulheres.

Contudo, devido a particularidade das condições de vida das mulheres do campo, a dificuldade do acesso delas a estes mecanismos criados, pois nem sempre há sinal telefônico no meio rural para fazer a denúncia na Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180²⁵. As casas são distantes umas das outras, para que algum vizinho/a ouça o pedido de ajuda ou para que a mulher possa se socorrer após uma agressão. Não a transporte público para ir a um hospital fazer um exame de corpo de delito ou ir a uma delegacia fazer um Boletim de Ocorrência, além de não contar com Delegacia Especializada ao Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência (DEAM) ou casas de apoio para a mulher se abrigar com seus filhos após a denúncia, tendo que em muitas situações voltar a casa do agressor. Situações que culminam na não realização da denúncia ou com a reincidência das agressões com maior violência e crueldade, quando não do assassinato da mulher que denunciou. Ainda assim, é necessário reconhecer que

²⁴ Lei número 11.340/2006, decretada em 07 de agosto daquele ano, modificou o código penal brasileiro, também o processo e a execução da pena “pecuniárias” (multas e cestas básicas) e tipifica a violência doméstica contra a mulher como uma violação dos direitos humanos. Antes da criação da Lei, os casos de violência contra a mulher eram considerados de “menor potencial ofensivo”, julgados junto a casos de brigas de vizinhos ou discussões de trânsito, a punição dos agressores, podia ser substituída por meio do pagamento de multas e cestas básicas. (MMC, 2008).

²⁵ É um serviço gratuito de atendimento telefônico da [Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República \(SPM-PR\)](http://www.compromissoeatitude.org.br/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/), que foi criado em 2005 para que a população brasileira, em especial as mulheres, pudesse receber orientações e denunciar casos de violência de gênero, em suas diversas formas. Trata-se de um serviço de utilidade pública de emergência, de abrangência nacional, que pode ser acessado pelo número 180, gratuitamente, 24 horas por dia, de qualquer terminal telefônico – móvel ou fixo, particular ou público – todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/>. Acesso em: 12 de jul. de 2018.

estes instrumentos são importantes avanços no enfrentamento a violência doméstica e familiar, mas devem melhorar e ampliar sua capacidade de atendimento, sobretudo, no meio rural.

Para romper o silêncio sobre o tema da violência contra as mulheres no seio dos movimentos populares do campo a nível nacional e internacional, o MMC junto com as demais mulheres da Via Campesina, impulsionaram a criação de uma Campanha Mundial pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que foi lançada em 2008 na V Conferência da Via Campesina Internacional em Maputo – Moçambique. Esta campanha é de responsabilidade e deve ser assumida por todas as organizações que compõe a Via Campesina, não apenas as organizações de mulheres ou as mulheres das organizações mistas, como afirmado na declaração final da V conferência:

[...]. Nós, todos e todas, mulheres e homens, da Via Campesina, nos comprometemos de forma responsável por construir novas e melhores relações humanas entre homens e mulheres, como parte necessária da construção das novas sociedades as quais aspiramos. [...]” (VIA CAMPESINA, 2008, tradução nossa)²⁶.

A violência contra as mulheres deve ser enfrentada nas práticas e ações machistas que são reproduzidas no cotidiano das organizações, neste sentido com a campanha as mulheres buscam tocar em temas que as afetam em sua participação política nas organizações sociais, onde são reproduzidas práticas de opressão, discriminação contra as mulheres, como ignorar a opinião de mulheres em reuniões, priorizar a participação masculina em eventos e atividades de relevância para as organizações, não garantia da paridade de participação das mulheres nas instâncias diretivas das organizações, desqualificação de uma mulher por difamação em aspectos morais e também casos de assédio sexual e violência verbal e física. Ela busca ser um instrumento para o diálogo sobre a origem da violência contra as mulheres, de suas diferentes formas de expressão no campo e a busca de sua superação no seio da Via Campesina. A campanha é um grande avanço para as mulheres camponesas e também um grande desafio no sentido da efetivação e do comprometimento de todos e todas para enfrentar a violência contra as mulheres.

²⁶ Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-viacampesina/>. Acesso em 27 de maio de 2018.

2.4.A unidade da luta das mulheres camponesas no Brasil e na América Latina

As camponesas para fortalecer sua organização autônoma e sua luta no campo desde uma perspectiva de classes, se unem a outras organizações e articulações de movimentos populares a nível nacional, mas também a nível continental. Elas formam parte da aliança de enfrentamento ao modelo neoliberal na América Latina, que dará origem a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC).

Que tem sua origem com o impulso da *Campanha de 500 anos de Resistencia Indígena, Negra e Popular*, promovida desde 1989, com a qual se desenvolveu uma mobilização a nível continental (CLOC, 2010), com o foco na crítica as políticas econômicas da globalização neoliberal, campanha da qual as mulheres camponesas do Brasil também se envolveram e participaram ativamente. A constituição da CLOC se deu no ano de 1994, no marco do seu I Congresso Continental, em Lima/Peru, e as mulheres que participaram daquele momento histórico de fortalecimento da articulação de luta camponesa, indígena e negra na América Latina, logo identificaram sua participação inferior naquele espaço político, assim elas se organizam e criam estratégias para garantir maior participação das mulheres nestes encontros e nos espaços deliberativos das direções da CLOC, como podemos ver na proposta explicitada na declaração do I Congresso:

A luta das mulheres do campo é a luta de todos; não é um problema só das mulheres, mas de todos os explorados, de toda a sociedade. Trabalharemos por uma mística latino-americana que supere todo tipo de discriminação e violência contra a mulher, facilitando e apoiando sua participação ativa e com direitos iguais que o homem nas diferentes instancias de decisão [...] (CLOC, 2010, tradução nossa).

Neste espaço de articulação, as mulheres articuladas na CLOC, reafirmam a compreensão política de que “[...] a subordinação das mulheres era sistêmica, fundamentada nas estruturas profundas da sociedade.” (FRASER, 2009, p. 18), e para isso, elas consideram fundamental fortalecer e ampliar nos países a criação de movimentos autônomos de mulheres, de caráter nacional. Assim após o I Congresso as mulheres latino-americanas se encontram em um seminário de formação em março de 1995 para discutir sua participação no Congresso, os desafios das mulheres na sociedade e os desafios para os movimentos do campo. Desta discussão, os movimentos autônomos de mulheres camponesas do Brasil decidem constituir a ANMTR (CRUZ, 2013, p. 03), para fortalecer a luta das mulheres do campo a nível nacional e sua participação dentro da CLOC e da

Via Campesina, sendo necessário a realização de um Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais para debater estes temas.

E com a mobilização nacional pela aprovação do direito ao salário maternidade, reafirmou-se para os movimentos autônomos que somente com a luta coletiva, massiva e articulada das mulheres do campo do Brasil é possível o avanço na conquista dos seus direitos. A experiência e intercâmbio vivenciados na luta concreta, fortaleceu ainda mais a ideia da “[...] necessidade de realizar um Encontro Nacional que oportunizasse as diferentes organizações de mulheres autônomas ou não, que existissem no Brasil, se encontrarem e aprofundarem temas comuns e possibilidade de articulação mais efetiva entre si.” (ANMTR, [1996 ou 1997]). Desta forma, se realiza o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais²⁷, em outubro de 1995 no Instituto Cajamar em Jundiá/São Paulo, com o lema “*Mulher trabalhadora rural amante da igualdade, é preciso ter força, garra. Sempre!*” (ANMTR, 1997, p.03), onde se constitui a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR BRASIL), como um espaço nacional de discussão, articulação, elaboração e principalmente definição e ação conjunta sobre as lutas das mulheres do campo no Brasil. O debate deste I Encontro Nacional centrou-se no estudo e discussão da relação entre a luta de gênero e classe.

No âmbito da constituição de uma identidade nacional de referência para as mulheres camponesas, se reafirmam o dia 08 de março e o dia 12 de agosto como dias nacionais de luta e a intensificação e unificação da Campanha Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos, que passa a ser de abrangência nacional a partir daquele momento. Além da elaboração de um calendário nacional de encontros para a formação e intercâmbio de experiências, potencializando a diversidade de movimentos de mulheres autônomos e os coletivos de mulheres dos movimentos mistos. No encontro foi definida a estrutura organizativa²⁸ da ANMTR, com a responsabilidade de dar dinamicidade e vida orgânica a mesma.

²⁷ Foi chamado de I Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, pois muitas das participantes não conheciam a história dos encontros anteriores e do processo de articulação nacional das mulheres trabalhadoras rurais iniciado desde 1986. Portanto depois do resgate desta história realizado no Encontro Nacional de 1995, se realizara um debate de que este foi o III Encontro Nacional e o seguinte a realizar-se em 1999 será o IV Encontro Nacional.

²⁸ A Coordenação Nacional ficou composta por: MMTR – NE (2 representantes), AIMTR SUL (2 representantes), AMUTRES (1 representante), CAMUTRA (1 representante), FETAGRO, MONAPE - Movimento Nacional de Pescadores (1 representante) e MST (1 representante). (ANMTR, 1995).

Se ampliam os processos de formação e organização da Articulação Nacional para enfrentar as políticas neoliberais, realizando em 1998, 02 importantes seminários nacionais: o Seminário Nacional sobre os Direitos da Mulher²⁹ e o Seminário Nacional de Preparação ao Encontro Nacional e da Campanha de Documentação³⁰. Um elemento importante que surge em meio a esse processo de constituição da ANMTR, particularmente na AIMTR SUL³¹, é a compreensão política e o desejo manifestado por elas de que este processo deveria contribuir para a constituição de um movimento nacional de mulheres trabalhadoras rurais, respeitando as realidades de cada região, para que seja uma referência nacional das mulheres camponesas, com atuação mais permanente, com uma identidade simbólica comum (bandeira) e com maior centralidade das lutas políticas (AIMTRSUL, 1998). Contudo, este debate não se deu a nível nacional naquele momento, se esperou seguir amadurecendo coletivamente esta ideia e ter as condições materiais necessárias para este importante passo na luta das mulheres camponesas do Brasil.

Com o lema *Unidas contra o neoliberalismo por pão, Justiça, igualdade* é realizado o IV Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais de 1999, que ampliará o caráter de articulação das mulheres camponesas, abrangendo a partir daquele encontro a todos os movimentos e organizações que são membros da Via Campesina Brasil³². Dessa forma, a coordenação passa a ser composta por representantes de cada estado dos movimentos autônomos³³ mais uma representante de cada movimento misto, para facilitar e agilizar a comunicação com os estados, ampliar a representatividade e proporcionar a formação de mais lideranças nacionais. As principais lutas são reafirmadas, como a campanha de documentação, defesa da saúde, previdência e projeto popular para o Brasil.

Desde a ANMTR, as camponesas discutem a necessidade de reafirmar sua perspectiva de transformação da sociedade, porque mesmo que o movimento tenha lutas “específicas”, também constrói um projeto democrático, popular e socialista de sociedade

²⁹ Realizado de 22 a 25 de junho em Brasília.

³⁰ Realizado de 23 a 24 de novembro de 1998, na Casa de Retiros Assunção em Brasília.

³¹ Composta naquele momento por movimentos de mulheres camponesas dos estados do MS, PR, SC e RS.

³² Composta naquele momento por: MST, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB e também a Associação de Mulheres Indígenas Saterê Mauê – AMISM.

³³ Que eram: RS, SC, PR, MS, PA, MA PI, BA, AL, SE, RR, AC, PB, RN, AM, TO. (ANMTR, 1999).

para o Brasil, e para isso fortalecem este tema nos processos de formação desde a perspectiva da consciência de classe, de gênero, raça e etnia e do significado da construção de uma sociedade socialista (ANMTR, 1998). Para enfrentar as mazelas da exploração e dominação do capitalismo imperialista, as camponesas entendem que é preciso promover uma revolução socialista, uma sociedade onde a propriedade dos meios de produção seja socializado e não exista exploração de classes nem de gênero, por cor da pele ou origem étnica.

2.4.1. Enfrentamento ao neoliberalismo e ao patriarcado

Em meados da década de 1990, o foco das lutas dos movimentos populares do país e do continente, e não poderia ser diferente para as mulheres camponesas, foi o enfrentamento as políticas econômicas e sociais do “pacote neoliberal”, que foram implantadas em sua essência pelo governo de Fernando Henrique Cardoso/PSDB³⁴ (1995-1998/1999-2002) no Brasil³⁵. No Brasil, este período foi marcado pela política de privatizações, principalmente nos setores de telecomunicações, mineração e eletricidade, entregando toda riqueza nacional ao monopólio das empresas estrangeiras (DA COSTA E SILVA, 2005).

Em contraposição as políticas neoliberais, em 1999, as camponesas junto aos movimentos populares, realizam uma marcha popular pelo Brasil para a construção de um Projeto Popular de país. A marcha nacional iniciou no fim do mês de julho e chegou a capital federal no início do mês de outubro, permanecendo na mesma em acampamento nacional, onde se realizou a Assembleia dos lutadores (as) do povo e ações contra o presidente FHC, o FMI e suas políticas (ANMTR, 1999). Denunciava-se os impactos das políticas neoliberais para a garantia dos direitos da população brasileira, afetando de maneira direta as mulheres do campo.

E como parte desta política de corte de direitos sociais, em 1995, o Governo FHC encaminhou ao Congresso Nacional a primeira proposta de reforma da previdência social, (AMARO, 2011), no marco de uma reforma constitucional, que ameaçava a retirada de direitos conquistados na CF de 1988. Questionava-se a contribuição dos rurais para o

³⁴ Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é um [partido político do Brasil](#). Foi fundado em 25 de junho de 1988.

³⁵ Por Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Salinas de Gortari no México e outros presidentes do período de hegemonia dos governos neoliberais no continente.

fundo nacional de previdência e o governo propôs a criação de um fundo público, que recolhesse apenas de quem recebesse menos de 03 salários mínimos, e os demais iriam para os fundos privados (ANMTR, 1997). O objetivo era acabar com a previdência para os pobres, colocando – os no bojo das políticas para assistência social e privatizar os benefícios para quem possa pagar planos privados de previdência.

Esta proposta da reforma da previdência foi aprovada por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 20 em 1998, na qual:

[...] a maioria dos dispositivos constitucionais modificados era na área do serviço público, grande foco da Emenda 20, seguiu a premissa básica de redução de despesas, embora tenham cumprido, acessoriamente, o objetivo de aproximar os requisitos e critérios vigentes para o regime de previdência dos servidores civis e para o RGPS. (AMARO, 2004, p. 12).

Mas esta emenda também afetou as/os trabalhadoras/es rurais, com mudança nas regras de acesso a aposentadoria, que deixou de ser por comprovação do tempo de serviço, passando a ser por tempo de contribuição, e ampliou-se de 14 para 16 anos a inclusão dos filhos/as no regime familiar para acesso aos benefícios e contabilização do tempo de contribuição (ANMTR, 2000). Essas mudanças dificultaram o acesso aos benefícios para muitas/os camponesas/es, pois nem todos conseguem comprovar a contribuição, produzem apenas para o autoconsumo, e também pelo fator da informalidade, falta de documentação que é cultural no meio rural e esta situação “[...] de negativa do benefício em função da escassez de documentos recaem prioritariamente sobre as mulheres, uma vez que estas muitas vezes não possuem terras, contratos ou notas fiscais em seus nomes, mas nos nomes dos seus maridos ou companheiros.” (MELO; SANTOS (2012) apud GALIZA; VALADARES, 2016, p. 20). Sobre a mudança da idade também foi um retrocesso, entendendo que no campo as/os jovens iniciam o trabalho antes dos 16 anos, segundo os mesmos autores “Nas áreas rurais, [...] o trabalho anterior à idade de 15 anos ainda é regra: em 2014, 78,2% dos homens e 70,2% das mulheres ocupadas começaram a trabalhar nesta faixa etária” (p.22). Assim, como muitas jovens são mães antes dos 16 anos e com a mudança não conseguiram acessar salário maternidade, muitas/os trabalhadoras/es ficaram excluídos/as da previdência social com estas mudanças e as mulheres são maioria nesta condição.

O governo não ficou satisfeito com a reforma aprovada e enviou um novo Projeto de Lei reformulado para o Congresso Nacional, na tentativa de reformar os itens não alcançados no RGPS³⁶. Para enfrentar essa política de retirada de direitos, no ano 2000 que marca os 500 anos da colonização portuguesa no Brasil, as mulheres da roça com o lema *Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil*, realizam o 1º Acampamento Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esta mobilização levou em caravana, mais de 3 mil mulheres para Brasília, para reivindicar saúde pública de boa qualidade para todos (SUS), previdência pública e universal e para discutir o contexto brasileiro naquele momento e que país pretende-se construir para as futuras gerações (ANMTR, 1999). Como resultado da luta e pressão das camponesas acampadas e pelos inúmeros abaixo assinados que chegavam a Câmara de Deputados de todo o país, o governo federal retirou da pauta o Projeto de Lei (PL) 1733/99 que tratava da reforma da previdência, que atingiria diretamente as mulheres e homens do campo (ANMTR, 2000). Este PL previa que a contribuição dos trabalhadores/as rurais para a previdência deveria ser de forma direta, com pagamento individual de cada membro da família camponesa, deixando de ser de forma indireta via imposto sobre produção.

No marco da jornada nacional de lutas do 08 de março de 2001 e 2002, a ANMTR promoveu a realização do 2º e 3º acampamentos nacionais das mulheres trabalhadoras rurais. O 2º se realizou sobre o lema *Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil*, que ocorreu nas capitais dos estados, mobilizando aproximadamente 40 mil mulheres camponesas. E o 3º Acampamento denominado Margarida Alves, ocorreu em 25 capitais de estados, com o lema *Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade*. Em síntese, a luta das camponesas com os acampamentos naquele período, se centrava na luta pela Soberania nacional, pela reforma agrária, pela manutenção dos direitos previdenciários, a luta por saúde e educação pública e por um Brasil livre de transgênicos e contra a ALCA (ANMTR, 2002). Promovendo um enfrentamento direto as políticas econômicas neoliberais realizadas pelo governo federal.

Neste período, as camponesas se somaram a uma ampla articulação dos movimentos sociais, ONGs e intelectuais engajados na luta social para a constituição da Aliança Social Continental³⁷ para denunciar o objetivo da política de integração econômica da

³⁶ Regime Geral da Previdência Social.

³⁷ Nasce na I Cúpula dos Povos que se realizou em Santiago do Chile, em abril de 1998, em paralelo à II Cúpula de Presidentes das Américas, promovida para avançar nas negociações da ALCA. Naquela

Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA), uma iniciativa de integração econômica da globalização neoliberal, apresentada como uma proposta, inicialmente, multilateral para o continente americano, mas que em sua essência é uma formulação unilateral desde a hegemonia estadunidense, que busca sustentar uma geopolítica expansionista e intervencionista. Em síntese, a ALCA previa centralmente o livre comércio e livre competição entre os mercados, diminuição da intervenção e das funções do Estado, a máxima exploração dos trabalhadores com políticas de terceirização e a minimização de políticas sociais, todos os direitos sociais mercantilizados e privatizações dos bens e recursos naturais nos territórios nacionais (NOVION, 2014). Ela buscava eliminar qualquer barreira para a livre circulação de mercadorias no continente, mas com um desenvolvimento desigual das indústrias nacionais dos países latino-americanos em relação as multinacionais estadunidenses, isso significaria a falência da indústria nacional e um total controle do mercado pelas empresas multinacionais. Que como consequência traria: desemprego, baixos salários, fim dos direitos sociais (saúde, educação, previdência), controle externo sobre a economia e território nacional e militarização da segurança, em conclusão, o fim da soberania nacional.

Para o campo, estes acordos internacionais de comércio, significariam o controle de toda cadeia produtiva agrícola pelas empresas transnacionais, obrigando as camponesas/es a integrar – se a estas empresas para produzir no campo, e receber preços baixíssimos por seus produtos, gerando um endividando massivo das famílias camponesas com os bancos, que para sanar as dívidas, vendem a terra e vão para as periferias das cidades. Somente naquele período, segundo estudos da época, em apenas cinco anos, mais de 500 mil famílias de pequenos agricultores foram expulsas do campo. (ANMTR, 2001). Esvaziando o campo, o território fica livre para a exploração dos seus recursos, grande interesse do capitalismo agrário, e para a produção em grande escala do modelo do agronegócio.

oportunidade, aprovou-se a iniciativa de criar a Aliança Social Continental, constituída formalmente em abril de 1999 na reunião celebrada em São José (Costa Rica), onde foram definidos os objetivos da Aliança e a estrutura do novo espaço de articulação hemisférica. Entre os objetivos destacavam-se os de fortalecer a sociedade civil dos países das Américas, promover a mobilização de seus membros, impulsionar ações a partir de estratégias comuns (ao mesmo tempo em que se respeita a diversidade), apoiar e fortalecer os esforços de diferentes setores sociais, em nível nacional e regional, e promover o respeito a todos os direitos reconhecidos nos diversos instrumentos internacionais vigentes. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/asc> . Acessado em: nov. de 2017.

Esta política de acordos comerciais internacionais promoveu a entrada, inicialmente ilegal, das sementes transgênicas que “[...] impedem os agricultores (sobretudo os camponeses) de manterem, sem contaminação, a diversidade genética, que é a base das inovações que vêm praticando desde os tempos da domesticação e da criação da agricultura.” (NODARI, 2009, p. 166), o que tem como consequência a destruição da agricultura camponesa e afeta a produção de alimentos para a população. Para Andrioli (2008, p.132) o uso da transgenia na agricultura latino-americana “[...] afetam tanto a natureza como as pessoas que vivem e trabalham no campo. A privatização dos recursos naturais e do conhecimento em prol das multinacionais agrícolas e dos latifundiários aprofunda a desigualdade social [...]”. O monopólio das empresas multinacionais sobre a produção das sementes transgênicas e o risco que elas representam para a biodiversidade de sementes crioulas que as camponesas/es preservam e multiplicam historicamente, são uma ameaça a autonomia dos povos e a soberania alimentar e nacional do país.

Como consequência da promoção desta política de desenvolvimento para o campo, ampliam-se os conflitos por terra, território e bens naturais no Brasil, levando a que entre 1980 e 1998 fossem assassinados 1167 trabalhadores/as rurais, dos quais apenas 86 crimes foram a julgamento e somente 07 condenados (ANMTR, 2002). Dentre estes crimes estão o assassinado de Margarida Alves, de Roseli Nunes, Pe. Jósimo³⁸, Dorcelina Folador/MS³⁹, Massacres de Corumbiara/RO⁴⁰ e Eldorado do Carajás/PA. Neste sentido, ainda no ano de 2002 no marco das lutas por reforma agrária e pelo fim dos conflitos no campo, no dia 12 de agosto, as mulheres camponesas fortalecem as ações de mobilização nacional para fazer a denúncia dos crimes e cobrar do Estado brasileiro justiça e ações para deter a violência no campo.

³⁸ Membro da CPT que atuava na região do bico do papagaio, entre Tocantins e Maranhão, foi assassinado em 1986, vítima da repressão no campo na sua forma privada, em que milícias, jagunços e matadores resolvem, por meio do assassinato, as pendências da posse da terra (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2015-2017).

³⁹ Dorcelina de Oliveira Folador nasceu em 1963, no Paraná. Mudou-se para Mundo Novo/MS, onde iniciou sua atuação na Pastoral da Juventude no ano de 1980, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, foi eleita prefeita em 1996 e teve sua vida interrompida aos 36 anos de idade quando foi assassinada em 1999 por grupos criminosos ligados ao poder público local. Disponível em: <https://asminanahistoria.wordpress.com/2016/12/23/dorcelina-folador/>. Acesso em: 09 de jul. de 2018.

⁴⁰ No dia 14 de julho de 1995, centenas de famílias de sem terra ocuparam uma parte da fazenda Santa Elina e na madrugada do dia 09 de agosto, policiais e jagunços fortemente armados atacaram o acampamento, começando o massacre de Corumbiara. Possesores foram executados sumariamente, mulheres foram usadas como escudo, camponeses foram torturados. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-41.htm>. Acesso em: 09 de jul. de 2018.

As camponesas e os movimentos populares promoveram processos de formação nas comunidades, nas igrejas, municípios, estados e a nível nacional para informar e denunciar a população sobre o perigo da assinatura do Brasil do acordo da ALCA. Motivando a participação massiva da população para votação no NÃO no Plebiscito Nacional sobre a ALCA realizado de 01 a 07 de setembro de 2002. Como resultado desta mobilização popular se:

[...] distribuíram mais de 40 mil urnas em centros escolares, paróquias, universidades, praças e escritórios públicos em quase 3.900 municípios brasileiros, perguntaram à população se o governo deve assinar o tratado da Alca e se deve continuar participando de suas negociações.

A primeira pergunta registrou 9,97 milhões de respostas negativas (98,3 por cento) e a segunda 9,73 milhões de respostas negativas (95,9 por cento) (UOL, 2002⁴¹).

Esta votação expressiva em um plebiscito popular foi uma vitória importante para os movimentos populares brasileiros e latino-americanos, que entendiam que se o Brasil não assinasse o acordo isso teria efeito sobre os governos nacionais dos demais países do continente. Com a ampla pressão popular e as perspectivas emancipatórias e de autonomia de alguns governos latino-americanos que emergiam naquele período, há uma fratura no processo de negociação para a implementação da ALCA e esta proposta de integração econômica continental é considerada definitivamente derrotada em janeiro de 2005, quando deveria ter entrado em vigor conforme acordo firmado na década de 1990 pelos 34 países da região. Obviamente ela não foi vencida definitivamente, pois tomou outras formas como os Tratados de Livre Comércio (TLC) implementado por governos nacionais diretamente com os EUA por meio de acordos bilaterais.

2.5.A construção do movimento autônomo de mulheres camponesas de caráter nacional

Todo o acúmulo da organização e lutas das mulheres camponesas desde os anos de 1980 despertam nos movimentos autônomos o debate sobre a necessidade de criar um movimento de caráter nacional, capaz de tomar suas próprias decisões e definir seus rumos. Neste sentido a consolidação do MMC, começou em 2000 no acampamento da ANMTR, em que as mulheres, mobilizadas nacionalmente, derrubaram a proposta de

⁴¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/09/17/ult27u26102.jhtm>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

reforma da previdência do governo FHC, motivando estados e regiões para avançar na organização das mulheres camponesas, com o objetivo estratégico de construir um movimento nacional (MMC, 2004). Isso se concretiza em um curso nacional de formação realizado em setembro de 2003 em Brasília, com a participação 50 dirigentes apenas dos movimentos autônomos de 16 estados⁴². A discussão política se centrou em avaliar a importância da existência de um Movimento Nacional de Mulheres, e nesta perspectiva a compreensão das mulheres presentes foram de que:

“[...] estamos construindo um Movimento único, pois esses que já existem, não contemplam totalmente nossas lutas”

“Deve haver um espaço onde podemos chegar num nível de igualdade maior, devido aos anos de discriminação e preconceito; a libertação das mulheres deve partir das próprias mulheres”

“Queremos construir o Movimento Nacional para fortalecer a luta dos trabalhadores no Brasil” (MMC, 2003).

Como vemos nos depoimentos, as camponesas sentiam a necessidade de ter um espaço próprio para elas, onde tenham autonomia de decisão e direção, definindo as políticas estratégicas de ação e se sintam à vontade para conversar sobre os temas que considerem pertinentes, como a violência contra a mulher. Um espaço em que possam fortalecer a formação política organizativa das mulheres e coletivamente enfrentar a discriminação e as relações patriarcais presentes no interior das entidades parceiras mistas. Um movimento onde possam priorizar as lutas das mulheres do campo sem desvincular das lutas populares e da classe trabalhadora, valorizando as conquistas que as organizações das mulheres forjaram ao longo de sua história e principalmente, por entender que as mulheres devem ser as protagonistas de sua libertação e emancipação.

Com a clareza do passo a dar, elas constroem o que chamam de documento tese do movimento nacional, onde estão plasmados seus princípios, valores, forma de organização, nome, símbolo, estrutura, secretarias, direção entre outros, este documento foi estudado e debatido no I Congresso do MMC (MMC, 2003). Um tema central deste seminário, reafirmado no I Congresso Nacional, foi a escolha do nome do movimento nacional. Haviam duas opções: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres Camponesas, mas se optou pelo segundo nome, partindo das

⁴² Os quais foram: SC, RR, AC, AM, PA, BA, MG, MS, TO, SE, RS, AL, MA, PR, ES e RO.

reflexões políticas e teóricas que se faziam junto aos movimentos da Via Campesina no Brasil sobre esta categoria, sendo o camponês identificado por Carvalho (2005), como:

[...] aquele que tem acesso aos Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc, cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviço temporário e/ou prestar serviços para terceiros e a centralidade da reprodução social está na família. O que caracteriza uma família camponesa é a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza, a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente da melhoria das condições de vida e de trabalho da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não agrícola.

A produção é desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas (CARVALHO, 2005, p. 170).

O I Congresso Nacional foi realizado em março de 2004 em Brasília/DF, em que estiveram presentes 1500 mulheres dos movimentos autônomos de 16 estados⁴³ e nele se lançou nacionalmente a criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL), em um momento de muita mística, animação, energia e ousadia da diversidade de mulheres camponesas do Brasil, apresentando a missão a qual se propõe:

[...] A libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC, 2004⁴⁴).

⁴³ Movimento de Mulheres Agricultoras em SC – MMA; Organização de Mulheres Rurais do PR – OMR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS – MMTR; Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do AC- CAMUTRA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RR – MMTR; Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do AL – CMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do TO – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do SE – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS – MMTR; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES – AMUTRES; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG – MMTR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM – MMTR; Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA – CMTR. (MMC BRASIL, 2004)

⁴⁴ Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/45>. Acesso em: 16 de mai. de 2018.

A estrutura organizativa do MMC, foi definida de acordo a garantir o máximo de participação das mulheres camponesas na tomada das decisões do rumo e das ações do movimento, de forma participativa, horizontal, mas com fluidez e garantia da execução das definições tomadas no movimento. As instâncias organizativas definidas pelo do MMC foram:

Grupos de base como espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres possibilitando o exercício da libertação; direções municipais, regionais, estaduais e Coordenação Nacional que será responsável por dar as linhas políticas ao MMC nacional; a Direção Executiva que tem por responsabilidade implementar e viabilizar as decisões da Coordenação Nacional e o Congresso Nacional que é a instância máxima de decisão do MMC (MMC, 2004).

As camponesas reafirmam suas bandeiras históricas de luta, como a luta por direitos sociais das mulheres (previdência pública, saúde pública, documentação, educação pública, moradia), a construção de um projeto popular para o Brasil (por Soberania Nacional, contra as políticas do FMI, OMC, ALCA, transgênicos, não pagamento da dívida externa, não privatização das terras, água, biodiversidade e bens comuns), pela participação política das mulheres em todos os espaços e instancias políticas, pelo fim de todas as formas de violência contra a mulher e por um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, como forma de contrapor o modelo do agronegócio.

2.5.1. Projeto Popular de Agricultura Camponesa, agroecológica e feminista⁴⁵

No Projeto de Agricultura Camponesa o MMC defende a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, alimentos de qualidade e diversificado para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, esta que é o resultado do trabalho e fundamento da cultura e identidade do campesinato, ressaltando sempre o papel e a importância das mulheres em todo o histórico da agricultura no mundo, desde sua origem e na atualidade. Sobre a perspectiva do projeto de agricultura se apresentam formulações de políticas públicas para a produção camponesa e em particular para as mulheres.

⁴⁵ Neste capítulo que trata da trajetória histórica do MMC, apresentado a partir da ordem cronológica, optamos por utilizar apenas a categoria movimento autônomo de mulheres ou gênero até este momento que marca a constituição do movimento de abrangência nacional, onde se assume o caráter feminista das lutas das mulheres camponesas. E não analisaremos teoricamente esta categoria neste momento, pois dedicaremos os capítulos II e III a este fim, da análise da categoria feminismo de maneira ampla e específica desde a perspectiva das camponesas.

Dentre elas, as camponesas propõem a criação do crédito especial para as mulheres com o objetivo de “garantir o processo de construção do Projeto Popular de Agricultura Agroecologia, rompendo com o modelo de agricultura química, que concentra a riqueza e está acabando com a vida no planeta” (MMC, 2003). A proposta busca fugir das burocracias do Estado e desvincular das formas tradicionais de crédito para a agricultura familiar, destinadas a família, impedindo a mulher de acessar recursos diretamente, pois sua produção não é reconhecida como passível de financiamento. A proposta inicial era de que este crédito fosse subsidiado para promover a produção de alimentos para a garantia da soberania alimentar da família camponesa e para geração de renda que ficasse sobre controle e decisão das mulheres. Esta proposta se contrapunha ao “Credi Rosa” do governo federal, que depois se transformou em Pronaf Mulher, uma linha de crédito para as mulheres dentro do PRONAF⁴⁶, contudo para as camponesas este modelo não atenderia sua demanda e não resolveria o problema de acesso a crédito que elas enfrentam.

Com o aprofundamento do debate do modelo de desenvolvimento para o campo, as mulheres camponesas apontam o impacto do agronegócio na vida delas e dos camponeses em diferentes aspectos. Os impactos ambientais, a contaminação do solo, das águas e do ar com o uso de agrotóxicos e o desmatamento, os quais se ampliam com a flexibilização da legislação ambiental, principalmente com a reforma do código florestal. Impactando também na perda de biodiversidade (fauna e flora local) e oferecendo um risco para a segurança e soberania alimentar do país, pois segundo Teixeira (2013, p. 28) “[...] o Brasil tem ampliado sobremaneira a sua dependência na importação de alimentos básicos, em um contexto de elevada vulnerabilidade da oferta mundial, por conta, [...] dos intensos sinistros climáticos [...]”, a promoção da produção de monoculturas para atender as demandas do mercado externo, tem levado a uma substituição da produção de alimentos pela produção de commodities agrícolas, levando a crises de desabastecimento de alimentos básicos da dieta brasileira.

Este modelo de produção necessita de grandes extensões de terra, que para isso expulsa camponeses/as e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas de suas

⁴⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

áreas para ampliar suas fronteiras agrícolas e em muitos casos são empresas transnacionais as proprietárias destas terras. Segundo Teixeira (2013), o Estado é sustentáculo da constituição e expansão do modelo do agronegócio no campo brasileiro, por exemplo, com a desoneração de impostos prevista pela Lei Kandir para as commodities de exportação, incentivos fiscais para a implantação das empresas nos territórios, a oferta de infraestrutura de transporte e energia por meio do PAC⁴⁷ e a legalização de terras na Amazônia por meio do Programa Terra Legal.

Como consequência deste modelo de produção altamente tecnicizada, o número de trabalhadores/as ocupados/as no campo diminui vertiginosamente, segundo censo agropecuário de 2006, os estabelecimentos de 1.000 hectares e mais, ocupavam 761.904 pessoas, o equivalente a 4.6% do total (TEIXEIRA, 2009), além das péssimas condições laborais em que muitos trabalhadores/as são submetidos, muitas vezes, condições de trabalho análogo a escravidão.

As camponesas, identificam como um dos representantes concretos do modelo do agronegócio, as empresas multinacionais, e dentre elas, uma em particular, que estava expandindo o domínio sobre grandes extensões de terra em vários estados brasileiros, para o monocultivo de eucalipto e outras árvores exóticas⁴⁸, expulsando camponeses/as de suas terras, contaminando terras e rios com o uso intensivo de agrotóxicos e fazendo desaparecer espécies de pássaros e de plantas nativas. O cultivo de eucaliptos atinge sobremaneira os recursos hídricos, pois uma árvore de eucalipto consome 36,5 mil litros de água/ano, além de contaminar tantos outros milhões de litros de água no processo de transformação das árvores em papel, para se ter ideia, para a produção de uma tonelada de celulose são necessários 120.000 litros de água (CARLOS; CONTE, 2009). Para construir um projeto popular de agricultura as camponesas entenderam que precisavam enfrentar diretamente este modelo de produção, que não permite a existência de outra forma de fazer e de pensar agricultura no campo e não serve para os camponeses/as. Demonstrando a capacidade de articulação, de planejamento, coragem e força das mulheres camponesas no dia 08 de março de 2006 mulheres com rostos cansados, queimados do sol, mãos calejadas do trabalho diário e cotidiano na roça realizam o que

⁴⁷ Programa de Aceleração do Crescimento.

⁴⁸ é aquela dada como proveniente de fora da [flora](#) original local. Ou seja, uma planta exótica não é [autóctone](#) do ambiente [nativo](#). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Planta_ex%C3%B3tica. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

será um marco nacional, mas também mundial da ação feminista das mulheres camponesas, elas:

[...] ocuparam um horto florestal de uma grande empresa capitalista, opondo-se ao monocultivo florestal, de mudas clonadas de plantas exóticas, destruíram experimentos de negação da biodiversidade, dizendo não a violência social, econômica e ambiental promovida conscientemente pelas empresas da celulose [...] (CARLOS; CONTE, 2009, p. 158).

As camponesas da Via Campesina ocupam o laboratório de experimentos da empresa Aracruz Celulose⁴⁹, uma das maiores empresas do ramo do mundo, que estava produzindo de forma ilegal mudas de eucalipto transgênico⁵⁰, destruíram os experimentos ilegais de eucalipto e denunciaram as consequências do seu monocultivo, que elas chamaram de desertos verdes, grandes extensões de terra cultivadas apenas com esta cultura, onde mais nada cresce e vive naquelas áreas, é a morte de qualquer outra forma de vida nesta imensidão verde de eucaliptos. Elas ainda levaram as mudas para a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), realizada em Porto Alegre, denunciando aos governos, representantes de instituições internacionais e as próprias empresas, presentes naquela conferência, a paralisação da reforma agrária no Brasil e o incentivo dado pelos governos a estas empresas para instalar-se nos países periféricos, apropriar-se de grandes áreas de terra para a produção de commodities em detrimento da produção de alimentos, colocando as populações nacionais em situação de vulnerabilidade alimentar.

2.5.2. Produção camponesa de alimentos saudáveis

Em 2007, logo após a ação de denúncia realizada na Aracruz celulose, com a perspectiva de seguir dialogando com a população desde um aspecto propositivo, sobre a importância do campesinato na produção dos alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade, da agroecologia, ressaltando o papel das mulheres neste trabalho, além de dialogar sobre a importância da preservação da natureza, da água, das sementes e da

⁴⁹ foi uma [empresa brasileira](#) sediada no município de [Aracruz](#), no [Espírito Santo](#). Se tornou a maior empresa do mundo em celulosa ao se fundir com a [VCP](#) (empresa sueco-finlandesa [Stora Enso](#), denominada Veracel) em 1 de setembro de 2009. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Aracruz_Celulose. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

⁵⁰ Somente em 2015 a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial do eucalipto transgênico. A liberação foi solicitada pela FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda, empresa de biotecnologia da Suzano Papel e Celulose. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2015-04/ctnbio-aprova-comercializacao-de-eucalipto-transgenico>. Acesso em: 11 de jul. de 2018.

biodiversidade, o MMC constitui uma Campanha Nacional de Produção de Alimentação Saudável (CNPAS). A campanha tinha por finalidade promover o debate e ações sobre várias dimensões:

Dimensão política: Propor ações nas várias áreas das políticas públicas.

Dimensão ambiental: Discutir a crise de civilização [...] e a necessidade de retomar o cuidado com a vida.

Dimensão ético, cultural e feminista: [...] novas relações de poder que superem todas as formas autoritárias, patriarcais e discriminatórias.

Dimensão das mudanças cotidianas: valorizando quem trabalha, a natureza e produzindo para o bem da humanidade.

Dimensão econômica e social: construir mecanismos e instrumentos de viabilização e potencialização da agricultura camponesa, com a produção de alimentos saudáveis, cuidado com a vida e o ambiente e geração de renda no campo e na cidade [...] (MMC, 2008, p. 03).

Um elemento central do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, se refere a prática de produção das próprias sementes para a produção dos alimentos, esta que é uma prática histórica das mulheres: colher, guardar, reproduzir e intercambiar com outras mulheres sementes e mudas de plantas. Foi por meio destas ações que elas domesticaram, melhoram e adaptaram as sementes e plantas que fazem parte de nossa alimentação até a atualidade. Desta forma, para elas as sementes são patrimônios dos povos e estão a serviço da humanidade, são bens comuns, necessários para produzir alimentos, manter a biodiversidade vegetal e genética, e principalmente, manter e reproduzir a vida e, portanto, não podem ser propriedade privada e nem ser manipuladas geneticamente. Sem as sementes crioulas não é possível uma agricultura camponesa e feminista, assim as camponesas recuperam, multiplicam, guardam e trocam as sementes, as mudas, as raças de animais e os saberes relacionados com esta prática desenvolvida por elas, para manter viva as sementes de libertação, de transformação e de vida.

2.5.3. Saúde integral e desenvolvimento humano e social, transformando a sociedade

Um outro tema de reivindicação e discussão desde a origem do movimento que ganha força e uma nova perspectiva no âmbito do Projeto de Agricultura, é o tema da

saúde. Essa discussão avançou no interior do MMC ao longo dos anos com diferentes focos de ação, sendo que contou com:

[...] uma fase mais voltada para a saúde da mulher, nos direitos sociais e reprodutivos, passou pelo debate de saúde da família até o momento de repensar o processo de produção e os modos de vida na agricultura e as relações humanas e com a natureza como formas de promoção e proteção à saúde (MMC, 2008, p. 46).

Com o Projeto de agricultura Camponesa e a CNPAS aprofundou-se a luta e discussão sobre o direito a saúde, entendendo que para além de reivindicar ao Estado a garantia de serviços, políticas e programas de saúde, como o SUS, é necessário relacionar a manifestação ou ausência de saúde individual ou coletiva, tomando em consideração outros fatores da vida rural e da vida das mulheres camponesas. Pensando a partir do paradigma da saúde e não da doença, o MMC propõem a discussão da saúde a partir da integralidade do ser humano, de todas as condições que fazem parte do cotidiano da vida das pessoas, com particular foco, na vida da população do campo (MMC, 2008). A manifestação ou ausência de doenças está ligada com o modo de produção no campo, o uso ou não de agrotóxicos, de transgênicos ou uma produção agroecológica, o acesso das pessoas a alimentos saudáveis e nutritivos, o acesso à terra, água potável e tratada, acesso e uso das sementes para a produção diversificada de alimentos, a convivência com situações de opressão, discriminação e violência no ambiente doméstico no caso das mulheres camponesas, acesso a higiene, lazer, esportes, educação, saneamento básico, todos estes fatores tem efeitos sobre a vida humana e sobre a sua condição de saúde.

Fazem parte desta perspectiva a integração de outras formas de atenção à saúde, como o uso das plantas e ervas medicinais para a prevenção e tratamento de doenças. Práticas que a medicina alopática tem negado historicamente sua eficiência e seu uso, contudo este conhecimento e o uso das plantas tem perdurado ao longo da história por meio das mulheres camponesas, raizeiras, rezadeiras e benzedeiras. E o MMC tem buscado valorizar, preservar, resgatar e multiplicar estes conhecimentos e práticas de cuidado com a saúde humana, animal, das plantas e da natureza. Vale destacar que esta referência a valorização do cuidado, não se trata de um essencialismo ou de recolocar as mulheres nos trabalhos que a elas são definidos pela sociedade capitalista e patriarcal, mas a partir da ressignificação da importância que têm estes conhecimentos e práticas para a população rural e para toda a sociedade. Ele é um ato de resistência das mulheres, que ao praticar estes conhecimentos e multiplica-los estão negando a mercantilização da

saúde que as políticas neoliberais tentam implantar no país, oferecendo saúde somente a quem pode pagar.

É preciso pensar a saúde como um tema mais amplo, integral e essencial para a vida humana e como direito de todos e todas, colocando, o trabalho, o conhecimento e a organização das mulheres na preservação da saúde e da vida humana em outro patamar de análise e reflexão. E, como a partir da valorização dele, gerar autonomia, libertação, transformação das relações entre homens e mulheres, promover participação política das mulheres, discutindo e propondo que saúde querem e constroem. Assim, para ter boa saúde, é preciso construir o projeto de vida articulado com um projeto de sociedade justa, democrática e solidária (MMC, 2008). Para as camponesas, a proposta é construir e promover um Projeto Popular de Agricultura Camponesa que gere saúde integral e desenvolvimento humano e social, transformando a sociedade.

2.5.4. Aliança e unidade com movimentos feministas

No início do segundo mandato do presidente Lula (2007-2011), em um contexto de crise da globalização, o setor dos empregadores, representantes das indústrias e empresários, conjuntamente com os bancos, preocupados em manter suas taxas de lucro, pressionam o governo para a realização de uma reforma da previdência. Relembrando que o governo Lula já havia realizado uma reforma, logo no início do seu primeiro mandato na presidência da república, com a Emenda Constitucional nº 41, aprovada em 2003 e ajustada pela EC nº 47, de 2005, esta que foi a segunda reforma da previdência social realizada (AMARO, 2011), a qual teve efeitos principalmente sobre o regime próprio de previdência social (RPPS), no tocante ao setor dos servidores públicos⁵¹. Contudo tanto a reforma da previdência de 1998 e a de 2003/05 não alcançaram as mudanças desejadas pelos setores neoliberais no Regime Geral da Previdência Social, onde estão inseridas as/os trabalhadoras/es do setor privado e as/os trabalhadoras/es rurais.

Em um caminho de tentar dialogar e construir junto com empregadores, sindicatos de trabalhadores e pensionistas, o governo federal em 2007 instituiu o Fórum Nacional de

⁵¹ As principais mudanças efetuadas com as emendas foram a imposição de idade mínima de aposentadoria para os trabalhadores em exercício e de contribuição previdenciária de inativos para os servidores públicos. (AMARO, 2011)

Previdência Social (FNPS)⁵², com temas que considerou centrais para buscar consensos no sentido de ter elementos e legitimar uma nova proposta de reforma da previdência nos pontos não alcançados com as duas reformas anteriores. Os temas tratados pelo FNPS foram: Previdência Social e mercado de trabalho; Benefícios por incapacidade; Previdência Social e transição demográfica; Pensões por morte; Questões de gênero; Gestão e financiamento do sistema previdenciário; Coordenação entre Assistência e Previdência Social e Previdência rural (BR, 2007). Com a justificativa do déficit fiscal (falta de recursos para manter os benefícios), o crescimento demográfico e o aumento da expectativa de vida das pessoas com a melhora da qualidade de vida, o governo e os empregadores buscavam a construção de consenso com os representantes dos trabalhadores/as para mudanças no sentido de restrição, diminuição dos benefícios, mudanças na forma de acesso ou do tempo de acesso aos benefícios.

A reforma da previdência proposta trazia a articulação de uma perspectiva neoliberal e patriarcal sobre as políticas de Estado, onde por um lado os direitos deveriam ser mercantilizados e por outro, mulheres, pobres e negros (as) não precisam ter direitos. A partir desta compreensão governo e empregadores defendiam a determinação de idade mínima para aposentadoria acabando com a diferenciação entre homens e mulheres, desconsiderando as desigualdades históricas que as mulheres têm no acesso ao trabalho formal e conseqüentemente no acesso aos benefícios da previdência social, na época os dados demonstravam que as mulheres eram 70% dos 40 milhões de pessoas excluídas da seguridade social (FIPPS, 2008).

A proposta do governo também apontava a necessidade de realizar ajustes na diferença do tempo de contribuição entre os trabalhadores rurais e urbanos, ou seja, acabar com o regime especial de previdência dos/as trabalhadores/as rurais, eliminando a diferença de idade para aposentadoria. Também foram propostas a restrição a acumulação de pensão por morte com outro benefício previdenciário, modificação do cálculo e a ampliação da idade para o público da assistência social, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a desoneração da folha de pagamento (benefício demandado pelos empregadores) e ampliação do tempo de contribuição para ajuste a transição demográfica (BR, 2007). Como vemos todas as propostas impactavam sobretudo os setores mais

⁵² Criado pelo Decreto nº 6.019, de 22 de janeiro. Disponível em: file:///C:/Users/iridi/Documents/MESTRADO/PREVIDENCIA/3_081014-104634-882.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2018.

empobrecidos e já excluídos dos direitos previdenciários, como mulheres, pobres, trabalhadores/as rurais, trabalhadores/as informais, viúvas/os e deficientes.

A pesar de discutir diretamente propostas que afetam as mulheres, os movimentos organizados de mulheres não foram convidados a dialogar com o governo e empregadores as pretendidas mudanças na previdência social, apenas estavam convidados as centrais sindicais, com representação majoritariamente masculina, que viam o direito das mulheres como barganha para a manutenção de outros direitos que consideravam prioritários em detrimento dos direitos daquelas. As camponesas insatisfeitas com a não participação na discussão sobre o futuro de seus direitos na previdência social se articularam com outros movimentos de mulheres rurais e urbanos, e como resposta ao FNPS constituíram o Fórum Itinerante e Paralelo dos Movimentos de Mulheres sobre Previdência Social (FIPPS)⁵³, que foi constituído para visibilizar as desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho, a situação de desproteção social a que estão submetidas e suas propostas para o sistema previdenciário (FIPPS, 2008). No FIPPS as mulheres discutiram as propostas do governo para a previdência social, colocando um outro ponto de vista para a análise deste tema, não apenas no que tange os pontos que afetam as mulheres de maneira direta, mas do significado e importância da seguridade social para a garantia da proteção social daqueles e aquelas que mais necessitam.

O FIPPS promoveu o debate da reforma da previdência desde uma perspectiva feminista dos direitos, retomando as definições estabelecidas e conquistadas na CF de 1988, que previa a garantia de direitos sociais e a proteção social da população que mais necessita. As mulheres, em vez de negociar quem terá acesso a direitos e quem não, colocou o debate no campo da manutenção e ampliação de direitos da seguridade social, na necessidade de incluir milhões de trabalhadores/as excluídos do sistema previdenciário, como os trabalhadores/as informais, sendo a maioria deles mulheres, o reconhecimento do trabalho de reprodução realizado gratuitamente pelas mulheres, beneficiando a família, o Estado e os empresários, a precarização dos trabalhos a que são

⁵³ Constituído em abril de 2007, com a convocação de sua primeira atividade datada de 10 de abril de 2007, mas com cartas anteriores a constituição do FIPPS das entidades de mulheres em reação a não participação das mulheres no FNSP, que realizou sua primeira reunião no dia 07 de março de 2007. O FIPPS foi constituído pela Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, Campanha Nacional pela Aposentadoria das Donas de Casa, Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD, Marcha Mundial das Mulheres – MMM, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTRNE e Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB. (FIPPS, 2008).

submetidas as mulheres quando entram no mercado formal, com menor acesso aos direitos. Portanto a reivindicação central das mulheres no FIPPS foi para manter e efetivar o caráter público, universal, solidário e redistributivo da seguridade social, garantindo a proteção social por parte do Estado a todos/as, sem exclusões, promovendo uma redistribuição da riqueza socialmente produzida por muitos/as e apropriada por poucos, constituindo uma justiça redistributiva (FIPPS, 2008). Com esta compreensão política, as mulheres articuladas no FIPPS enfrentam as ideologias neoliberais e patriarcais, afirmando que a previdência social deve como previsto na CF de 1988 reparar e equiparar as diferenças do mundo do trabalho entre os gêneros, ampliar direitos e minimizar desigualdades.

O FIPPS realizava suas reuniões, seminários e atividades de incidência junto a parlamentares no Congresso Nacional, na Secretaria de Políticas para as Mulheres e no Ministério de Previdência Social no mesmo período em que aconteciam as reuniões oficiais do FNPS, realizando mobilizações em frente ao ministério no período de chegada dos delegados participantes do fórum oficial para criar um ambiente de constrangimento e demonstrar que mesmo não tendo sido convidadas as reuniões, elas estavam discutindo e mobilizadas em relação as propostas de mudança da previdência social. Em outubro de 2007 na realização da reunião de encerramento do FNPS e apresentação do relatório com as resoluções dos consensos e dissensos que não foram possíveis desfazer durante este processo de diálogo tripartite:

[...] 300 mulheres, representantes de diversos setores dos movimentos de mulheres e de muitas regiões do país, acampadas em frente ao Ministério da Previdência Social, em defesa da previdência social pública, universal, inclusiva e solidária, que assegure proteção social para todas as mulheres e aos segmentos hoje excluídos do sistema previdenciário [...] (FIPPS, 2008, p. 28).

Com o acúmulo político do FIPPS e a pressão do acampamento das mulheres pela previdência social, as camponesas e também urbanas garantiram mais uma vitória na resistência as mudanças do sistema de seguridade social para a retirada de direitos por meio de uma iminente reforma da previdência, assim no relatório do FNPS ficou explícito o dissenso no “ajuste das diferenças entre homens e mulheres, no ajuste das diferenças entre urbanos e rurais, novas regras de pensão por morte, conceito de orçamento para a seguridade social e ajustes a transição demográfica” (BR, 2007, p. 04). A articulação das organizações de mulheres no FIPPS seguiu nos anos seguintes, para manter a vigilância

sobre a possibilidade de o governo apresentar uma nova proposta de reforma da previdência e também para fortalecer este instrumento de unidade dos movimentos de mulheres e feministas nesta e outras pautas comuns.

2.5.5. A luta camponesa, feminista e popular

Para reafirmar a história de luta das mulheres camponesas e a importância e necessidade de construir e fortalecer o movimento autônomo das mulheres camponesas de caráter nacional, o MMC realiza em fevereiro de 2013 em Brasília o I Encontro Nacional das Mulheres Camponesas, com a participação de mais de 3000 mulheres de 23 estados brasileiros e com representação de mulheres de movimentos autônomo, feministas, camponeses e movimentos populares da classe trabalhadora de 12 países da América Latina e Caribe, da África e Europa. O encontro esteve permeado pela mística feminista das camponesas, pela simbologia, músicas, poemas, poesias, versos, a força e coragem delas, que construíram suas próprias condições para estar juntas reunidas discutindo o lugar das mulheres camponesas na sociedade brasileira. O ambiente era de muita animação, diversidade cultural e uma identidade camponesa marcada em todos os espaços e lugares, nas cozinhas onde faziam sua alimentação que trouxeram nos ônibus vindos de todos os rincões deste país, na mostra de produção de alimentos saudáveis, que expressava toda a diversidade e riqueza de seu trabalho na produção camponesa de alimentos, sementes, plantas medicinais e artesanatos, dando visibilidade ao projeto de agricultura camponesa feminista e agroecológica proposto por elas.

O Encontro foi motivado pelo lema: *Na sociedade que a gente quer, Basta de Violência contra a Mulher*, que expressa a atual e cruel condição de violência vivenciada pelas mulheres camponesas e também urbanas, resultado do sistema patriarcal, capitalista e racista, e apontando também o desejo das mulheres de construir uma nova sociedade com novas relações humanas onde seja extinta qualquer forma de violência contra as mulheres e contra qualquer ser humano. Neste sentido os eixos que orientaram as discussões políticas do I Encontro Nacional das mulheres camponesas foram as lutas camponesas, feministas e populares, a produção diversificada de alimentos saudáveis, a universalização do salário maternidade e ampliação de 04 para 06 meses e a importância da organização do Movimento de Mulheres Camponesas. (MMC, 2013). Como podemos observar os eixos retratam princípios e temas centrais pelos quais as camponesas decidem se organizar em movimento autônomo de mulheres do campo e que é por meio desta

ferramenta que permitiu conquistas fundamentais para elas como sujeitos de direitos políticos e sociais e principalmente como sujeitos de transformação da realidade.

Neste encontro as camponesas receberam a então presidenta da República, Dilma Rousseff (2010 – 2016⁵⁴) e marcharam pelas ruas de Brasília. Em ambos atos públicos as camponesas exigiram do Estado brasileiro políticas e leis que endureçam o enfrentamento a violência doméstica e familiar e a efetivação das leis e políticas já existentes. Na caminhada as mulheres deixaram em frente ao Congresso Nacional centenas de cruzeiros com o nome de mulheres que em suas cidades, municípios e estados foram mortas pela violência patriarcal e machista. As camponesas exigiam ainda, a equiparação de direitos entre as mulheres camponesas e as trabalhadoras urbanas e do serviço público, com a universalização e ampliação para 06 meses do salário maternidade.

Também apresentaram ao Estado propostas de políticas públicas para a produção camponesas, saudável e agroecológica das mulheres camponesas, nos moldes do crédito especial. Elas apresentaram uma proposta de programa para o apoio a grupos informais de mulheres (onde se encontram a maioria das camponesas) com recursos subsidiados pelo Estado para a ampliação e melhoria de espaços produtivos e compra de equipamentos, dessa forma, agregando valor à produção de alimentos das camponesas, promovendo melhores condições de trabalho e produção e garantindo uma maior renda para elas e suas famílias.

Após os 04 dias de debates, reflexões, atos públicos, troca de experiências, saberes, energias, sementes, plantas, de muita cultura, de caminhada e diálogo com a sociedade, as camponesas retornaram para seus estados com o compromisso renovado na certeza da necessidade e da:

[...] importância do Movimento de Mulheres Camponesas, autônomo, feminista, camponês e socialista. Com a missão de lutar pela libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação, a construção do projeto de agricultura camponesa feminista agroecológico e a luta pela transformação da sociedade (MMC, 2013).

Com o relato do processo histórico de organização, de lutas e debates políticos das mulheres camponesas a 35 anos no Brasil, e com a reafirmação da necessidade e

⁵⁴ A presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores foi cassada na metade do período de seu segundo mandato por acusações de crime de responsabilidade fiscal.

importância da continuidade deste movimento e de seu caráter popular, feminista, camponês e socialista em 2013, no próximo capítulo trataremos de demonstrar a aproximação do MMC com o feminismo. Como as camponesas que partiram da discussão de gênero e classe, em determinado momento de sua história se descobrem feministas? Como se dá o processo de formação da consciência feminista das mulheres camponesas? Estas incógnitas buscaremos desvendar no próximo capítulo desta pesquisa.

3. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA DAS CAMPONESAS

Para tratar da formação da consciência feminista das mulheres camponesas considera-se necessário realizar uma breve exposição da perspectiva a partir da qual analisamos a condição das mulheres e os elementos que determinam sua dominação e exploração. A partir da constatação das contradições da condição de opressão e subordinação a que são submetidas, as mulheres iniciam o processo de formação da consciência e paralelamente avançam na organização coletiva para enfrentar estas contradições, dando novos passos para uma consciência militante feminista mais profunda.

3.1. Dominação e exploração patriarcal

Parte-se da compreensão, aqui desenvolvida de forma bastante simplificada, de que vivemos em uma sociedade dividida em classes, no modo de produção econômica e social capitalista. O capitalismo surge com o declínio da sociedade feudal, que também estava dividida em classes, contudo, o novo sistema econômico estabeleceu novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das anteriores. Estas novas classes sociais são a burguesia e o proletariado, que são antagônicas entre si e estão em permanente conflito de interesses. Aos burgueses cabe a posse da propriedade dos meios de produção, fundamentos de sua existência e de seu domínio, e a partir desta posição dominam e exploram a força de trabalho alheia, extraindo-lhe a mais valia produzida no processo produtivo, que tem por finalidade a acumulação de capital por parte desta classe social (MARX, 2012). Ao proletariado, por sua vez, cabe lhe vender seu tempo e energia física, sua força de trabalho, para poder sobreviver, ou seja, “a classe dos operários modernos, só vivem enquanto tem trabalho e só tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que tem de vender-se no varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio [...]” (MARX, 2012, p. 191). A classe proletária fruto da nova ordem econômica-produtiva e social, somente existe nesta forma particular de relações produtivas capitalistas.

Para a análise da sociedade de classes, faz-se necessário considerar as particularidades da manifestação deste regime em contextos regionais, por exemplo, na América Latina vê-se a expressão de uma economia de capitalismo dependente e/ou periférico, caracterizado por uma exploração mais intensiva da força de trabalho e

marginalização de grandes contingentes populacionais do trabalho produtivo, da qual, as mulheres representam a maior proporção. Esta perspectiva, é desenvolvida pela chamada Teoria da Dependência, em que se analisa como as burguesias locais no continente latino-americano para compensar suas perdas devido ao intercâmbio desigual com as economias do centro global de desenvolvimento capitalista, estabelece relações produtivas de superexploração do trabalho, que visa ampliar a extração de trabalho excedente por meio da:

Intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI. 1973, p. 12).

Esta diferenciação na forma de exploração e dominação nas relações de produção de bens e serviços é elemento fundamental para a consolidação e conservação do capitalismo global. Porém, o sistema capitalista como totalidade histórica, na qual as economias nacionais não são senão subsistemas que “[...] mantêm, com o sistema geral, e com o seu núcleo, uma identidade fundamental.” (SAFFIOTI, 2013, p. 43), sendo, portanto, o capitalismo dependente da América Latina, parte desta estrutura e base para o funcionamento deste sistema econômico, político e social.

O capitalismo se comparado com a história da humanidade se consolidou recentemente, e no processo de sua constituição, incorporou sistemas de exploração e dominação que se expressavam nos regimes econômicos anteriores, como os sistemas patriarcal e racista, onde os caracteres naturais de sexo e raça operam “[...] como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada.” (SAFFIOTI, 2013, p. 60). Ambos sistemas de dominação e exploração, foram e continuam sendo, extremamente funcionais para a consolidação e conservação desta sociedade até os dias de hoje. Ainda, para a mesma autora, [...] “o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (p. 66). O capitalismo não criou a inferioridade feminina e a supremacia masculina, mas se aproveitou delas, e ampliou ainda mais as diferenças entre as categorias de sexo no intuito de apropriar-se do trabalho feminino de maneira mais intensa que a realizada sobre o sexo masculino, não é coincidência, que

mulheres e crianças formavam parte de grande contingente de trabalhadores na fase inicial do desenvolvimento industrial.

Pode –se constatar o anterior, valendo-se da celebre conclusão de Engels, escrita por primeira vez em 1846, em que ele afirma que “a primeira divisão do trabalho se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (ENGELS, 2017, p. 89), e reformulada mais tarde pelo autor, coloca em evidência que:

[...] a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 2017, p. 89).

O patriarcado é o primeiro sistema de hierarquia social, a hierarquia nas relações sociais entre homens e mulheres. Nem sempre as mulheres estiveram em condição de inferioridade em relação aos homens, segundo Engels “[...] Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de reprodução econômica era complementar, não hierárquico” (apud DAVIS, 2016, p. 227), tampouco eram sociedades matriarcais, se desenvolviam sociedades em que as relações sociais entre homens e mulheres eram igualitárias. A transição destas sociedades igualitárias e a emergência das sociedades patriarcais tem sua origem em dois fatores históricos: a produção de excedentes econômicos e a descoberta de que o homem é imprescindível para a procriação humana (SAFFIOTI, 2015). E com o advento da propriedade privada e a mercantilização da economia “a unidade entre produção e reprodução, típicas de todas as sociedades baseadas na produção para o uso, chegou ao fim conforme todas estas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas” (FEDERICI, 2017, p. 145). Com a separação entre o espaço de produção de mercadorias para troca e o espaço doméstico da reprodução familiar, há uma nova reconfiguração da divisão sexual do trabalho, mas principalmente inicia-se uma nova divisão social entre homens e mulheres. Cabe salientar que o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano de 600 a. C. a demora na consolidação do regime patriarcal se deve a resistência e oposição exercida por parte das mulheres as mudanças nas relações sociais entre os sexos (SAFFIOTI, 2015). Do anteriormente exposto, pode-se entender o Patriarcado como resultado da construção histórica e social, e definido como:

[...] uma forma de dominação masculina disseminada nas diferentes instituições sociais, as quais atribuem ao homem o poder sob todas as formas, sobre todas as posses, incluindo as mulheres e as crianças. É uma ideologia que, por meio da socialização, naturaliza relações de opressão historicamente construídas (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 27).

O Patriarcado determina ambas categorias de sexo, mas sem dúvida, esta determinação coloca em condição de privilégio ao sexo masculino por sobre o feminino, cabendo as mulheres e também aos filhos a subordinação ao poder do patriarca, e este poder de mando do ‘chefe de família’ se estende a todas as demais extensões das relações sociais, perpassa a toda a estrutura social, pois em outras palavras, “[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detém o poder, [...] o poder é dos homens.” (DELPHY, 2009, p. 173). Esta categoria coloca em discussão as relações de poder estabelecidas entre os sexos, poder que não se expressa apenas na dominação e subordinação feminina, mas também na sua exploração, como nos explica Saffioti (1987):

[...] Patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (p. 50).

A ideologia patriarcal inferioriza as mulheres para mantê-las subordinadas ao poder do patriarca, que se apropria de todo trabalho reprodutivo realizado gratuitamente por elas, está exploração do trabalho da mulher no âmbito familiar e doméstico se expressa em toda a estrutura social, como nos afirma Pateman (1993, p. 29) “O patriarcado não é puramente familiar ou está localizado na esfera privada”, mas também se reproduz no trabalho fora de casa realizado pelas mulheres, que por esta razão, são mais exploradas que os homens. A mulher é alvo de uma dupla determinação, enquanto membro de uma classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo, de maneira paralela e complementar, o patriarcado também expressa uma dupla dimensão, de dominação - exploração, que conjuntamente determinam as condições concretas experimentadas pelas mulheres (SAFFIOTI, 2013). Estas dimensões são as faces de um mesmo sistema que instaura a desigualdade entre as diferentes categorias sociais de sexo, raça/etnia e classe como fundamento da estrutura social.

3.1.2. Dimensão ideológica da dominação patriarcal

Na dimensão ideológica do regime patriarcal se institui a hierarquia de relações entre mulheres e homens, uma hierarquia na estrutura de poder, que garante a subordinação e dominação da vida e dos corpos das mulheres, essas relações se perpetuam por meio da “legislação e do Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), que não são duas formas de poder, mas dimensões da estrutura complexa e multifacetada de dominação do patriarcado moderno.” (PATERMAN, 1993, p. 34). Por esta razão, vemos como o Estado reproduz e aplica por meio de legislações a reprodução de normas e regras que são determinações do regime patriarcal, isso se manifesta quando o Estado exerce controle e regulação sobre o corpo das mulheres, sobre sua reprodução, no estabelecimento de legislações restritivas a direitos civis ou políticos das mulheres.

A ideologia patriarcal determina a inferioridade feminina e a supremacia masculina, se constitui um sistema de ideias que se assentam sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres para afirmar diferenças sociais entre ambos sexos. A partir desta ideologia biologistas dos sexos:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através de atribuições de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

O lugar que ocupa a mulher e o lugar que ocupa o homem na sociedade, portanto, não derivam das determinações das diferenças biológicas entre os sexos, mas das determinações sociais, o lugar a ser ocupado pelas mulheres e seu papel e modo de ser e agir são definidas e construídos socialmente e historicamente, do mesmo modo, isso se reflete para o ser homem. As categorias de sexo são constructos sociais ou como afirma a socióloga e ativista feminista chilena Julieta Kirkwood “[...] “o ser mulher” é uma “unidade complexa” produto de uma confluência de diversas estruturas: produtivas, reprodutivas, políticas e históricas [...]” (1987, p. 106, tradução nossa). A partir destas determinações socioculturais e históricas que o sexo feminino é definido com atribuições “naturalmente” inerentes a ele, como: a passividade, a docilidade, a fragilidade, a sentimentalidade, a maternidade compulsória, emocionais e, portanto, destinadas a trabalhos e atividades sociais ligadas a estas características. E ao sexo masculino são atribuídas as características tidas como “naturais” de: inteligência, força, ser ativo,

racional, expertise, o que também confere a eles a ocupação de determinados lugares no trabalho produtivo e na sociedade como um todo. Esta naturalização dos sexos é um elemento fundamental para a reprodução e a conservação do regime patriarcal. Para Cisne (2014), referenciada em Guillaumin⁵⁵:

É por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e naturalização irracional do seu ser. Tal ideologia, que concebe as mulheres como naturais e com um destino biológico a seguir, ou melhor, a cumprir, tem como base a “sexagem” (p. 99).

Os caracteres de ordem natural são submetidos a elaboração social, que no processo de consolidação ideológica se transformam de modo inverso na naturalização dos processos socioculturais e históricos. Assim, as categorias de sexo tomam a aparência de determinações “naturais” e históricas para toda a sociedade, e sendo “naturais” não são passíveis de questionamento, são inalteráveis e, portanto, não podem ser modificados. Este é um mecanismo de ocultamento das relações de dominação – exploração que experimentam as mulheres na sociedade, desenvolvido pela ideologia patriarcal. Este desvelamento sobre as falsas determinações biológicas dos sexos e a origem social desta construção foram identificadas e ganharam notoriedade mundial a partir da conhecida afirmação de Simone de Beauvoir, no II volume da sua obra *Segundo Sexo*, onde ela elucida que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora este produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (2016, p.13).

Desta construção social e histórica, também reproduzida por meio das expressões nas relações culturais das sociedades, tem origem a discriminação das mulheres. Para além dos mecanismos ideológicos o patriarcado também se vale da violência para manter as mulheres subordinadas e submissas aos homens, assegurando assim, as estruturas de poder estabelecidas por este sistema de dominação-exploração. Segundo Welzer-Lang (1991, apud SAFFIOTI, 2015, p. 78) “a violência doméstica é masculina, sendo exercida

⁵⁵ Para Mathieu (2009) se desenvolvem na França as [...] Noções de ‘sexo social’ (Mathieu, 1971, 1991^a), de “sexagem” (Guillaumin. 1978/1992) para descrever, em relação a certas formas de escravidão e servidão, um sistema de apropriação das mulheres (‘sexismo’, mais restrito, se referiria mais a atitudes), e da expressão, rapidamente generalizada aos países francófonos, “relações sociais de sexo”, correspondente a inglesa gender relations (relações de gênero). (p. 226).

pela mulher por delegação do chefe do grupo domiciliar [...] é o primeiro modo de regulação das relações entre os sexos”. A violência praticada contra as mulheres, em suas diferentes expressões e dimensões, exacerba a ideologia patriarcal revelada no cotidiano da vida das mulheres, ela é a expressão do exercício do poder do homem sobre a vida das mulheres garantindo seu controle e domínio irrestrito. A ideologia patriarcal permite aos homens controle e domínio sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, instituindo que:

[...] as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores (SAFFIOTI, 2015, p.112).

O corpo e a sexualidade das mulheres são propriedade do sexo masculino, seu corpo é objetificado e apropriado por outros, e como objeto devem estar dispostos apenas ao disfrute sexual e reprodutivo masculino, sendo a mulher desprovida do direito ao prazer sexual e de exercer autonomia sobre seu próprio corpo, sua sexualidade e reprodução. O que garante a posse do corpo e da sexualidade das mulheres aos homens é o contrato sexual, que segundo Pateman “[...] é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil.” (1993, p. 21), fica instituída civilmente a sujeição das mulheres aos homens por meio deste contrato.

Uma das formas de apropriação do corpo da mulher de maneira violenta, expressando a dominação e o poder patriarcal, é o estupro, que segundo dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁵⁶ de 2015, mais de cinco pessoas são estupradas por hora no Brasil, dados obtidos a partir de denúncias registradas, mas sabe-se que um dos problemas desta forma de violência é a subnotificação dos casos ocorridos. Este é um instrumento de dominação sexual, mas também usado para a dominação social. Segundo Werneck (2000) a sexualização das mulheres é também uma forma de controle social, usada como instrumento de dominação e controle de povos ou grupos sociais em conflitos, guerras, grupos colonizados ou oprimidos, em muitas ocasiões, passa a ser uma ferramenta institucionalizada de agressão e dominação social.

⁵⁶ Carta Capital, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-um-estupro-a-cada-11-minutos>. Acesso em: 10 de set. de 2018.

A dominação sobre a sexualidade das mulheres se expressa também através do controle de sua reprodução, que é determinada historicamente pelos interesses das relações de poder. Por esta razão, vemos a participação do Estado como regulador da sexualidade das mulheres, com a instituição de leis para a proibição e criminalização do aborto ou com políticas de controle da natalidade, de acordo com os interesses econômicos de cada momento histórico. As mulheres “[...] experimentam uma alienação de seus corpos, de seu “trabalho” e até mesmo de seus filhos, mais profunda do que a experimentada por qualquer outro trabalhador.” (FEDERECI, 2017, p. 180). Mas em muitos momentos da história elas foram, e podem voltar a ser estimuladas a procriação independentemente de seu desejo, por exemplo, nas políticas de povoamento para controle territorial, em processos de colonização, nos conflitos armados e guerras, suprindo contingentes populacionais dizimados, ou nas políticas de industrialização, garantindo a mão de obra para as fábricas na modernidade.

Na sociedade de classes, o controle e apropriação sobre o corpo e a reprodução das mulheres é um elemento fundamental da reprodução deste regime econômico e social, sendo desta forma, “[...] O corpo feminino transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho [...]” (FEDERECI, 2017, p. 178). As mulheres são definidas essencialmente e “naturalmente” como reprodutoras de força de trabalho necessária para a acumulação de riquezas, fundamento deste modo econômico de produção de bens e serviços. A estrutura familiar patriarcal cumpre um importante papel na regulação e controle da reprodução e sexualidade das mulheres, regulação que se estende a toda sociedade, que pune moralmente e eticamente as mulheres que não seguem padrões definidos de sexualidade e de reprodução feminina.

Para assegurar a transmissão da propriedade privada por meio da herança e a reprodução da força de trabalho, tem origem a família patriarcal e monogâmica. Para Federici, a família surge como:

[...] um instrumento de privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e o ocultamento do trabalho das mulheres. (2017, p. 193).

É no interior da família patriarcal que se socializam os valores e as determinações da sociedade patriarcal – racista - capitalista, se reproduzem as relações de hierarquia e

poder dos homens sobre as mulheres e filhos, também presentes por meio de manifestações de violência, de subordinação e exploração. É também neste modelo de família que homens e mulheres são socializados para cumprir as determinações sociais das categorias de sexo e de classe na sociedade. Podemos complementar esta reflexão, a partir da afirmação de Kirkwood, que observa a família como o espaço em que se:

[...] Estrutura e institucionaliza precisamente a Autoridade indiscutida do chefe de família, do pai, a discriminação e a subordinação de gênero, hierarquia e o disciplinamento da ordem vertical, imposto como natural, e que mais tarde se verá projetado em todo o fazer social. (1986, pp. 197-198, tradução nossa).

Esta estrutura familiar ao contrário de ser um espaço de aconchego, afeto e prazer, é um espaço de reprodução de desigualdades, opressões e violências entre seus membros, relações que ficam ocultas no campo do mundo privado e doméstico, mas que legitimam um fazer social, pois em última instância a família “apenas medeia e camufla as relações de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 77). São estas determinações do regime patriarcal que criam divisões ou dualidades aparentes entre os espaços de produção e reprodução, entre privado e público que passaremos a analisar com mais profundidade a partir deste momento.

3.1.3. Dimensão econômica da dominação e exploração patriarcal

Como já mencionado, a divisão sexual do trabalho não é uma criação do modo de produção capitalista, mas é inegável sua contribuição para a atualização e reorganização de uma nova ordem patriarcal e com ela uma nova divisão sexual do trabalho, tendo como elemento básico, a separação do espaço de produção de bens e serviços, o trabalho produtivo, em relação ao espaço de moradia e de reprodução familiar, o trabalho reprodutivo. O trabalho produtivo das mulheres e das crianças, no início do processo de acumulação primitiva capitalista, em que o nível do desenvolvimento das forças produtivas ainda era muito baixo, foram fundamentais para a garantia da máxima exploração de seu trabalho, elevando dessa forma rapidamente a riqueza acumulada pelos patrões. Contudo, após o desenvolvimento das forças produtivas, a força de trabalho necessária foi reduzida, fator fundamental para elevar a acumulação capitalista, pois menos trabalhadores/as é diretamente proporcional a maiores ganâncias. E com o processo de urbanização que levou a migração de grandes contingentes de camponeses/as para as novas cidades, elevando a disponibilidade de mão de obra masculina para o

trabalho produtivo (FEDRECI, 2016), as mulheres e crianças começam a ser excluídas do trabalho fabril.

Para poder excluir progressivamente parte do contingente já não necessário no trabalho produtivo, o capitalismo se valeu das desigualdades socialmente construídas, como as que determinam as categorias de sexo e raça, historicamente inferiorizadas e agora marginalizadas ou periféricamente absorvidas pelo trabalho industrial. Portanto, “A expulsão das mulheres da estrutura ocupacional alivia as tensões geradas pelo excesso de mão de obra no mercado de trabalho, mantendo inativos grandes contingentes femininos que, a qualquer instante, a sociedade poderá mobilizar.” (SAFFIOTI, 2013, p. 106). O sistema de produção de bens e serviços não é capaz de absorver todo o contingente populacional, por isso, cria subterfúgios de exclusão aparentemente “naturais” para conservar a inclusão apenas do contingente necessário para o máximo acúmulo de riqueza. Reafirmando a constatação de que a inferiorização das mulheres foi, e continua sendo, fundamental para a acumulação capitalista.

Com a migração do trabalho produtivo da casa para a fábrica e a constituição de um antagonismo entre estes dois espaços de reprodução das relações sociais, a divisão entre o privado (casa) e o público (fábrica), se desenvolve uma supervalorização do trabalho de produção de bens e serviços, destinada a participação prioritária do contingente masculino, e uma subvalorização do trabalho doméstico e reprodutivo, consequentemente, destinado ao exercício pelo sexo feminino. A “[...] industrialização da economia minou o prestígio que as mulheres tinham no lar - um prestígio baseado no caráter *produtivo* absolutamente essencial de seu trabalho doméstico até então. Por causa disso, a condição social das mulheres começou a se deteriorar.” (DAVIS, 2016, pp. 44-45). Associado a esta desvalorização do trabalho das mulheres se constitui uma nova *ideologia de feminilidade*, que não é mais do que a redefinição para as mulheres de suas características e qualidades atribuídas social e culturalmente (MOLINIER; WELZER-LANG, 2009), sendo convencionado, a partir deste momento, para as mulheres exclusivamente a condição “essencial” e “natural” de mães, esposas, donas de casa e do lar, passivas e obedientes.

Com a exclusão do trabalho produtivo e a nova ideologia de feminilidade as mulheres são remetidas ao confinamento do espaço doméstico para exercer a função de produção e reprodução da força de trabalho para o mercado de bens e serviços. Contudo

este trabalho das mulheres não é reconhecido como tal, elas são reduzidas a condição de não trabalhadoras e seu trabalho no lar como um trabalho de não valor, “naturalmente” atribuído a elas, um trabalho de caráter servil e invisível, o fazer social das mulheres se forja no espaço social do privado, ficando a margem do público, como a política (KIRKWOOD, 1986). Mas não é apenas na divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo que as determinações sociais sobre as categorias de sexo se limitam, Cisne em referência a Souza Lobo afirma que a divisão sexual do trabalho:

Não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais. (2014, p. 89).

A divisão sexual do trabalho determina a sexualização das relações sociais, e concomitantemente, as relações entre os sexos, restringidas ao âmbito privado e/ou doméstico, e as que se desenvolvem em toda a sociedade, são socialmente construídas. Evidencia-se que ambas determinações, categorias sociais de sexo e relações sociais, são inseparáveis, Saffioti (2015, p. 135) chega à conclusão de que “o público e privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social.” E ainda se determinam entre si, são determinações que se entrelaçam e se retroalimentam de acordo com os interesses do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Se por um lado, as mulheres são restringidas ao trabalho doméstico no espaço privado da casa, por outro lado, como a outra face de uma mesma moeda, quando acessam o trabalho produtivo extra lar são subjugadas nas piores condições de subalternidade e de exploração: trabalhos mal remunerados, condições precárias no ambiente e na forma do trabalho, excluídas de garantias contratuais, informalidade, trabalhos com horários flexíveis ou sazonais e insertas em trabalhos majoritariamente no setor de serviços. O trabalho da mulher fora de casa é visto como um prolongamento do trabalho doméstico, por esta razão, as mulheres são maioria em empregos como trabalhadoras domésticas, cuidadoras de crianças e idosos, professoras de níveis infantis, enfermagem, cozinheiras, lavadeiras e outros que remetem ao trabalho já realizado no âmbito doméstico.

E quando se integram ao trabalho fora de casa para garantir a sobrevivência da família, não são liberadas dos trabalhos domésticos da casa, não há uma readequação dos

papéis ao interior da família. Há uma sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, uma dupla exploração e apropriação de seu trabalho, no seio da família e fora de casa. Para Saffioti (2015), tanto a sobrecarga de trabalho, como a desvalorização do trabalho das mulheres pelos empregadores, pela família e pela sociedade de classes são limitantes da expressão do sexo feminino como força de trabalho e de sua expectativa de realização enquanto ser social através do trabalho.

A sociedade de classes se vale da ideologia naturalizada da incapacidade das mulheres para o trabalho produtivo, contudo, a incapacidade da mulher para o trabalho é uma construção social, não é uma determinação natural nem biológica. A condição reprodutiva das mulheres e de socializadora dos filhos, tidas como “essencialmente” femininas pela sociedade patriarcal e de classes, é utilizada como justificativa para restringir a participação das mulheres na produção de bens e serviços. E o modo de produção capitalista necessita utilizar-se destes subterfúgios pois, ele “[...] encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não) uma de suas bases de sustentação.” (CISNE, 2014, pp. 85-86). A exploração e apropriação do trabalho doméstico pelo patriarca e a máxima exploração do trabalho das mulheres na esfera do trabalho produtivo, com jornadas mais extensas de trabalho e menores salários, gera uma superexploração do trabalho das mulheres.

O capital se apropria de maior parcela do fruto do trabalho das mulheres do que dos homens, sendo o problema das mulheres parte da estrutura da sociedade de classes e fundamental para a edificação e reprodução deste modo econômico. Os problemas das mulheres “[...] são problemas de classes sociais, manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo e que, portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres.” (SAFFIOTI, 2013, p. 106). A marginalização e máxima exploração das mulheres no trabalho produtivo e reprodutivo, não beneficia ao sexo masculino, pois ambos formam parte da mesma unidade, a família, e a inferioridade da mulher no trabalho produtivo representa um menor ganho familiar, assim, também afeta aos homens, ampliando a exploração que estes são submetidos no trabalho produtivo.

3.1.4. Patriarcado, racismo e capitalismo: Uma unidade de dominação e exploração

A sociedade de classes e o patriarcado se entrelaçam com uma terceira categoria socialmente construída, que determina a dominação e exploração de outro grande contingente populacional, a categoria ético/racial. Nela populações negras, indígenas, mestiças são inferiorizadas em detrimento da supremacia da raça branca.

A consolidação do modo de produção capitalista se vale de dois processos que representaram a dominação e exploração das populações negras e indígenas particularmente, para o continente americano. A colonização do continente, que se baseou na dizimação e/ou na dominação das populações indígenas originárias do continente e a usurpação de seus territórios e riquezas naturais e o tráfico de negros/as escravizados da África para a apropriação total de sua força de trabalho, seus corpos e suas vidas, foram fundamentais para a acumulação primitiva do continente europeu que permitiu o desenvolvimento do modo de produção capitalista hegemônico e globalizado que conhecemos na atualidade. E esta opressão e discriminação sobre a categoria social étnico/racial deixou marcas sobre estes povos que se reproduzem e são fundamentais igualmente para a conservação da sociedade competitiva até os dias de hoje.

Federici (2017) ao historicizar as questões de classe, raça e sexo nas colônias, particularmente nas colônias inglesas, encontra que foram constituídas fronteiras raciais, criaram –se leis para inferiorizar a condição dos negros nas sociedades coloniais e elevar a condição dos brancos. Estabelece-se uma hierarquia racial nas colônias, que naturaliza a hegemonia da raça branca. Isso para evitar a união entre negros, indígenas, mestiços e brancos pobres nas colônias, uma união perigosa para o domínio e controle das classes dominantes europeias.

Desta forma, o racismo, assim como o patriarcado, é uma categoria social construída, e para a garantia de sua efetiva reprodução nas relações sociais deve ser imposto e legislado, contando assim, com o apoio do Estado. Para as populações originárias do continente, igualmente se instituiu um processo de degradação de sua condição social, tanto que são bastante conhecidos os relatos produzidos pelos colonizadores, definindo-os como “povos selvagens”, “promíscuos”, “desprovidos de alma”, dentre tantos outros adjetivos pejorativos e de inferiorização a eles atribuídos. Se faz necessária uma degradação de suas culturas, seus conhecimentos, suas crenças

religiosas, pois é a partir da degradação cultural e social das identidades destes sujeitos, que formam parte de categorias étnico/raciais e de sexo específicas, que o modo de produção capitalista pode desenvolver e justificar seu projeto de expropriação e máxima acumulação de riquezas (FEDERICI, 2017).

O período de quase 04 séculos de escravização da população negra, determinou sobre esta categoria social uma condição de propriedade de seus donos, ideia que se perpetua e reproduz até a atualidade, e para as mulheres negras, isso se manifesta, de duas formas, por um lado, a destinação ao trabalho extra lar na área de serviços domésticos como “[...] uma espécie de “guetização” nas ocupações de serviço, capazes de mostrar a dimensão econômica da opressão.” (WERNECK, 2000, p. 87). E por outro lado, tratadas como objeto sexual de seus patrões, homens brancos e donos de posses. Segundo a mesma autora “Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente daqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras.” (2016, p. 180). A ideologia racista define as mulheres negras como propriedade, antes de seus donos escravocratas, e agora de seus chefes e, portanto, devem estar a serviço daqueles, nos trabalhos da casa e também sexualmente.

Ainda que tenhamos analisado de forma separada e com maior ênfase as determinações do regime patriarcal de dominação e exploração, podemos identificar que este regime estabelece relações de interdependência com a sociedade de classes e o racismo, suas determinações e relações se interligam e se determinam entre si. Como mencionado no início deste capítulo, patriarcado e racismo foram atualizados pelo sistema capitalista de produção, mas desde uma perspectiva de totalidade histórica e social, mais do que atualizados, Saffioti nos desvela que “Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação - exploração”, e autora completa ainda “Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformam, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação - exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo.” (1987, p. 60). Se constitui um único sistema que determina de forma particular as categorias sociais, mas que se fundem e formam a totalidade da estrutura social da sociedade patriarcal - racista – capitalista.

Este sistema pode ser compreendido analiticamente como três regimes particulares de opressão, para um melhor entendimento da origem, função e reprodução de cada um individualmente na sociedade, mas do ponto de vista da vida cotidiana, não se pode separar as três determinações sociais, elas se entrelaçam e se fundem em uma união simbiótica, que Saffioti (2013) denomina “nó” ou “enovelado” das relações sociais. E essa relação enovelada entre eles permite a reprodução e conservação deste sistema único de dominação – exploração.

Ainda que cada regime seja fundamental na estrutura social para a sobrevivência dos demais, isto não significa que não exista contradições no interior destas relações estruturais, esta “[...] simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória.” (SAFFIOTI, 1987, p. 62). Si por um lado, neste enovelado das relações sociais do sistema patriarcal-racista-capitalista há um processo de complementação, por outro lado, as contradições de cada um destes regimes são expressadas nesta unidade dialética. As contradições que vivem as mulheres das classes subalternas, subjugadas ao espaço privado do trabalho doméstico, não valorizado e sua não inclusão no trabalho produtivo ou uma inclusão em condições desiguais, não garantem a reprodução social de sua família, coloca as mulheres como maiores contingentes na linha de pobreza no Brasil e na América Latina, são contradições que podem levar a estas mulheres, pela necessidade básica de sobrevivência, tomar consciência de sua dominação e exploração e se rebelar contra esta situação.

Vale destacar ainda, que “Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão.” (SAFFIOTI, 2015, p.122). Estas três determinações formam parte da superestrutura de dominação - exploração da sociedade, e não podem ser tomadas de forma separada ou isoladas, onde cada regime como independente dos demais, pode ou não somar a outro ou outros para formar uma sobreposição de fatores de determinação de opressão. Uma contradição não pode prescindir das demais, assim não podem ser analisadas separadamente, pois as três contradições básicas formam uma única totalidade dialética e contraditória.

Outras características também podem ser fator de discriminação, como as manifestadas sobre as relações homo afetivas ou toda relação sexual que fuja as regras da heterossexualidade compulsória, que tem suas bases assentadas no regime patriarcal, que oprime as mulheres (CISNE, 2014). A heterossexualidade é uma determinação normativa

do patriarcado, pois é ela quem possibilita a filiação parental legítima para o patriarca e com ela a transmissão da herança, fundamento da propriedade privada.

As questões geracionais também podem ser razão de discriminação, contudo estas são secundárias em relação às determinações estruturais, por exemplo, a discriminação de jovens tem referência em sua condição de não ter absorvido todas as determinações sociais do sistema de dominação - exploração, que se vale desta inferiorização para não permitir o desenvolvimento de um potencial de questionamento e de transformação das determinações sociais estabelecidas pela sociedade. Ambas discriminações analisadas são relevantes na sociedade patriarcal - racista - capitalista, porém, não são determinações estruturantes desta sociedade, mas complementares. Com isso não se pretende ocultar ou negar que existem e devem ser superadas as discriminações e exclusões por fatores de orientação sexual e geracionais, mas atreladas ao fim das desigualdades de gênero, étnico/raciais e de classes sociais.

Antes de prosseguir faz-se necessário abrir um parêntesis, para fazer uma breve referência a teorias analíticas das categorias sociais que tem formado base de novas perspectivas e correntes feministas na atualidade, particularmente, nos meios acadêmicos, de regiões periféricas como na América Latina. Se encontram nesta bojo perspectivas como do feminismo descolonial⁵⁷, que segundo Maria Lugones, uma de suas mais reconhecidas expoentes, tem “[...] uma forte ênfase na intersubjetividade historicizada, encarnada, envolve uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial y capitalista, heterossexualista, como uma transformação vivida desde o social” (2011, p. 105, tradução nossa). Esta intersecção entre estes 04 fatores do feminismo descolonial emerge das bases da teoria da interseccionalidade, conceito que é creditado a escritora estadunidense Kimberlé Crenshaw, contudo, desde uma perspectiva crítica, sua origem:

[...] remonta aos movimentos de mulheres negras e mulheres de cor norte-americanas da década de 1970. O coletivo de mulheres negras Combahee River Collective, em manifesto datado de 1977, já afirmava um compromisso de "lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista", tendo como tarefa "o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam", configurando uma

⁵⁷ Destaco que utilizo o termo descolonial por tomar como base bibliográfica as leituras de Maria Lugones sobre este tema do feminismo Descolonial, contudo outras autoras utilizam o termo Decolonial apenas e outras ainda, colocam entre parêntesis o prefixo (de), para apresentar determinadas diferenças teóricas de concepção deste termo, porém me deterei apenas em base as bibliografias tomadas para a elaboração desta pesquisa.

"síntese dessas opressões que criam as condições de nossas vidas." (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988, citado por MACHADO, p. 03, 2017).

Portanto, a interseccionalidade nasce no seio de organização das mulheres em movimentos populares de resistência e enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo, em sua origem esta categoria permite “enfocar as múltiplas subordinações das mulheres e a maneira em que estão intrinsecamente articuladas” (ALONSO; DIAZ, 2012, p. 90, tradução nossa). Para o feminismo descolonial existe uma relação intrínseca entre a opressão de classe, gênero, raça e heterossexualidade e a causa da colonialidade e modernidade. Vale destacar a importância desta teoria para analisar a realidade e o contexto local das mulheres latino-americanas, que foram submetidas às normatividades do ser mulher pelos colonizadores europeus, submetidas a ideologia da feminilidade patriarcal, socialmente construída naqueles contextos para garantir a dominação e exploração das mulheres.

Porém, há que apontar-se alguns elementos sob a perspectiva de uma análise crítica da interseccionalidade. Um elemento se refere a ideia de que tanto gênero como a raça foram ao mesmo tempo constructos coloniais para racializar e generizar as sociedades (ALVARADO, 2016), nesta ideia está imbuída uma tendência a uma leitura da realidade de caráter essencialista em relação as comunidades indígenas e originárias, tanto de América como da África. Afirmar que é através da colonização que se inicia um processo de hierarquia e de divisão entre os sexos, nos parece perigoso e equivocado. No estudo de Federeci⁵⁸ (2017) sobre o processo de dominação dos colonizadores no continente, a autora evidencia uma série de episódios em que as mulheres foram entregues aos sacerdotes e colonizadores pelos chefes de comunidades em troca de benefícios pessoais, ou no caso, do “cercamento” de terras e territórios, as mulheres ficaram excluídas do direito a posse da terra. Curiosamente, as mulheres foram as primeiras a ser marginalizadas, a ser usadas como moeda de troca na sociedade colonial por seus próprios pares, homens de comunidades indígenas, o que denota a existência de relações desiguais entre os gêneros, desfavoráveis as mulheres, nas comunidades primitivas do continente. Seguramente a ideologia patriarcal em consonância a um processo de mercantilização das relações sociais, como a que se estabelecia com a colonização, não fazia parte da estrutura das relações sociais nas comunidades indígenas e originárias e a colonização como processo de dominação-exploração atualiza e amplia desigualdades nas relações entre os sexos nas colônias.

⁵⁸ No capítulo 5 – colonização e cristianização: Calibã e a bruxa no novo mundo.

A perspectiva interseccional perdeu a radicalidade que lhe havia sido atribuída deste os movimentos de mulheres negras estadunidenses. Na atualidade, tem se apresentado um conceito de caráter aberto, o que permite que tenha ampla difusão e uso entre as diferentes correntes teóricas feministas, que em essência são conflitantes entre si. Torna-se um conceito de consenso no feminismo que termina por invisibilizar estes conflitos que existem na prática e na ação social dos movimentos e grupos feministas organizados. Helena Hirata (2014) apresenta uma síntese das críticas em torno a interseccionalidade sobre a leitura das feministas francófonas⁵⁹:

1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero e classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos emitem a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem as historicizar e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação.” (p. 65).

Para a perspectiva interseccional, ainda que se faça uma articulação entre categorias para a determinação das relações de dominação e exploração, tende-se a privilegiar as categorias de raça e gênero em relação à categoria de classe. Esta última, que muitas vezes é analisada desde a condição de pobreza ou marginalidade de determinados contingentes sociais e não classes opressoras e oprimidas nas relações sociais de produção do modo de produção capitalista. Cisne (2014) ao analisar a heterogeneidade da classe nos explica que “a classe como determinação central não pode secundarizar os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subtrair a classe.” E a autora complementa ainda, que é necessário analisar as categorias sociais de classe, raça/etnia e sexo “[...] como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora.” (p. 31). O privilégio de um regime de dominação-exploração em relação aos demais, tem sido elemento histórico de fragmentação entre as categorias sociais e conseqüentemente fragmentação nos processos de mobilização e luta social. Exemplo disso, refere-se aos movimentos classistas que privilegiam a luta de classes em detrimento da luta feminista e étnico/racial, contudo, o inverso,

⁵⁹ É uma referência fundamental para compreender as relações de dominação e desigualdade entre homens e mulheres na sociedade capitalista, a partir de conceitos como divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo e, mais recentemente, consubstancialidade das relações de raça, classe e sexo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2014/08/15/sociologa-francesa-daniele-kergoat-participa-de-encontro-na-sof/>. Acesso em: 20 dez. 2017.

também é real, lutas feminista e étnico/raciais que colocam em segundo plano a luta de classes ou em ocasiões a negam.

O isolamento das categorias sociais para a análise da sociedade, e para a ação política concreta, impede a capacidade de visão da totalidade social e de diálogo e/ou interação com outras lutas sociais. E a nível das práticas sociais cotidianas, no movimento de produção e reprodução da vida, não se pode separar as categorias sociais e desatar o entrelaçamento produzido na estrutura social do sistema de dominação-exploração (CISNE, 2014). Ao negar esta relação, tende-se a priorizar o indivíduo como agente social por sobre as relações sociais desenvolvidas na interação entre as categorias sociais, e assim, ainda que inconscientemente, contribui-se para a conservação do patriarcado, racismo e capitalismo. Cabe a perspectiva interseccional e ao feminismo descolonial retomar o caráter radical de sua crítica original do sistema de dominação e exploração.

Reiteramos que parte-se aqui da compreensão teórica, de que classe, gênero e raça/etnia formam parte de uma mesma unidade contraditória, que se expressa de forma geral nas classes subalternas e de forma específica no sexo e na raça/etnia, estas últimas que historicamente são estabelecidas como marcas sociais de inferiorização, justificadas por meio dos caracteres naturais de cor e sexo, das quais o modo de produção econômico capitalista se apropria e se utiliza para intensificar a exploração e dominação sobre elas. Nos países periféricos, as formas de produção, apresentam elementos particulares e diferenciados do modo de produção capitalista, e, conseqüentemente, constituem-se formas distintas de uso e de exploração da força de trabalho, valendo-se dos caracteres raciais e étnicos, constituintes das populações destes países, ainda que, estes também são validos para a máxima exploração dos trabalhadores/as migrantes⁶⁰, que representam grandes contingentes populacionais nos países do centro econômico na atualidade.

Desta construção social espera-se perpetuar a domesticação das classes trabalhadoras e, para isso, o aprofundamento de diferenças de natureza biológica como raça e sexo cumprem um papel fundamental na perspectiva de que a constituição de desigualdades entre mulheres e homens, entre brancos e negros, mestiços e indígenas no

⁶⁰ Um grave problema social da atualidade resultado das políticas expansionistas e ocupacionais de territórios nas periferias de interesse para a exploração capitalista, que tem graves conseqüências sobre as mulheres migrantes, contudo não aprofundaremos esta temática nesta pesquisa por não se tratar do foco da pesquisa.

interior da classe trabalhadora, representa ganho as classes dominantes (SAFFIOTI, 1987). Tanto a supremacia masculina na classe trabalhadora, quanto a supremacia racial, prejudica mulheres e homens e todas as raças e etnias e, impedem o avanço da luta de classes. Para Federici (2017) “[...] a cumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separam os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos.” (pp. 232-234). É inerente a estrutura do modo de produção capitalista a desigualdade social, de gênero e étnico/racial, estas desigualdades e hierarquias de poder são produto permanente deste regime econômico-social.

Esta divisão no interior da força de trabalho permite ao capitalismo, por meio da seleção social de caracteres naturais, determinar marcas sociais de hierarquia e desvantagem no modo de produção competitiva, e principalmente, permite “[...] desviar o antagonismo de classe, para um antagonismo entre homens e mulheres.” (FEDERICI, 2017, p. 232). O patriarcado e o racismo além de permitir a máxima exploração do capitalismo das categorias sociais de sexo e raça/etnia, tem uma função primordial que é ocultar e encobrir o antagonismo entre as classes sociais, ocultar a origem e os beneficiários da exploração da força de trabalho das classes subalternas. Dessa forma, há por parte destas categorias sociais uma dificuldade em identificar a origem de sua exploração e assim de construir mecanismos para enfrentá-la e superá-la.

A partir da compreensão do lugar das mulheres na sociedade de classes, antes de passar a delimitação do processo de formação da consciência feminista das camponesas, iniciaremos com a análise da categoria de gênero, que vinculada a categoria de classe, formam os elementos centrais na formação do pensamento e ação política do MMC, até assumir-se enquanto movimento feminista. Tratando de elucidar as dificuldades e barreiras que haviam, durante longo período, para que elas percebessem que suas práticas eram feministas, detendo-nos no impacto das mudanças na perspectiva de gênero e feminista no continente a partir da implantação do neoliberalismo. Esta discussão nos ajudará na parte final do capítulo em que buscaremos compreender o processo de superação destas divergências ou diferenças com o movimento feminista e a formação da consciência militante feminista das camponesas.

3.2.A perspectiva de gênero e classe das camponesas

Os movimentos de mulheres autônomos, enquanto movimentos estaduais, nas articulações regionais e também na ANMTR, assumiam a perspectiva de classe associada a de gênero em sua análise e práticas sociais, para fortalecer as pautas das mulheres do campo, e para inserção destas reivindicações no bojo das lutas populares e da classe trabalhadora. Para compreender a condição das mulheres na sociedade de classes, o conceito de gênero contribuiu para as camponesas perceber:

[...] que a identidade do feminino e do masculino, assim como o papel desempenhado por homens e mulheres, não depende das características biológicas de cada um. As identidades dos homens e mulheres e o papel social que desempenham dependem, entre outros aspectos, da forma como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir sua própria existência, do jeito como as relações de poder são exercidas, da cultura que se institui e do que está sociedade pensa de si mesma, podendo variar de uma sociedade para outra. A forma de representação das diferenças entre homens e mulheres são, portanto, socialmente construídas, não sendo naturais e podem ser mudadas porque são construídas e reconstruídas na prática social (MMTR RS, 2001, p. 10).

As reflexões sobre a ótica da perspectiva de gênero foram fundamentais na história de luta e organização dos movimentos autônomos de mulheres do campo, pois contribuíram para entender que sua condição de oprimidas não era natural, mas construída social e historicamente, e, portanto, passíveis de transformação e superação. Heleieth Saffioti corrobora nesta compreensão ao afirmar a importância da categoria gênero, que segundo a autora “[...] contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional [...]” (1992, p. 193). Partindo destas definições e compreensões políticas, a categoria gênero refletia as percepções das camponesas sobre o processo de sua libertação enquanto mulheres e trabalhadoras, mas também permitiu abrir brechas nas organizações mistas, nos sindicatos e nos partidos, sendo instrumento para posicionar as reivindicações das mulheres na perspectiva de uma luta de classes que não nega as desigualdades no interior desta categoria social, sobretudo, as desigualdades de gênero, entre mulheres e homens. A partir da incorporação das chamadas “questões de gênero”, pode-se avançar em mudanças práticas e concretas na atuação dos instrumentos mistos de organização social e popular, tema também assumido nas discussões de projeto popular, projeto de Brasil e de sociedade. As “questões de gênero” também foram inseridas nas discussões de

campesinato e projeto de agricultura camponesa para o Brasil, pela importante contribuição realizada pelas camponesas neste tema.

A partir da ação política cotidiana no movimento autônomo e na luta popular, e desde a contribuição da perspectiva de gênero, as camponesas identificam a inter-relação estabelecida entre os sistemas de dominação e exploração. Segundo MMTR RS (2001) [...] o patriarcado se fundiu [...] com o capitalismo. Há um entrelaçamento entre a supremacia dos homens ou o patriarcado e a desigualdade de classes (p. 14). Dessa forma, estas lutas não podem andar separadas e isoladas, são contradições fundamentais da estrutura social patriarcal e capitalista. As camponesas entendem que as perspectivas de gênero que estão desvinculadas da análise de classes sociais para interpretar a condição das mulheres são insuficientes e limitadas, atuando para mudanças dentro das determinações da estrutura das relações capitalistas de produção, realizando algumas conquistas pontuais, mas não conseguem eliminar, nem explicar, todas as contradições que se expressam no ser mulher.

Na América Latina, esta perspectiva de gênero centrada nas demandas por reconhecimento e identidade, isoladas de uma análise de classes, inundam os países a partir da década de 1970, impulsionadas pelo neoliberalismo, que tratando de apresentar uma aparência mais humana, multicultural e de abertura a participação das organizações da sociedade civil dentro dos Estados, promove programas como a Agenda Global de Gênero (AGG)⁶¹, para realizar ações dirigidas as mulheres desde a ótica da promoção da igualdade de gênero (ALVAREZ, 2014). As camponesas percebem esta movimentação de programas com foco nas mulheres, como vemos em um de seus documentos:

A partir da década de 1970, com a concepção “Mulher e Desenvolvimento”, foi investido em programas marcadamente “integrativos e economicistas”, com enfoque na mulher [...] nos anos 1980, adotaram a concepção “Gênero e Desenvolvimento”, tendo como enfoque a relação entre homens e mulheres na linha de desenvolvimento equitativo sustentável [...] Na década de 1990, o enfoque passa a ser o “Planejamento na ótica de gênero”, tendo como ênfase a redistribuição econômica com equidade de gênero. (MMTR/RS, 2001, p. 21).

⁶¹ Um conjunto hegemônico, ainda que contestado, de posições normativas e prescritivas sobre gênero e desenvolvimento, participação das mulheres, equidade de gênero e outras questões concernentes às mulheres, especialmente mulheres “pobres e vulneráveis”. [...] A AGG que daí resultou tanto permitiu quanto disciplinou intervenções culturais e políticas dos movimentos feministas – em nível local, nacional e transnacional. (ALVAREZ, 2014, p.59).

Com o neoliberalismo as políticas de Estado deixaram de ser responsabilidade dos governos nacionais e passaram a ser construídas pelas organizações multilaterais, que também ditam focos de atuação e financiam ações de ONGs que inundaram o continente latino-americano para fomentar políticas sociais de caráter assistencialista de combate à pobreza, mas que na essência, pretendiam exercer um controle dos protestos e mobilizações sociais contrários as devastadoras consequências sociais derivadas das políticas neoliberais. No âmbito do movimento de mulheres e feministas, além de muitas feministas terem passado a atuar nestas ONGs, elas promoveram um processo que “desarmou, dispersou e despolitizou o movimento de mulheres” (FARIA, 2005, p.20). O foco do trabalho na questão de gênero, estava destinado ao combate das desigualdades das mulheres como um problema social, de pobreza e não como um problema econômico, e “os financiadores passaram não apenas a definir os temas dos projetos e a dinâmica interna das ONGs, como, em grande medida, a controla-las politicamente” (CISNE, 2014, p. 147). Ocultando os antagonismos de classe e as estruturas econômicas desiguais do neoliberalismo patriarcal e racista, que submete as mulheres as piores condições de subemprego, de informalidade, ampliando a superexploração da força de trabalho nos países periféricos.

Partindo da compreensão da impossibilidade da separação da análise de gênero com a perspectiva de classes, as mulheres camponesas rechaçam estas políticas de gênero promovidas pelo neoliberalismo no continente latino-americano. Exemplo disso ocorre em meados da década de 1990, quando tomam relevância as grandes conferências internacionais de mulheres e encontros feministas, as camponesas participam nos Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos, que em 1990 realizam sua 5ª edição, na Argentina, na qual se propõe a construção de uma Articulação latino-americana de Organizações de Mulheres Rurais. Esta ideia foi fortalecida junto as organizações

participantes da IV Conferência Mundial da Mulher⁶², organizada pela ONU, no ano de 1995, em Pequim⁶³.

Assim é realizado em 1996, em Fortaleza, o 1º Encontro Latino-americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, com o objetivo central de constituir um canal ou rede de comunicação e articulação entre organizações de mulheres rurais, criando uma Articulação latino-americana de Organizações de Mulheres Rurais (TRIBUNA DO CEARÁ, 1996). Um dos temas analisados neste encontro foi a globalização, que apresentou pontos de vista divergentes, por um lado defendia-se que a globalização iria aumentar a participação feminina no trabalho assalariado, igualando a ocupação no trabalho rural entre homens e mulheres, em oposição a esta ideia, afirma-se que a globalização tendia a ampliar o desemprego e a miséria, afetando majoritariamente as mulheres (MELLO, 1996). Esta divergência política e o questionamento sobre a forma e quem conduziu o processo de construção deste encontro, fez com que as mulheres camponesas presentes neste evento, articuladas na CLOC, identificaram que houve a:

[...] utilização das ONGs as organizações de mulheres camponesas, [...] na realização do Encontro de Trabalhadoras Rurais da América Latina, em Fortaleza, Brasil, 1996. Aqui a participação das verdadeiras representantes foi manipulada abertamente, o que provocou uma reação de protestos com uma marcha ao interior do encontro por parte das mulheres da CLOC que foram ao evento.

Esse acontecimento nos leva a reafirmar que só é nosso o que construímos com nossas mãos, com nossas mentes e com nossas experiências (CLOC, 1997).

⁶² IV Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, China. A Plataforma de Ação de Pequim afirma os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos.

Define o conceito de gênero para a agenda internacional, empoderamento das mulheres e transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero. Para a ONU, “a transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 19 de set. de 2018.

⁶³ A conferência de Pequim marca a onda de institucionalização do feminismo nos anos 1990, tanto via organização, como também, por meio da profissionalização junto ao Estado. Não é à toa que foi na Conferência de Pequim que o conceito de gênero, segundo Falquet (2012), triunfou. (CISNE, 2014, p. 148)

Devido a este ocorrido abandonam este processo de construção de uma articulação latino-americana de mulheres rurais sobre a égide desta perspectiva de gênero acordes com as políticas neoliberais. Para as mulheres camponesas, assim como para muitas “[...] feministas «populares», e também para muitas mulheres indígenas e de ascendência africana, as exigências de justiça de gênero surgem da própria situação material. Suas lutas nunca perderam de vista a crítica da economia política.” (SCHILD, 2017, p. 113). Com este posicionamento político, as camponesas reafirmam seu princípio de autonomia na construção de suas lutas, negam a institucionalização de suas bandeiras de reivindicação, e reafirmam a perspectiva de gênero atrelada a luta de classes como elemento determinante da construção da unidade das lutas com as demais organizações a nível nacional e continental. Assim, centram seus esforços de aliança política e organizativa com os movimentos populares de camponeses, indígenas e negros da CLOC, fortalecendo a constituição de uma Articulação de Mulheres dentro da CLOC.

Esta perspectiva neoliberal do gênero se expande e hegemoniza a luta feminista naquele período no continente, denominada como *Segunda Onda Feminista*⁶⁴, de tal forma, que o debate de gênero e classe que vinha sendo desenvolvido e defendido pelas feministas perde espaço para um debate com centralidade nas mudanças culturais e no acesso a direitos individuais. A partir de então o movimento feminista é hegemônico pela corrente do feminismo liberal com atuação dentro do Estado neoliberal. Desta forma, a visão deste feminismo “se reduziu a uma visão de políticas públicas no Estado mínimo, que se limitava a políticas focais realizadas em parceria com a sociedade civil.” (FARIA, 2005, p. 17). Há uma profissionalização das militantes feministas e uma institucionalização da pauta dos movimentos feministas, com foco na atuação dentro do Estado, na perspectiva da construção de políticas públicas.

Neste sentido, as camponesas não se identificavam com a luta feminista, pelas divergências com as correntes hegemônicas que mais se desenvolveram no país e no

⁶⁴ De acordo com Maggie Humm (1990) e Rebecca Walker (1992), a história do feminismo pode ser dividida em três “ondas”. A primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX; a segunda, nas décadas de 1960 e 1970; e a terceira, na década de 1990 até a atualidade. No Brasil, o movimento feminista criou forma entre o fim do século 18 e início do 19, quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço na área da educação e do trabalho. Três grandes momentos marcam o movimento feminista no Brasil: o primeiro foi causado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho no fim do século 19. O segundo, no fim da década de 1960, foi caracterizado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). O terceiro momento começou a ser construído no fim da década de 1970, com a luta de caráter sindical e contra a ditadura militar. (CASTRO; MACHADO, 2016, p. 28).

continente. As principais correntes feministas podem ser divididas entre: liberais, radicais e socialistas. As feministas liberais se “caracterizam por definir a situação das mulheres como de desigualdade – e não de opressão e exploração – e por postular a reforma do sistema até conseguir a igualdade entre os sexos.”, esta perspectiva está bastante alinhada as políticas neoliberais de enfoque de gênero e apresenta “dificuldades para perceber as desigualdades entre mulheres produzidas a partir de raça, etnia, classe, sexualidade” (SILVA, 2016, p. 33), elementos centrais para a compreensão das opressões das mulheres brasileiras e latino-americanas. Para a corrente do feminismo radical o patriarcado é entendido como “o sistema básico de dominação sobre o qual se levanta o resto das dominações, como a de classe e raça”, esta vertente coloca a contradição de gênero, como centralidade de sua análise política e ação prática.

A corrente do feminismo socialista está embasada na aliança entre luta de gênero e de classe em que “o gênero e o patriarcado são as categorias que estruturam suas análises da totalidade social.” (DE MIGUEL, 2007), mas com o advento do neoliberalismo o feminismo liberal ganha espaço e a uma “tendência de homogeneização [...] que obscureceu os setores que defendiam outra visão, que eram minoritários. Isso foi mais grave pelos deslocamentos de posição de muitos grupos feministas, que causaram muita desorientação.” (FARIA, 2005, p. 04). Assim, as camponesas divergentes as posições políticas do feminismo hegemônico, se afastam ainda mais de assumir uma perspectiva feminista de sua luta política. Este feminismo hegemônico não dialoga com suas reivindicações cotidianas e, por vezes, nega as lutas de mulheres populares como feministas, como nos indica Silva (2016):

[...] é possível ver lutas coletivas de mulheres negras e de classes populares e/ou participação de inúmeras mulheres em lutas populares, razão pela qual elas também poderiam ser vistas como feministas, mas geralmente não o são. A história do feminismo brasileiro é rica em exemplos de como critérios de distinção de classes são acionados para a classificação de uma mulher (ou de uma luta) como feminista (p.30).

As práticas e ações das camponesas não eram reconhecidas como feministas, e elas não eram sujeitos no feminismo, muitas vezes, eram consideradas conservadoras e que não compreendiam a luta feminista, talvez por que as teorias feministas não eram elaboradas por mulheres que estivessem próximas da realidade de vida das camponesas e de suas práticas, nem as camponesas estavam inseridas nos espaços de discussão das teorias feministas. Por outro lado, a leitura histórica de organização das camponesas, na

Teologia da libertação, também as influenciou em um sentido de distanciar-se ou nem sequer cogitar uma perspectiva feminista de sua luta (CONTE, 2018). A luta feminista também foi estigmatizada e desqualificada, com frequência, no seio das esquerdas, o que afasta ainda mais as mulheres camponesas de uma aproximação e afirmação de que suas práticas e reivindicações são lutas feministas. Apesar disso, na constituição da ANMTR, no I Encontro Nacional o tema do feminismo aparece junto a discussão de gênero e classe, onde as camponesas sinalizam um reconhecimento da importância da luta feminista, explicitando que o:

Feminismo significa para as mulheres, ter consciência da luta de classes e de gênero. É construir novos valores nas relações, é a construção da nova mulher, é ter liberdade a educação, é ser mulher assumida. Feminismo é uma proposta política, que é vista de diversas maneiras, com práticas diferenciadas, e que ainda não está clara para as mulheres (ANMTR, 1997, p. 17).

Como podemos ver há um reconhecimento da luta feminista liberal ou radical, que realizaram importantes contribuições para a libertação das mulheres, por exemplo, a luta por direitos, explicita contradições no sistema de dominação-exploração, outras análises, como a opressão doméstica, a divisão entre público e privado, são contribuições importantes na análise da condição das mulheres, evidenciados pelo feminismo liberal (GASPARETO, 2018). Contudo, as práticas radicais ou reformistas e a postura destas correntes feministas frente ao neoliberalismo e a globalização desenvolve confusões e barreiras para o assumir-se feministas das camponesas.

Para os estudos feministas e para as feministas de perspectiva mais críticas, há uma problematização da utilização do conceito de gênero para analisar e explicar as desigualdades entre homens e mulheres e da dominação e exploração a que são submetidas as mulheres no sistema patriarcal, racista e capitalista, para Cisne (2014):

[...] os estudos de gênero, se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais “neutro”, menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de ser *aparentemente* mais “acadêmico” ou “científico” (p. 65).

É inegável que para muitas correntes feministas e para intelectuais e movimentos de luta desde a perspectiva de gênero, assumem uma posição de não enfrentamento direto com as estruturas de dominação e exploração ao usar o termo gênero para suas análises teóricas e políticas. Esta análise se legitima na realidade concreta, assim como vimos nas

agendas de gênero das instituições multilaterais e governamentais das políticas neoliberais. Visto que, o gênero como conceito não faz referência a desigualdades entre os sexos, nem faz referência as mulheres especificamente, ainda que se convencionou entender a “questão de gênero” como a questão das mulheres. Porém isto não significa que todas as lutas e usos do gênero tem esta perspectiva de minimizar conflitos ou radicalidade da análise da realidade das mulheres e da ação política dos movimentos de mulheres. Como nos explica Saffioti (2015) “o conceito de gênero, ao contrário do que afirmaram muitas (os), é mais ideológico do que o de patriarcado. Neutro, não existe nada em sociedade.” (p. 141), e a ideologia que carrega é a ideologia patriarcal reproduzida nas relações entre os sexos. Assim para as camponesas, a organização e luta em base a perspectiva de gênero cumpriu um papel importantíssimo ao longo de sua trajetória de organização, pois “A luta de gênero conscientiza, cria novas formas de participação, resgata a identidade feminina” (ANMTR, 1997, p. 18). Contribuindo na desnaturalização das relações de dominação – exploração, na desnaturalização das diferenças biológicas como construções sociais, no questionamento das hierarquias de poder, que elevam o masculino por sobre o feminino, e isso se deu, nas lutas por participação política, por direitos sociais e civis, por terra, por reconhecimento de seu trabalho e modos de vida e por transformações nas relações sociais entre os sexos.

Um fator determinante para as camponesas no uso do conceito de gênero, e que marca a diferença com outras perspectivas, é que ele sempre foi usado simultaneamente e atrelado a categoria de patriarcado, de classes e étnico/racial. Portanto, “não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva” (SAFFIOTI, 2015, p. 148). Na luta de gênero e classe, as camponesas buscam a transformação das relações entre os sexos e das relações sociais e de produção entre todos os seres humanos, a transformação cotidiana e estrutural do sistema global de dominação-exploração. Estes elementos da perspectiva de gênero e classe das camponesas, podem ser analisados, do ponto de vista teórico, como lutas feministas, a qual as camponesas não assumiam desta maneira. Vejamos alguns elementos do processo de formação de consciência, especificamente, da consciência militante feminista, e como eles se expressam na trajetória de organização e luta das camponesas, fazendo com que elas se descobrissem enquanto movimento feminista.

3.3. Processo de formação da consciência militante feminista

A consciência é a percepção de mundo que cada indivíduo estabelece a partir do que vivencia nas relações sociais concretas de sua vida, a consciência é a interiorização das relações vividas pelo indivíduo. O que se entende como verdade e como valores, normas sociais, são expressões da consciência que o indivíduo tem do mundo. Cada indivíduo tem acesso apenas a uma parte da realidade, capta assim, um momento abstraído do movimento, que forma parte de um momento histórico determinado, em uma temporalidade e espacialidade particular e específica, sua consciência apreende apenas esta parte da realidade imediata a que tem contato nas relações que estabelece no seu cotidiano com outros seres humanos e com a natureza (IASI, 2011). Contudo, há uma tendência de generalizar esta percepção particular de mundo (seus valores, suas normas, suas regras) para toda a sociedade.

Esta é definida como a primeira forma da consciência, caracterizada pela interiorização de relações preestabelecidas na sociedade, pela percepção de parte pelo todo, pela naturalização de relações que tem fundo histórico e social, este elemento em particular, que consideramos fundamental desvelar quando analisamos a condição de dominação - exploração das mulheres, embora sabe-se que sua importância não se restringe a análise da condição da mulher, mas de todos os regimes de dominação – exploração. Ainda, são elementos constitutivos desta forma de consciência, a interiorização dos valores, normas e padrões definidos de comportamento individual e a primazia do imediato, da sobrevivência em detrimento de desejos de mudanças ou de inquietude em relação a determinados comportamentos e definições sociais (IASI, 2011).

As relações patriarcais, por exemplo, se reproduzem por meio de valores e normas de comportamento que são socializadas a mulheres e homens desde seu nascimento, no bojo da família patriarcal, na escola, nas normas religiosas, que cumprem papel de transmissão e disciplinamento dos indivíduos a determinadas relações sociais. Estes valores, normas e também características “naturais” são diferentes para cada sexo, que mais do que introduzidas, cada indivíduo as experimenta e as encontra em suas relações imediatas e concretas que estabelece com outros indivíduos, portanto, as interioriza como suas verdades de mundo e, como verdades e ‘naturais’ de cada sexo.

Esta forma de consciência é a expressão da alienação de si mesmas a que são submetidas as mulheres em uma sociedade patriarcal e capitalista. E com esta consciência alienada, a ideologia patriarcal encontra a condição necessária para sua reprodução e aceitação pelas próprias mulheres. Isso, se explica, porque “a consciência se expressa como alienação [...] que é a forma de manifestação inicial da consciência. Essa forma será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação.” (IASI, 2011, p.20). Com a interiorização de determinados constructos sociais como naturais, dentre elas as relações de dominação e exploração, estas tomam a forma de imutáveis e são aceitas e inclusive reproduzidas pelos próprios indivíduos em condição de subordinação, discriminação e/ou exploração. Em relação as mulheres, isso ocorre porque o “patriarcado funciona como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação.” (CISNE, 2014, p. 79). Por esta razão, encontramos nas práticas e nas ideias das próprias mulheres, posições de reprodução de relações patriarcais que são prejudiciais a elas mesmas, expressando a hegemonia do poder da ideologia patriarcal que se estende a todas as relações sociais.

A relação entre alienação e ideologia são extremamente complexas e dialéticas entre si para garantir a manutenção e reprodução de um determinado sistema de ideias e de comportamentos práticos em benefício de uma determinada forma de sociedade. Porém, esta mesma característica de movimento constante e permanente da realidade e das relações sociais, expande as contradições no interior destas relações, visto que de um lado a realidade se transforma e, de outro lado, os indivíduos são destinados a inércia, a seguir padrões predefinidos e imutáveis (IASI, 2011). Neste influxo, se criam as condições materiais para que se desenvolva uma “[...] consciência que se toma da contradição entre totalidade concreta (a que vivemos como ordem internacional, classes, grupos, sexos, trabalhos, etc.), e esses valores aos que reconhecemos como bases da nossa cultura. ” (KIRKWOOD, 1987, p. 56, tradução nossa). A autora denomina esta primeira fase do processo de formação da consciência, de consciência informada que segundo ela, é aquela capaz de “[...] captar, contrastar e comparar os sistemas de relações reais na sociedade com a teoria ou princípios que a constituem.” (1987, p. 65). Entendida a teoria nesta análise, não apenas como formulações teóricas, mas como os valores, as normas e comportamentos sociais que determinam o acionar individual e coletivo das relações sociais cotidianas e concretas.

Esta contradição entre o movimento do real com as determinações estáticas das relações sociais, leva ao indivíduo a condição de inquietação, de contradição interna entre o que entendia como “verdade” e a realidade concreta transformada. Se estabelece um estado de revolta no indivíduo, uma fase da consciência onde Iasi (2011) explica que “As relações podem não ser mais idealizadas, são agora vividas como injustas e existe a disposição de não se submeter, no entanto, ainda aparecem como inevitabilidade: “sempre foi assim”.” (p.28). Este estado de revolta se desenvolve a nível subjetivo de cada indivíduo, e é este estado de revolta que pode levar “a possibilidade, no seio da “crise ideológica”, do indivíduo ir além da primeira forma de consciência.” (CISNE, 2014, p. 46). Indignar-se com as injustiças que se identificam pelo indivíduo na contradição entre o concreto e o predefinido são o impulsor da possibilidade de avanço no processo de formação da consciência do indivíduo.

As mulheres camponesas desenvolvem este estado de revolta e indignação, quando inseridas na luta sindical, nos movimentos populares, na militância popular da igreja e nos partidos políticos, enquanto pertencentes a classe trabalhadora explorada, experimentam as contradições particulares pelo fato de ser mulheres, como explicita Cinelli “nascia à indignação na medida em que iam percebendo o condicionamento pelo fato de serem mulheres e pobres” (2012, p. 88). Além das contradições de classe, as camponesas vivenciam em seu cotidiano as contradições derivadas de um sistema patriarcal de relações sociais. As ideias de luta por libertação das opressões, de igualdade para “todos”, de direitos “iguais”, de justiça para “todos” contrastavam com a realidade concreta das mulheres, haviam diferenças no interior deste “todos”, que estavam ocultas.

Este processo de formação da consciência das camponesas avança na medida em que “A rebeldia inicial, individual, se faz social com um processo de identidade com as “outras”, vistas e percebidas em idêntica contradição.” (KIRKWOOD, 1987, pp. 68-69), se compartilha uma identidade comum de grupo que é submetido as mesmas condições de opressão e dominação. Assim, não é apenas uma mulher que não pode ser candidata à presidência do sindicato, do partido ou ser dirigente de uma organização, mas esta realidade é vivenciada por todas as mulheres ou pela grande maioria delas. A precondição para essa superação inicial da alienação é o grupo, é nele que as relações sociais da ideologia patriarcal passam a ser questionadas e desnaturalizadas e o problema da mulher passa a ser compreendido como um problema social e político. Se avança na compreensão

da possibilidade da superação desta condição de invisibilidade e marginalização política das mulheres.

É no grupo, que a consciência se eleva para uma segunda forma, que se denomina consciência em si ou consciência reivindicatória, que tem por característica a percepção dos vínculos e da identidade de grupo e seus interesses próprios que conflitam com os grupos que lhe são opostos (IASI, 2011). A consciência reivindicatória é aquela que permite ao grupo reivindicar a minimização das injustiças e discriminações a que são submetidos enquanto categoria social, amenizando as relações de dominação-exploração. A formação desta consciência prescinde de um processo em que:

A rebeldia individual, para transcender o desgosto pessoal necessita se transformar em rebeldia social, ir além da própria percepção da discriminação. É preciso que seja reconhecida em todos os semelhantes, reconhecida nas outras, e nos identificar com as outras. (KIRKWOOD, 1986, p. 35, tradução nossa).

Esse processo se manifesta para as camponesas quando elas vêm umas nas outras as mesmas marcas de discriminação e exclusão política e social, e o avanço na formação da consciência delas se faz concreta na medida em que percebem que, somente por meio da constituição de espaços e organizações próprias, poderão superar a desigualdade de gênero na sociedade classista. Nasceram, assim, os movimentos autônomos de mulheres camponesas por todo o Brasil, “[...] como reação e indignação das mulheres camponesas contra toda a forma de opressão da cultura patriarcal e da dominação do modelo capitalista” (MMC SC, 2008, p. 07). A partir da realidade concreta vivenciada pelas camponesas, elas não têm dúvidas, assim como Kirkwood, ao analisar os princípios mobilizadores do movimento feminista, que:

[...] A responsabilidade da rebeldia compete ao oprimido. Daí a força e a vontade intrínsecas na pretensão de autonomia dos movimentos políticos feministas - como sujeitos de sua própria rebeldia-, o que não destrói nem invalida sua proposta da globalidade da transformação político social (1986, pp. 65-66, tradução nossa).

Na militância política nos movimentos autônomos, as camponesas afirmam contundentemente que “quem sente e sabe do que as mulheres podem e devem são elas mesmas, quem sente e sabe da opressão patriarcal, além da opressão do capital, deve reagir contra ambos.” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 115). Somente elas como protagonistas e sujeitos políticos ativos podem rebelar-se e transformar as determinações

sociais de subordinação e inferioridade a que estão submetidas na estrutura social de dominação e exploração patriarcal. É nesta inserção na estrutura social que se forma a consciência alienada que elas têm de si mesmas, a qual precisa ser desnaturalizada e negada enquanto categoria social organizada e mobilizada para a ação concreta de transformação, não basta a constatação das desigualdades, é preciso enfrentá-las cotidianamente.

Para dar este passo na inserção na militância política do movimento autônomo de mulheres camponesas e na formação de sua consciência enquanto sujeitos políticos, estas devem enfrentar barreiras que a vida cotidiana no seio da família e da produção do campo lhes são inerentes. A “responsabilidade” dos trabalhos domésticos, que são cotidianos e permanentes, a sobrecarga de trabalho, que não lhe permite tempo para a participação política, fatores que aprisionam as camponesas no espaço doméstico e da unidade de produção. O trabalho e tempo delas são destinados a servir aos outros, os frutos de seu trabalho são controlados pelo patriarca, quem tem poder de decisão e de posse sobre a propriedade produtiva, os recursos financeiros e também possui poder sobre os membros da família. Para sair de casa e ir para a militância política no movimento autônomo, a camponesa, muitas vezes, precisa pedir “permissão” ou “autorização” para o “chefe de família”, que tem poder de decidir sobre o ir e vir da mulher. Esses obstáculos começam a ser derrubados à medida que a mulher consegue sair de casa e inicia-se um processo que Cisne avalia como a:

Desnaturalização a responsabilização da mulher pela reprodução social antroponômica, bem como da superação da aparente dicotomia provocada pela divisão sexual do trabalho entre o mundo da produção/público/político (considerado masculino e valorizado) e o da reprodução/privado (considerado feminino e desvalorizado). (2014, pp. 183-184).

Quando as mulheres saem de casa para a militância política, para reivindicar direitos, acesso à terra, para enfrentar as políticas de governo e de Estado que as massacram, elas estão enfrentando as estruturas das instituições da família patriarcal, as determinações da igreja que as definem como submissas ao homem e servis a família e, enfrentam os questionamentos da comunidade, que guardando a reprodução das normas, valores e características atribuídas as mulheres na sociedade patriarcal, criticam a mulher que atua fora das cercas do espaço doméstico, acusando-as de “abandonar o lar”, “estar correndo rua”, “não respeitam a família” e tantas outras desqualificações a elas dirigidos

durante o processo de libertação do espaço privado para o espaço público. Como elas mesmas identificam o “Sair de casa e ir à luta na busca de cidadania, de melhores condições de vida na roça, de novas relações de gênero e classe, de direitos previdenciários, entre outros, forma passos decisivos nesta construção.” (MMC SC, 2005, p. 03) da abertura de brechas no sistema patriarcal e o início de um processo sem volta atrás na formação de sua consciência, na consciência de seus direitos, na formação de sua autonomia de decidir e construir os caminhos de sua libertação, pois é partir dele, que se nega a ideologia patriarcal, suas normas, padrões e comportamentos e se inicia um processo de transformação das relações sociais na família e na sociedade.

A organização em movimento autônomo é a ferramenta que permite a transformação da rebeldia individual em ação coletiva das camponesas, passa-se da indignação individual para uma contestação crítica e organizada em coletivo para a superação das relações patriarcais e das desigualdades sociais enquanto classe social explorada. E após romper as barreiras do aprisionamento doméstico, ao sair de casa, faz-se necessário ir “[...] a busca e a recuperação de identidades que são e foram negadas para nós mulheres.” (KIRKWOOD, 1986, p.36, tradução nossa), pela ideologia patriarcal, como forma de garantir a dominação feminina. Esta apropriação e resgate de si coletivamente e a construção de uma identidade afirmativa se manifesta na luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Elas afirmam a importância desta luta, quando relembram sua trajetória: “As mulheres vão as ruas, vão à luta, reivindicar o reconhecimento da profissão, deixando de serem vistas como “do lar”, “doméstica”, para serem reconhecidas na sociedade como trabalhadoras rurais.” (MMC SC, 2005, p. 07). Descobrir-se e afirmar-se como trabalhadoras, negando a condição de não trabalho, fator de sua inferiorização nas relações patriarcais, denota o processo de desnaturalização da ordem patriarcal e a conformação de uma identidade de sujeitos políticos e sociais para as camponesas.

Na militância política as camponesas iniciam o processo de apropriação de si mesmas e também começam a possuir a consciência de seus direitos, se desenvolve uma percepção nas mulheres de que elas são, como os demais trabalhadores/as, sujeitas de direitos. A luta das mulheres “passa pela construção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político” (CISNE

apud SOUZA-LOBO, 2014, p. 154). A participação e reivindicação no movimento autônomo faz emergir uma identidade coletiva para as mulheres do campo, isoladas e individualizadas em sua vida cotidiana, reconhecer-se como trabalhadoras rurais⁶⁵, faz avançar a mobilização social das mulheres frente ao Estado para reivindicar o reconhecimento e cumprimento de seus direitos, mas principalmente, coloca as camponesas frente as instituições e a sociedade mesma como sujeitos políticos, e como sujeitos que tem poder de decidir e atuar sobre suas vidas, constroem sua história, não são mais objetos a serem definidos por outros.

A história das camponesas não difere da trajetória de muitos movimentos de mulheres que nascem no mesmo período, década de 1980 no Brasil, onde Cisne descreve que as mulheres ao saírem as ruas descobrem seus direitos e a “[...] descoberta desses direitos, por sua vez, passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública, na qual elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos” (apud SOUZA-LOBO, 2014, p. 138). Pode-se perceber, que existe um movimento entrelaçado, na medida em que as mulheres conhecem seus direitos na militância, ampliam seus horizontes e sua consciência individualmente e também coletivamente, se fortalece o movimento de mulheres e, paralelamente, a camponesa constrói sua autonomia. Para elas este processo de reivindicação de direitos civis, sociais e políticos expressos em suas bandeiras de luta⁶⁶ que “[...] baseiam-se fundamentalmente na construção da cidadania enquanto mulher e enquanto trabalhadora.” (MMC SC, 2005. p. 07), promove a autonomia das camponesas, os quais são vetores fundamentais para a transformação das relações patriarcais no interior da família, no Estado e nas organizações sociais e partidos políticos.

Veremos a seguir como as camponesas avançam para uma consciência para si, o processo de formação da consciência militante feminista e de classe, os elementos e as

⁶⁵ Ressalta-se o uso deste termo faz referência ao já exposto no histórico do MMC no capítulo 1, onde explicitamos que no início da organização dos movimentos autônomos de mulheres haviam várias denominações em cada estado, mas a luta pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, marca está denominação como a identidade em comum a ser reivindicada por todas e afirmada para sua valorização e fortalecimento.

⁶⁶ O reconhecimento da Profissão da Mulher Trabalhadora Rural e a conquista de direitos previdenciários, sociais, trabalhistas. (ANMTR, 1997, p. 16). De maneira mais detalhada, pode-se citar as seguintes bandeiras de luta: aposentadoria para mulher trabalhadora rural, salário maternidade, documentação pessoal e profissional, direito a posse da terra, saúde para mulher, educação, direito a sindicalização e participação política.

razões pelas quais as camponesas descobrem que suas práticas de luta são e sempre foram lutas feministas.

3.4.O descobrir-se feminista das mulheres camponesas

A consciência como afirmamos anteriormente neste capítulo, deve ser percebida como um processo de formação contínua e permanente, e que em uma sociedade de classes e patriarcal, é um movimento complexo, de construção de conflitos no plano individual e coletivo, portanto:

O fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado [...] A consciência ela não “é”, “se torna”. Amadurece-se por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, trazendo, aparentemente, as formas que abandonou (IASI, 2011, pp. 12-13).

Avanços e retrocessos constantes são inerentes a dialética da luta de classes, de gênero e étnico/racial nas relações sociais estabelecidas no regime hegemônico das relações sociais. A medida que se toma consciência de determinada opressão e dominação e se avança para a sua superação, as mulheres vão percebendo que há outras opressões a serem superadas, em um processo de “[...] sucessivas tomadas de consciência de que a Ordem, que é essencialmente discriminatória, pode ser reconstruída de acordo a um novo sistema de valores e ideologias [...]” (KIRKWOOD, 1986, p. 35, tradução nossa). Assim a consciência da opressão de gênero e de classe das camponesas, avança, se torna, uma consciência de classe e feminista.

Essa transformação ocorre somente por meio da organização política no movimento de mulheres, propiciando a formação de uma consciência, que é indissociavelmente, individual-coletiva. Consciência que Cisne (2014) denomina *consciência militante feminista*, que a autora explica se tratar do processo que “[...] forja-se na força coletiva de mulheres em movimento, ou seja, inseridas em processos de formação política, organização e lutas, protagonizadas pelos movimentos e organizações feministas” (p. 256). A consciência militante feminista das mulheres camponesas somente é possibilitada na inserção e ação político –organizativa coletivamente no movimento autônomo, ou em outras palavras, é resultado da organização coletiva do movimento de mulheres camponesas.

A consciência militante feminista das camponesas, tem a compreensão de que a luta deve ser contra a estrutura de relações sociais de apropriação e exploração do sistema patriarcal, racista e capitalista. Com esta perspectiva, determina-se a formação da consciência para si, verdadeira consciência de classe, ou ainda, consciência revolucionária das camponesas. Para Iasi (2011), nesta forma de consciência, o sujeito revolucionário deve “Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas também se colocar diante da tarefa histórica de superação desta ordem” (p.32). Há uma superação da luta corporativa, econômica, de categoria profissional ou de identidade para a luta pela transformação das estruturas fundamentais de dominação e exploração. Isso não significa abandonar as lutas particulares, imediatas e concretas das categorias profissionais ou das lutas dos movimentos sociais particulares, mas articular a esta luta a perspectiva estratégica de transformação mais ampla, da totalidade das estruturas sociais.

O acúmulo das lutas e conquistas históricas obtidas através da organização coletiva, faz as camponesas entrarem no novo milênio, com um desafio posto de aprofundar e fortalecer sua organização política e sua autonomia. E esse passo se concretiza na constituição de um movimento autônomo das mulheres camponesas de caráter nacional. Esta ação se assenta na consciência que as camponesas acumularam em sua trajetória de que sua libertação dependerá delas próprias e que para isso sua autonomia é fundamental. Neste sentido:

A capacidade de construir e dirigir um movimento nacional das mulheres camponesas, segundo as dirigentes do Movimento, fortalece a luta de resistência no campo contra o modelo patriarcal capitalista pela capacidade que um movimento nacional tem de tornar visíveis as ações das mulheres, além de ampliar e fortalecer a história das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil e fortalecer a luta de classe, da classe trabalhadora (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, pp. 117-118).

E a constituição de um movimento nacional contribui para o fortalecimento da unidade na ação e na estratégia política das camponesas e de sua identidade, fator que já vimos fundamental para a formação da consciência militante feminista. O reconhecimento da identidade comum, se fez visível na escolha do nome do movimento autônomo nacional. Ao debater e estudar profundamente para a escolha do nome deste movimento, entre as propostas de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Movimento de Mulheres Camponesas, se definiu pelo segundo nome, porque as mulheres

compreenderam que havia uma necessidade latente da retomada da categoria do campesinato como “[...] uma nova demarcação conceitual/política no enfrentamento de classes frente a reestruturação do capital industrial no campo, o agronegócio que emerge.” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 122). Desta forma, ela demarca uma categoria de análise da luta de classes na particularidade do campo brasileiro e também uma identidade construída social e historicamente como trabalhadoras/es do campo. Com a denominação camponesa, se constrói uma identidade comum para avançar com lutas concretas que transformam sua realidade cotidiana e dos povos do campo, identificando o patriarcado e o capitalismo (agronegócio) como as causas da situação de injustiças e exploração a que são submetidas/os.

Ao afirmar sua identidade de classe camponesa, elas afirmam também, como tem feito historicamente, a necessidade de articular a luta de classes com a luta contra o patriarcado, o racismo e qualquer forma de discriminação e exploração, pois há “contradições e conflitos que extrapolam os limites das relações de classe para abranger a esfera referente as relações de poder nas relações de gênero e étnico-raciais.” (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 122). E as camponesas desde sua perspectiva feminista colocam-se o desafio de explicitar e enfrentar as contradições de gênero presentes no interior do campesinato, superando as relações hierárquicas de poder e de discriminação e violência contra as mulheres e as/os filhas/os que se reproduzem nas famílias camponesas, permeadas pela ideologia patriarcal. Ao definir sua:

[...] opção pelo termo “camponesa” substituindo “trabalhadora rural”. Verifica-se que, se antes o Movimento demarcava o espaço e a profissão, agora o termo camponês/a passava a marcar politicamente o Movimento, já que carrega uma história e demarca uma oposição ao capital: latifúndio/agronegócio explorador. (CONTE; MARTINS; DARON, 2009, p. 124).

A definição da identidade camponesa como identidade de classe no campo faz avançar a consciência de classe e a consciência feminista do MMC, explicitando o enfrentamento ao patriarcado no campo, intrinsecamente associado ao capitalismo e ao racismo. A categoria de campesinato permite as camponesas sua identificação com a classe, desde sua realidade do campo, e assim, identificar a classe antagônica que as domina e explora, o latifúndio, o agronegócio e as empresas transnacionais do setor. Mas como não basta apenas a identificação dos responsáveis pela exploração e dominação, é necessário enquanto classe e enquanto mulheres apresentar uma proposta de sociedade,

de projeto popular para o campo em substituição a este modelo depredador e desumanizador do capitalismo no campo, assim as camponesas apresentam o Projeto Popular de Agricultura Camponesa, que por um lado, parte da “luta contra o latifúndio, o agronegócio, os agrotóxicos e os transgênicos em defesa da alimentação e vida saudável” (CISNE, 2015, p. 118), com práticas e ações de resistência e enfrentamento as expressões do capitalismo no campo, e por outro lado, se baseia em “uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos” (MMC, 2004)⁶⁷, associando na ação cotidiana a luta anticapitalista e antipatriarcal. Promovendo a desconstrução de conceitos, ideias, ações e práticas machistas e patriarcais e construindo novos valores e relações sociais desde uma perspectiva feminista.

Para o MMC é a partir da “[...] trajetória de luta e organização das mulheres camponesas que foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora [...]” (MMC, 2004), processo atrelado a formação e estudo político. Há uma compreensão de que o movimento feminista foi importante na história para colocar a organização das mulheres como um movimento político por direitos, sejam eles, civis, sociais, políticos, sexuais e/ou reprodutivos, como nos demonstra Gebara (2002) “o feminismo é hoje um movimento, uma orientação, uma perspectiva dentro dos diferentes movimentos sociais [...]” e complementa a autora, que o feminismo é “um paradigma, um referencial histórico particular que se constitui como novidade histórica, como desafio. Porque nós mulheres nos tornamos novos sujeitos, ou novas sujeitas sociais emergentes [...]” (p, 12). Este sujeito político nascente, a mulher camponesa, começa a entender o feminismo como o movimento protagonizado pelas mulheres a partir da tomada de consciência da opressão exercida contra o sexo feminino e da possibilidade de enfrentar coletivamente esta situação e lutar por seus direitos e libertação.

As camponesas, tomam consciência de que a articulação que fazem entre a luta de gênero e classe, expressadas nas bandeiras de luta contra as discriminações de gênero, as opressões e as violências praticada contra as mulheres, sua luta contra os transgênicos, o latifúndio, por terra, alimentação saudável e agroecologia são ações e lutas feministas, desde uma perspectiva classista e camponesa. Por isso elas afirmam que “Consolidar o MMC, a partir da ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e

⁶⁷ Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47>. Acesso em: 16 de mai. de 2018.

trabalhadoras.” (MMC, 2004). Afirma-se, a partir daquele momento, o compromisso na construção da luta feminista e de classe, desde o campo.

A consciência se forma a partir da realidade concreta e material a que o indivíduo e o coletivo têm acesso, o pensamento se liga a ação concreta, é a realidade concreta que determina a consciência, não é a consciência que determina a realidade, dessa forma é na ação, na prática concreta que se dão as condições materiais para a formação da consciência militante feminista das mulheres camponesas. A materialização desta compreensão política das camponesas “[...] se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história.” (MMC, 2004), são estes três elementos interligados e interdependentes que levam a afirmação de um movimento feminista, popular e camponês, dada a característica da formação da consciência como:

[...] um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vai da dimensão individual, da ruptura com o “privado”, a dimensão coletiva, de organização em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo. (CISNE, 2014, p. 192).

A formação da consciência militante feminista das camponesas vai se transformando e avançando a medida que vai se fortalecendo e ampliando a organização social, o movimento autônomo de mulheres camponesas de caráter nacional, o estudo e formulação política e as lutas de enfrentamento cotidiano com as práticas e relações patriarcais na família, na comunidade, na política, em todos os âmbitos da sociedade e no enfrentamento ao neoliberalismo, a ALCA, FMI, as políticas neoliberais do Estado, o capitalismo no campo, as empresas transnacionais do agronegócio, privatizadoras e concentradoras da terra, da água e das sementes. O que se estuda se vê refletido na realidade concreta das camponesas, e a realidade vivenciada, através do debate e elaboração política coletiva do Movimento vai se constituindo em teoria e proposta política das camponesas para a sociedade. Neste movimento dialético da realidade, que “A consciência da exploração do modelo capitalista e a opressão patriarcal exigem do movimento entender e avançar na luta de classe e feminista. (MMC SC, 2008, p. 21). É nas práxis da luta, organização e formação das camponesas que elas se descobrem e se assumem feministas, afirmando o caráter de movimento popular, camponês e feminista do MMC.

Em síntese, pode-se afirmar, que a formação da consciência militante feminista das camponesas se dá nos seguintes elementos: 1) afirmação da autonomia individual e coletiva das camponesas, com a construção do movimento autônomo de caráter nacional e o sair de casa para a luta política; 2) definição da identidade de classe, identificar-se e assumir-se como camponesas; 3) construção de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa, enfrentando o agronegócio, o patriarcado e o racismo no campo; 4) o tripé de organização-formação-luta e; 5) ação prática, concreta e cotidiana na militância no movimento autônomo.

Nessa proposta política de construção de uma perspectiva feminista desde a particularidade do campo, as camponesas sentem que se faz necessário, explicitar e demarcar a perspectiva em que se apresenta a sua luta feminista, emerge, assim, o feminismo camponês popular, o qual a partir da historicidade do MMC e do processo de formação da consciência militante feminista das camponesas, descritos e analisados nos capítulos 1 e 2, nos propomos a sistematizar os elementos que compõe este feminismo construído desde as mulheres camponesas organizadas no MMC, em articulação com as mulheres indígenas, negras e camponesas da América Latina, organizadas na CLOC/Via Campesina.

4. FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: EXPRESSÃO DA LUTA E PENSAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES CAMPONESAS

Neste último capítulo da pesquisa, faremos um esforço de síntese analítica do feminismo camponês popular, a partir do histórico do MMC apresentado no capítulo I e do processo de formação da consciência militante feminista das camponesas, do capítulo II, ambos elaborados a partir da linha condutora do processo histórico. Neste capítulo, usaremos um método de análise inverso, buscando contribuir num esforço de conceituação e de síntese das características que constituem esta perspectiva feminista das mulheres camponesas. Do ponto de vista didático, dividiremos este capítulo em 03 grandes eixos de análise: um eixo dedicado a prática feminista das mulheres do campo, outro a identidade camponesa e, por último, o caráter popular das ações e pensamento político do MMC, tripé que consideramos central na compreensão e definição do objeto de pesquisa, conforme se observa na síntese de Calaça e Seibert (2018, p. 04):

As camponesas organizadas no MMC fundam o seu feminismo camponês e popular em três elementos. A luta de classes (pois entendem que a superação da sociedade capitalista é a única forma possível de construir real liberdade para todas as pessoas, em especial para as mulheres), a luta feminista pelos direitos e autonomia política das mulheres e a luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

Vale destacar, que estes eixos e os elementos que os compõem se entrelaçam, se complementam e são interdependentes entre si, formando uma unidade dialética de construção, o feminismo camponês popular, pois, na ação concreta e cotidiana estes eixos são inseparáveis, por isso veremos que todos estão presentes e se manifestam nos demais, é inevitável está inter-relação.

A construção do feminismo como movimento de luta pela libertação das mulheres, não nasceu pronto, se fez no processo e no cotidiano da luta e organização das próprias mulheres. Da mesma forma, o feminismo camponês popular, foi e segue sendo um processo permanente e coletivo de construção prática na vida das mulheres camponesas organizadas no MMC, e articulada a uma perspectiva mais ampla junto as mulheres da CLOC, portanto, já existe um longo caminho percorrido nesta direção e também existem acúmulos resultantes deste processo, o que pretendemos apresentar e formular a seguir.

4.1.A prática feminista das camponesas

Parte-se da perspectiva de que não se pode compreender o que é o feminismo camponês popular, sem apreender o processo histórico de sua construção, sem conhecer a história das mulheres camponesas, pois como nos explica Iasi (2011, p.12) “[...] sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é [...]”. Por esta razão, o primeiro capítulo desta dissertação se dedicou exclusivamente a contextualizar o lugar de origem da organização e luta das mulheres camponesas e os passos dados por elas na consolidação de um movimento de caráter nacional, com identidade camponesa e feminista.

Pois, a história das mulheres na humanidade, costuma ser, uma história negada, não contada, para invisibilizar os processos de luta e resistência que elas empreenderam como sujeitos contra a ordem patriarcal e capitalista. As mulheres não aceitaram passivamente a construção de relações desiguais e de dominação dos homens contra elas, sempre resistiram, lutaram e negaram todas as formas de discriminação e opressão. E o ocultamento desta história das mulheres e do papel delas em muitos processos de resistência, de transformação social são um instrumento do patriarcado e do capitalismo, para impedir a tomada de consciência da possibilidade de transformação da ordem, que não é natural, muito menos inalterável, ela está em processo permanente de movimento. E mudanças profundas podem e devem ser empreendidas frente a este sistema de dominação e exploração.

As mulheres ao longo da história humana, foram protagonistas de processos de transformação social, que precisam ser visibilizadas e ser reconhecidas, devem ser contadas pelos sujeitos de ação social. Assim, o feminismo camponês popular busca contar esta história construída pelas mulheres camponesas, pois entende-se que ele expressa “indícios do poder das mulheres que constroem não pequenas, mas grandes histórias, embora ainda muito escondidas, cujo desafio das que lutam é desocultá-las, rebuscar retalhos e fazer costuras conjuntas [...]” (CONTE, 2018, p. 266). Desvendar a grandeza da luta das mulheres do campo, de seu trabalho, de sua identidade de vida camponesa e colocá-las como sujeitos de direitos para a sociedade é parte constituinte do feminismo camponês popular. Compreendendo também que para chegar a esta definição política de uma “[...] identidade de Movimento social, popular, de classe, feminista e camponês, houve reflexões forçadas pela materialidade colocada, ou seja, a luta foi

encaminhando para essa conclusão.” (CONTE, MARTINS, DARON, 2009, p.123). Dessa forma, este feminismo tem suas bases assentadas na história de luta das mulheres do campo organizadas no MMC, é resultado de um longo processo de formação da consciência militante das mulheres, construído na ação política e de luta cotidiana delas. Ou nas palavras de uma camponesa participante do III Seminário “para nós o feminismo camponês popular é dar nome aquilo que a gente faz e aquilo que nós falamos cotidianamente na luta, organização e formação das mulheres.” (MMC b, 2017)⁶⁸. Portanto, não se inventa algo novo, mas se reafirma e aprofunda o caminhar e o acionar sócio histórico e político, desde a realidade de vida e trabalho das mulheres camponesas para a partir deste lugar contribuir a proposição de perspectivas de transformação global da sociedade.

É na resistência e luta histórica das mulheres do campo que se encontra a gênese, a origem do feminismo camponês popular, segundo o MMC (2018, p. 30⁶⁹), ele “[...] é a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos, portadoras de direitos e capazes de transformar a realidade”. Assim, ele nasce da necessidade de construção da luta feminista e de classes desde o olhar e voz das mulheres organizadas no MMC. Para elas, segundo pesquisa de Sirlei Gaspareto (2018, p. 190):

[...] o feminismo é um projeto de emancipação das mulheres. É um movimento, uma forma de reconhecer as lutas históricas das mulheres pelo seu direito, pela sua emancipação e ele é um processo fundamental para a gente se entender enquanto mulher, enquanto pessoa, e enquanto

⁶⁸ Estes elementos são referentes a extratos de falas de mulheres camponesas retirado do relatório do III Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular organizado pelo MMC, realizado em setembro de 2017. Que metodologicamente contou com a exposição das discussões sobre feminismo camponês e popular por panelistas das organizações presentes no seminário. Trabalho em grupos focais com a perguntas: O que é feminismo camponês popular? Como fortalecer e aprofundar o feminismo camponês popular na base? E no final deste seminário se apresentou uma síntese de elementos que se consideram consensos neste exercício de definição e conceituação do feminismo camponês popular com base nas discussões dos três seminários.

⁶⁹ Estes elementos são retirados da cartilha Feminismo Camponês Popular, elaborada pelo MMC em 2018. Ela é resultado da sistematização do processo de estudo e debate dos três seminários internacionais feminismo camponês popular organizado pelo MMC. O I Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, foi realizado em novembro de 2015, o II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular em março de 2017 e o III Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular em setembro de 2017. Eles contaram com a participação de mulheres representantes de movimentos mistos da Via Campesina Brasil e mulheres representantes de movimentos autônomos de mulheres camponesas e indígenas da CLOC e Via Campesina Internacional, da Coordenadora Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas - CONAMURI de Paraguai, Mujeres de Comunidades Interculturales Originários de Bolívia, da Asociacion Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas - ANAMURI do Chile e da União Nacional de Camponeses - UNAC de Moçambique.

sujeito com capacidade de transformar essa realidade que está aí e de construir uma sociedade diferente.

Como vemos, desde o MMC, o feminismo é uma estratégia de ação política para buscar a emancipação e liberação das mulheres, mas também de transformação ampla e estrutural da sociedade, libertando os povos, particularmente do campo, frente as desigualdades sociais, económicas e políticas da estrutura social de dominação e exploração do sistema capitalista, patriarcal e racista. Pode-se evidenciar esta análise, nas elaborações coletivas do movimento, em que se afirma que:

A luta popular, feminista e camponesa, articulada com o conjunto das lutas sociais, continua resistindo e lutando pela construção de um projeto de agricultura camponesa centrado na produção de alimentos saudáveis, na agroecologia, na liberação das mulheres e da classe trabalhadora (MMC, 2007).

A perspectiva feminista das mulheres camponesas se expressa e se concretiza nas lutas e ações cotidianas, e o cotidiano para as mulheres e povos do campo são a terra, as sementes, a produção de alimentos saudáveis, a água, sua cultura, sua espiritualidade, suas crenças e seus conhecimentos ancestrais. Como nos explicam Calaça, Cinelli e Conte (2018, p.12):

[...] as mulheres se organizam a partir do seu cotidiano, e o ressignificam quando passam a ser referências na construção da agroecologia, ao sair de casa para falar sobre seu trabalho, ao receber visitas através de intercâmbios, e ao tornar-se responsáveis pela gestão do dinheiro gerado pelo seu trabalho, o que lhes propicia autonomia econômica.

São estes elementos da vida cotidiana reconstruídos desde o olhar feminista para o meio rural, lugar de vida e de trabalho das camponesas, que se conforma o feminismo camponês popular. Buscando transformar as relações sociais cotidianas de produção, relações sem exploração do trabalho alheio, sem destruição da natureza e na construção de relações de igualdade entre os géneros e entre os membros da família, da comunidade, do movimento, do sindicato, do partido e da igreja, enfim, em todas as dimensões das relações sociais.

Valorizar o fazer cotidiano das mulheres camponesas, seu trabalho e produção, por vezes, pode parecer que se está reforçando o lugar da mulher no espaço privado, na casa e nos cuidados, mas para o MMC o que se pretende é que “o fato de as pessoas fazerem parte de um movimento popular de luta as vincula e as identifica, assim como

politiza os fazeres cotidianos.” (CONTE, 2018, p. 119). O que se pretende é politizar coletivamente em movimento o fazer social das camponesas, seu trabalho e todo conhecimento envolvido nele, fazendo com que elas se reconheçam e se valorizem enquanto trabalhadoras, geradoras de riquezas e de conhecimentos fundamentais para a sobrevivência e resistência do campesinato e para a própria manutenção da vida humana.

Uma das contribuições da luta feminista é romper com as barreiras e divisões socialmente construídas entre os espaços público e privado, que objetivam manter as mulheres em um lugar tido como natural delas, a casa e o trabalho doméstico. Politizar as relações do âmbito privado e coloca-las para a discussão pública como problema social, há sido tarefa histórica e permanente do feminismo. Característica que Kirkwood (1986, p. 36, tradução nossa) denomina de “[...] um conteúdo verdadeiramente revolucionário para a proposta feminina, na busca da substituição da velha ordem tradicional no que é sua base de sustentação: a organização da vida cotidiana, que é uma questão concreta, absoluta e não abstrata [...]”. E para o feminismo camponês popular discutir tanto a produção quanto a reprodução social do campesinato desde o cotidiano da vida das mulheres e da família camponesa é fundamental para transformar as relações sociais e as bases do patriarcado no campo. Pois qualquer processo de luta que não se materializa no cotidiano dos sujeitos envolvidos nele, é uma farsa, e convém ao conservadorismo (SAFFIOTI, 1987). Em outras palavras, processos que podem até ter excelentes leituras da realidade global, mas ficam restritos a esta dimensão e não conseguem relacioná-la ao que ocorre na vida cotidiana, atuando em processos de transformação concretos, tendem a ser frágeis, dissociados da realidade e convém a manter a ordem dominante, capitalista, patriarcal e racista.

A luta feminista nasce como uma luta travada por transformações nas relações cotidianas entre os sexos, que supere as desigualdades e promova a libertação das mulheres e da classe trabalhadora. Dessa forma, há uma ação política simultânea, que nos explicam Conte, Martins e Daron (2009, pp. 120 - 121):

É preciso entender que as formas de enfrentamento e luta, a partir da ótica do MMC, são diversas e se materializam em mobilizações e enfrentamentos massivos, mas também em ações de resistência e enfrentamento cotidianos. Neste último caso, trata-se de uma árdua luta dentro do espaço produtivo e reprodutivo com as pessoas com as quais se convive. Trava-se uma luta permanente por visibilidade,

consideração pessoal e do trabalho realizado, e por espaços de poder, de decisão, de autonomia.

A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e mulheres, que Gaspareto (2018) denomina uma “práxis do confronto”. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. E é desde os territórios e de suas práticas de resistência e de enfrentamento cotidiano que elas realizam transformações concretas, que só podem ocorrer por meio da organização e ação de luta coletiva. Tem-se a certeza, de que “o que pode questionar as relações sociais de sexo são as práticas sociais coletivas.” (GASPARETO, 2018, p. 182), e por isso, o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto as mulheres da CLOC/LVC. Para a mesma autora, o movimento autônomo de mulheres representa a construção onde “o coletivo alimenta e qualifica o individual e o individual fortalece os laços da coletividade. Cria-se uma responsabilidade que é de cada uma individualmente e de todas ao mesmo tempo.” (p. 212). A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular.

Conclui-se, que para as camponesas “[...] o feminismo não é algo individual e que pode ser desenvolvido isoladamente. Há uma força no coletivo das mulheres em luta que as impulsiona e que as fez e faz aprender a todo momento.” (CALAÇA; CINELLI; CONTE, 2018, p. 12). É nos espaços auto organizados, reunidas apenas entre mulheres, nos espaços de formação e estudo, nos encontros, nas reuniões, nas oficinas de chás, de sementes, no debate político e na luta direta e indireta, que se constroem espaços de aprendizado e de exercício do poder das mulheres, parte fundamental de sua libertação individual e também coletiva.

A prática feminista que as camponesas construíram histórica e socialmente, está fundamentada na luta por direitos coletivos: como o reconhecimento de seu trabalho, a

profissão de trabalhadora rural, seus direitos previdenciários, saúde e educação pública e universal para todas e todos, o direito à terra, as sementes, a água, a produção de alimentos saudáveis, considerados por elas como bens coletivos e comuns. Conte (2018) ao analisar o feminismo camponês dos movimentos do campo do Brasil e o feminismo indígenas dos grupos auto organizados de mulheres dos movimentos indígenas e camponeses do México, percebe que tanto as mulheres indígenas como as camponesas:

Descobriram-se sabedoras de muitos conhecimentos nas partilhas coletivas com as demais companheiras, por isso a afirmação desses feminismos é sempre no coletivo. A dimensão do feminismo individual é praticamente inexistente, por acreditarem que se constroem no fazer de suas organizações e coletivos e assim vão aprendendo (p. 68).

Sem dúvida, o feminismo camponês popular é necessariamente coletivo e orgânico dos processos travados pelas mulheres camponesas do Brasil e também da CLOC/LVC a nível continental. Estão em sua “espinha dorsal” a luta pelos direitos coletivos e pelos bens naturais como bens comuns e coletivos das mulheres e povos do campo. E é desde a coletividade que se avança em outro elemento fundamental para o processo de libertação das camponesas, a autonomia, que segundo Rodrigues (2018):

A autonomia se conquista de forma coletiva, ou seja, as mulheres camponesas organizadas coletivamente estudam, compreendem a complexidade de teias de relações construídas histórica e culturalmente e lutam pela sua autonomia, tanto econômica, como autonomia sobre suas próprias vidas. De forma coletiva lutam pela transformação da sociedade (p.38).

A construção da autonomia passa pela valorização do trabalho, da identidade e do ser mulher camponesa, pelo resgate e exercício do poder, de construir a capacidade de comandar, de dirigir um movimento, um coletivo, de expressar suas ideias e de falar em público. A autonomia é “quando a mulher tem consciência de sua importância enquanto “sujeito” para a transformação da sociedade. Quando a mulher tem a liberdade de decidir sobre sua vida, sobre seu corpo e sobre suas formas de luta.” (MMC b, 2017). A autonomia é a construção da capacidade das camponesas de tomar decisão sobre os rumos políticos de sua organização, de decidir junto a família sobre a unidade produtiva, decidir sair de casa para ir a uma reunião, encontro, luta ou para estudar. Este é um processo lento, conflituoso e de permanente exercício e vigilância para não retroceder, como afirma uma participante do II seminário, para ela “precisamos tirar a mulher da casa, tirar a casa

da mulher” (MMC a, 2017⁷⁰). Nesta expressão, fica evidente um processo de libertação que deve ocorrer internamente, individualmente em cada mulher, no sentido, de desconstruir para si mesma tudo que lhe foi ensinado e reafirmado desde seu nascimento sobre seu lugar como mulher, restrita ao espaço privado da casa. Muitas mulheres estão na reunião, na atividade do movimento, mas suas mentes e corações estão nos filhos/as que deixaram em casa, nas tarefas domésticas que estarão esperando por elas quando regressarem da reunião, dos conflitos e cobranças que receberam do marido, da família e da sociedade por não estar na casa quando um filho/a ou marido adoece, e muitas retrocedem na participação política pelas cobranças e conflitos frequentes que tem de enfrentar. Mas muitas seguem, persistem, e conseguem transformar as relações na família e dentro de si mesmas, como nos conta outra participante do mesmo seminário “[...] o que eu não sei eu busco entender [...] eu nasci depois de velha com o MMC” (MMC a, 2017). Percebe-se, a partir destas simples, mas profunda palavras, o quanto este processo de construção da autonomia, de valorização e de reconhecimento de si mesma como sujeito é fundamental na perspectiva feminista das camponesas.

A autonomia representa também o desenvolvimento da “[...] autovalorização de seu corpo de forma livre e autônoma do padrão de beleza socialmente imposto à autoconfiança.” (CISNE, 2014, p. 178). Para as camponesas falar em seu corpo, sua sexualidade, seus direitos reprodutivos são temas considerados “tabus”, temas não falados, devido à grande influência das ideias religiosas, que tratam estes temas como pecado, não são temas que as mães falam com suas filhas, muito menos são tratados no conjunto da família camponesa. A sexualidade é tratada apenas como fim reprodutivo, e não como prazer, como decisão ou escolha própria sobre quando e como ter relações sexuais, sobre ter ou não filhos e sobre o autocuidado e saúde do corpo feminino. Mas com o desenvolvimento da autoconfiança e autonomia de se impor e decidir sobre sua sexualidade e vida, elas aprendem algo que parece muito simples e sem importância para muitos, que é “[...] dizer não, algo muito difícil para as mulheres que historicamente são ensinadas a sempre dizer sim, ainda que seja em detrimento dos seus desejos, de suas vontades.” (CISNE, 2014, p. 178), as mulheres são ensinadas apenas a servir os demais,

⁷⁰ Extratos do II Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular organizado pelo MMC, realizado em março de 2017. Que após provocações do debate por panelistas, se dividiram em grupos focais para leitura de textos e responder perguntas: Qual a compreensão de feminismo para as mulheres camponesas? E necessário um feminismo camponês popular? Porque? Quais os elementos que nos diferem e quais nos aproximam dos demais feminismos? O que significa o popular neste feminismo? O que o feminismo contribui para a luta e organização das mulheres camponesas?

a sua vida está em função das vontades e decisões alheias a elas próprias, inclusive no que se refere a decidir sobre sua sexualidade e reprodução. O exercício de decidir, de escolher é algo que as camponesas devem resgatar e aprender para conquistar autonomia sobre suas vidas, mas também autonomia social e política.

Como o trabalho no campo é um trabalho pesado, penoso, em condições que maltratam o corpo e a aparência física, as camponesas são discriminadas pela sociedade que tem o estereótipo da mulher e do homem do campo como “maltrapilho/a”, “sujo/a”, “mal cuidado/a”, “mal vestido/a”, e desconstruir esta visão e valorizar o corpo e a sexualidade da mulher camponesa, são parte do feminismo camponês popular, tratados pelo viés da saúde da mulher, cuidado e saúde reprodutiva e sexual e auto reconhecimento do corpo para gerar auto estima, autovalorização e assim, construir autonomia de decidir sobre sua sexualidade e reprodução.

Na dimensão coletiva do movimento, a autonomia é um elemento fundamental da perspectiva feminista do MMC, se reflete na autonomia para dirigir e tomar as decisões políticas sobre o próprio movimento, definir sua pauta e formas de luta e de organização. A construção da autonomia coletiva enquanto movimento sob uma perspectiva de prática feminista, “[...] as leva a entender como funciona a sociedade capitalista e a não se sentirem mais vítimas dela, mas, sim, sujeitos de direito que criam atalhos para a conquista de outros caminhos.” (GASPARETO, 2018, p. 215). Nota-se como há uma transformação da percepção das mulheres sobre si mesmas, e elas se colocam na posição de protagonistas de sua própria libertação e em pé de igualdade na participação nas demais lutas coletivas as quais estão articuladas.

Dessa forma, as camponesas decidem sair de casa, do isolamento, do silêncio para ir as ruas lutar por seus direitos, direito ao reconhecimento como trabalhadora, direitos sociais da previdência e da saúde, direito a terra, a políticas públicas para as mulheres e para os camponeses, direito a preços justos para seus produtos, a vida digna no campo e a participação política. Estes elementos fundam a luta feminista do MMC, e a luta pelo direito a participação política é um elemento que se faz na própria:

[...] militância política e na auto-organização das mulheres, é a condição para avançar na participação política das mulheres camponesas no sindicato, nos movimentos populares e nos partidos. Transformando as formas de fazer política com a participação das mulheres. (MMC, 2018, p. 34).

Em suas lutas, as camponesas conquistaram seu espaço político como movimento auto organizado, em suas articulações com os movimentos do campo, com os movimentos feministas e do campo popular. Sendo reconhecidas como sujeitos políticos, que constroem pensamentos e ações concretas para avançar em suas proposições, colocando as camponesas como sujeitos da construção do feminismo, que em certo momento, nem elas se reconheciam, nem tampouco, as feministas e demais articulações reconheciam as lutas do MMC como expressões da luta feminista.

Ao participar politicamente as mulheres desconstroem o lugar determinado ao sexo feminino na sociedade pela ideologia patriarcal, demonstrando que elas podem e devem ocupar todos os espaços de tomada de decisão na política, na sociedade, na família e na comunidade, pois “[...] uma mulher politizada, demonstra que as pessoas são seres políticos e precisam exercer a política no cotidiano.” (CONTE, 2018, p. 242). Para as mulheres ocupar o espaço político é um processo permanente de desafios e de aprendizados, que se adquirem no exercício prático da participação política, assumindo responsabilidades, liderando processos que vão sendo vencidos um a um no exercício de se fazer um ser político ativo. Para os homens a participação política, a fala em público, são tidos como naturais do seu ser, são preparados socialmente para exercer esta função e papel, já as mulheres devem antes que nada, romper as barreiras que fazem dos espaços políticos pouco abertos a participação feminina, como um lugar estranho e indiferente a elas.

E elas também compreendem que para e no próprio exercício da participação política “[...] é preciso aprender o poder e sentir que o tem, ao mesmo tempo que é também necessário perceber que todas as mulheres têm poder, mas que a maioria delas não sabe como lidar com estas questões, aceitando a submissão.” (CONTE, 2018, p. 248). Deste processo de construção do seu próprio espaço de participação política como mulheres camponesas, elas forjam mudanças nas estruturas organizativas e de funcionamento nos espaços de articulação com outras organizações mistas, como na Via Campesina no Brasil e também na CLOC na América Latina, junto as demais mulheres, garantindo seu espaço em igualdade de participação com os homens nas instâncias de tomada de decisão e colocando no calendário de lutas da Via Campesina as jornadas do 08 de março e do 25 de novembro, reconhecidos como momentos importantes das lutas coletivas dos movimentos do campo, protagonizados pelas mulheres. Desta forma, se

constroem espaços de participação política mais democráticos, horizontais e inclusivos com a participação política das mulheres. (RODRIGUEZ, 2017)⁷¹. Contribuindo para a transformação de formas tradicionais de fazer política, desde um conceito não sexista que incorpora elementos do cotidiano no debate político, eliminando a separação entre público e privado, colocando a necessidade de redefinição tanto da produção, quanto da reprodução humana para avançar em propostas e pensamentos políticos que incorporem as necessidades de todos os sujeitos sociais.

Ao eliminar as barreiras entre público e privado, as camponesas desvelam o ocultamento sobre um grave problema da estrutura social patriarcal, a violência doméstica e familiar em suas diferentes expressões no campo, tirando do silêncio e do espaço privado das relações familiares este problema e colocando para a sociedade a discussão e necessidade de enfrentamento conjunto desta mazela que afeta todas as mulheres. Como elas próprias afirmam que é preciso reconhecer “que as múltiplas formas de violência estão no cotidiano de vida das mulheres e é necessário desvelar, romper o silêncio.” (MMC, 2015)⁷². Este é um tema que está sempre presente em toda a história do MMC e em todos os espaços e atividades, demonstrando o quanto ela ainda é parte da vida das mulheres em qualquer lugar deste país. O fenômeno da violência foi sistematicamente silenciado, naturalizado e invisibilizado pela sociedade capitalista e patriarcal, como nos conta uma participante do I Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular:

Esse é um tema que acaba mexendo com todas nós, porque de uma forma ou de outra todas nós sofremos violência. Lembro desde criança o pai bater na mãe, imagina isso numa educação e formação religiosa. Onde ela já sofre por ser pecadora por ter casado grávida de mim, a sociedade realmente culpa e criminaliza as mulheres. A violência física, moral sempre ficou muito escondida, porque desde as avós foram ensinadas que é normal e isso vai sendo naturalizado. (MMC, 2015).

⁷¹ Documento de preparação para a V Assembleia Mundial de Mulheres da Via Campesina, realizada em julho de 2017, em Dério, País Vasco. Considera-se importante está reflexão desde os avanços de participação política das mulheres na Via Campesina Internacional, expressadas neste documento de análise, do qual o MMC é parte desta construção, e também, porque esta reflexão no nível internacional se materializa também nos demais níveis de articulação da Via Campesina, como a nível de continente na CLOC e não seria diferente a nível nacional.

⁷² Estrato de relatos e debates do I Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, realizado em novembro de 2015. Que esteve dividido em três eixos de trabalho: A violência contra as mulheres do meio rural desde a perspectiva política e de ação do MMC, o projeto de agricultura camponesa agroecológico e feminista e as práticas feministas do MMC, em cada eixo foram apresentados estudos realizados pelas militantes do MMC e realizados debates coletivamente.

Criar processos nos quais as próprias mulheres percebam que são vítimas de violência e de que ela não é natural e nem isolada, é um problema social, que para libertar-se dela, é preciso libertar-se das culpas que a sociedade patriarcal por meio de suas diferentes instituições e ferramentas ideológicas de reprodução das ideias de inferioridade, submissão e aceitação da violência, como a igreja, a família, o Estado são construções lentas, dolorosas, mas ao mesmo tempo transformadoras, libertadoras, fazem nascer uma nova mulher, como o relato de outra participante do I seminário, ao contar a história de superação de violência de uma mulher que conheceu o MMC, e a partir de um processo de acompanhamento e de conhecer a possibilidade de outra vida para si e seus filhos/as, após anos de violência:

Ela denunciou. Conseguiu medida protetiva. Começou a vender salgados para manter a família. Conseguiu trabalho, tem outra família. Tem autoestima, tem seu meio de locomoção, trabalha a diversificação de alimentos. Em um determinado dia a mesma andando de moto resolve tirar o capacete para sentir o vento no rosto como se sentisse a liberdade. (MMC, 2015).

O exemplo de uma mulher que consegue se libertar da violência doméstica e familiar, faz com que outras percebam que se uma conseguiu ela também pode, que é possível outra vida sem violência. E enquanto sujeito coletivo, enquanto movimento, é preciso cobrar e estar vigilante junto ao Estado e suas instituições para construir ferramentas concretas e efetivas de enfrentamento a violência contra as mulheres. Dessa forma, quando se “rompe com a situação de violência, separando-se ou tomando medidas com auxílio de companheiras, o que significa um avanço no espaço de poder na relação, com vista a não permitir que a violência se repita.” (CONTE, 2018, p. 263), rompe-se um ciclo de violência. Esta prática é produto da ideologia patriarcal e uma ferramenta para a dominação e para o controle e subordinação das mulheres, e é sustentáculo fundamental da sociedade capitalista. Portanto, “para o Feminismo Camponês Popular a luta pelo fim de toda forma de violência contra a mulher é luta histórica e cotidiana e eixo central de sua ação.” (MMC, 2018, p. 35), e deve ser compreendida e responsabilidade de todos e todas, homens e mulheres devem trabalhar para colocar fim a todas as expressões de violência praticadas contra as mulheres.

Desta prática social realizada pelas camponesas ao longo do tempo vinculada a formação política, os debates e as lutas sociais, emerge a produção de um pensamento político próprio das camponesas. E este pensamento político atrelado a ação política é a

expressão da luta feminista que elas constroem, daí nasce o feminismo camponês popular, e não das teorias ou de uma formulação exterior e distante da vida orgânica do MMC. A construção de um pensamento e ação política das camponesas é fruto do conhecimento que elas detêm, um conhecimento que é reconhecido como tal e reformulado em coletivo organizado em movimento de luta, gerando novos conhecimentos. Gaspareto (2018) em seu estudo sobre a produção de conhecimento e saber desde a prática das mulheres camponesas, conclui que:

As mulheres por meio dos processos de lutas, práticas, experiências, vão elaborando saberes e construindo suas novas análises de intervenção na realidade, pouco a pouco estabelecendo leituras, fazendo confrontos as problemáticas vividas no campo, buscando avançar na luta por uma agricultura camponesa feminista. [...] A práxis na perspectiva das mulheres camponesas, constitui-se de várias formas e é re-significada por elas na própria experiência camponesa. (p. 204).

Desde suas linguagens, sua forma de se expressar, suas ações práticas e cotidianas, a produção de alimentos no campo, seu trabalho e seu lugar de vida, milenarmente produziram conhecimento para a sobrevivência e desenvolvimento da humanidade, um conhecimento validado nas ações concretas, um conhecimento integral, que articula várias áreas do conhecimento e que majoritariamente, não é um conhecimento sistematizado em livros, publicações, mas um conhecimento que atravessa os séculos e as gerações e que foi base do desenvolvimento científico que conhecemos hoje. Aqui partimos da reflexão que todo conhecimento tem sua base na ação concreta do ser social, o que entendemos como práxis, todo conhecimento tem sua base na práxis humana, como nos explica Gonh (2010, p. 43) que “um fazer - por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou da fundamento a ação. Trata - se de uma práxis⁷³”. Assim, vemos como as camponesas desde seu pensamento político pela libertação das mulheres camponesas e de toda a sociedade motivam sua ação social, e desde sua ação organizada, coletiva e concreta elas vão percebendo a complexidade da luta que devem travar para conquistar seu objetivo e vão

⁷³ Que segundo a mesma autora, esta categoria é entendida como uma síntese entre subjetividade e objetividade. É esta atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social. A sociedade é sempre resultado da práxis humana.

reformulando e aprofundando seu pensamento político e sua produção de saber e conhecimento.

Desta reflexão compartilhamos com a análise de Pinheiro (2017), sobre a práxis das mulheres camponesas, segundo ela “[...] é a unidade entre teoria e prática que a elaboração do feminismo camponês popular representa para o MMC, formando uma relação dialética no qual teoria e prática ocupam a mesma importância para esse feminismo.” (p. 113). Há neste sentido, uma dimensão da construção do saber e do conhecimento das camponesas, que possivelmente não vá em uma linha de disputa teórica, mas vai na disputa de pensamento e ação política do feminismo, em que elas colocam em questionamento algumas determinações e definições de correntes feministas das quais elas divergem, pois, elas partem de uma perspectiva feminista alinhada à luta de classe. Portanto, este pensamento e elaboração política não pretende ser uma proposta apenas para as mulheres do campo, mas uma contribuição para a construção de uma proposta política mais ampla para o campesinato e a classe trabalhadora, no sentido da transformação da sociedade, reflexão que Kirkwood (1987, p. 108) ajuda a compreender:

O feminismo é tanto o desenvolvimento de sua teoria, como de sua prática y ambos devem inter-relacionar-se. É impossível conceber um conjunto de conhecimento que seja estritamente não – prático (Sartre). O feminismo é, então, um conjunto de conhecimentos (ou tentativas) de e para as mulheres e comprometido com elas; junto com ser um conjunto de conhecimentos, é ação transformadora do mundo. Há assim uma relação dialética: colocar-se no mundo como mulheres conscientes de sua condição, é uma ação transformadora do mundo e isso é a práxis feminista (entrar transformando). A partir desta prática vai se construindo a teoria; em outras palavras, hoje já não somos mulheres isoladas, atomizadas, porque nos colocamos em movimento.

A organização das mulheres em movimento com uma prática de luta feminista legitima seu pensamento político e a construção de um conhecimento feminista, e seu pensamento político impulsiona a ação prática de enfrentamento ao patriarcado e de libertação das mulheres. A teoria feminista está necessariamente comprometida com a transformação da sociedade, com a transformação das estruturas e relações de poder patriarcal e capitalista. E ao fazê-lo enfrenta o poder patriarcal também presente na produção do conhecimento e de teorias sociais, de forma que:

[...] está economia do saber esta regida por certos princípios seletivos, que eliminam do conjunto do saber reconhecido a todos aqueles conhecimentos que, seja pela forma em que se produzem (experiência)

ou por seu conteúdo (mulher, sexo, amor, etc.), são perturbadores da harmonia do saber. Vale dizer, são tipos e formas de conhecimento que perturbam o status quo do conhecimento admitido-reconhecido. Para esta postura, tudo que perturba a harmonia do saber (social, científico, político) é produzido por "ignorantes" (outros/as). O paradigma científico "reconhecido" (patriarcal) não admite conhecimentos que possam pôr em questionamento a ordem possível (idealizada e explicada por ele) e menos, ainda admite aqueles conhecimentos (forma e conteúdo) que se atrevem a postular ordenamentos teóricos alternativos. Sabemos que, neste plano, qualquer conhecimento diferente é desautorizado e perseguido sobre a qualificação de herético, desviado, sem importância, "bobagem", "coisas de mulheres", etc. (KIRKWOOD, 1987, pp. 44-45).

A partir de uma práxis forjada nos processos políticos organizativos, de formação política e de lutas concretas, de resistência e enfrentamento, que buscam transformar a vida social, econômica e política das mulheres, do campesinato e da classe trabalhadora, resulta a formulação de um pensamento e prática feminista das mulheres camponesas, o feminismo camponês popular. Que desconstrói formas tradicionais de compreender a construção de teoria política e de conhecimento, enfrentando ao patriarcado e colocando as mulheres no centro da produção de teoria política e da transformação da sociedade. Para isso, trazemos presente as ideias do pensador italiano Antônio Gramsci⁷⁴, que ressalta que a construção de um projeto revolucionário deve ser produzida por um Novo intelectual que surge das massas subalternas e estará em permanente contato com elas, o intelectual orgânico e coletivo (SIMIONATTO, 1997). Dessa forma, o movimento camponês tem buscado construir sua teoria feminista, que surge de uma prática social e histórica, exercida em coletivo pelas mulheres camponesas, que se transformam em intelectual da construção de um pensamento político que contribuirá para sua própria libertação, pensamento político que se sintetiza na proposta de um feminismo camponês popular.

4.2.Com uma identidade camponesa

Ao analisar a origem da opressão e exploração das mulheres encontra-se suas bases concretas na divisão sexual do trabalho, mas principalmente, a constituição de uma hierarquia entre estes diferentes trabalhos, que determina a inferiorização do trabalho realizado pelas mulheres em relação ao trabalho realizado pelos homens. E com a

⁷⁴ Na presente abordagem, Gramsci será tomado como pensador marxista cuja obra é perpassada por uma visão crítica e histórica dos processos sociais. Isto porque Gramsci não toma o marxismo como doutrina abstrata, mas como método de análise concreta do real em suas diferentes determinações.

consolidação do modo de produção capitalista, segundo as palavras de Toledo (2014, p. 14), a mulher foi submetida “[...] a outro tipo de escravidão, a superexploração capitalista, que agravou ainda mais a opressão que ela já sofria anteriormente.”. Se estabelece outra forma de exploração do trabalho, que distância e torna o trabalho produtivo realizado na fábrica, ou que gera recurso financeiro direto, alheio, diferente e superior ao trabalho realizado na casa. Colocando preferencialmente os homens no trabalho produtivo, e as mulheres no trabalho improdutivo, e quando estas chegam a ocupações no âmbito extra lar é em condição desigual em relação aos homens.

Para as mulheres do campo não é diferente sua opressão está baseada na exploração do seu trabalho, com algumas particularidades de acordo a forma de organização do trabalho no campo, que é realizado em regime de economia familiar, exercido por todos os membros da família, porém, existe uma clara divisão sexual do trabalho, em que os trabalhos de cuidado, domésticos e inclusive os relacionados a produção de alimentos para o consumo familiar são de “reponsabilidade” das mulheres, e aos homens, cabem os trabalhos no campo relacionados a produção de produtos que gerarão renda financeira direta. Contudo, isso não exime as mulheres de também trabalhar na produção no campo em igualdade, de tempo e de esforço físico despendido, aos demais membros da família.

Há um termo no campo usado para referir-se aos trabalhos realizados pelas mulheres camponesas que expressa claramente a invisibilidade e negação destes, o termo “ajuda”, as mulheres “ajudam” seus maridos ou famílias no trabalho no campo e ao redor da casa. O estudo de Calaça, (2012) elucida como isso acontece na vida das camponesas, segundo a autora:

Quando discutimos o trabalho doméstico e o no roçado, ambos realizados pelas mulheres nos pareceram que existem dois significados para a palavra ajuda e esses vão variar a partir de a quem se referem. Algumas vezes significava a pouca valorização do trabalho, quando as camponesas diziam que ajudavam o marido nas tarefas da agricultura, mesmo quando permanece no roçado uma boa parte do seu dia, fazendo as mesmas atividades que seus maridos e filhos. O segundo significado é a não responsabilidade pela tarefa que executa, mas esse parece se referir apenas ao homem quando realiza um trabalho considerado socialmente de mulher (p. 160).

A mesma autora segue sua análise, concluindo que:

[...] o entendimento que nos pareceu existir, é que quando os homens ajudam não é de sua responsabilidade, é um favor, já que, o trabalho doméstico na lógica construída da divisão sexual do trabalho, é tarefa de mulher. Mas, a mesma análise não acontece com a atividade no roçado, que mesmo sendo considerado trabalho de homem, é também uma “obrigação” da mulher, que quando se atrasa, ou quando não pode ir, é cobrada e recebe reclamações. (CALAÇA, 2012, p.161).

Isso gera uma sobrecarga de trabalho para as mulheres devido a esta dupla ou tripla jornada de trabalho, pois devido a especificidade da vida no campo, as mulheres realizam o trabalho doméstico e de cuidado na casa, o trabalho produtivo com a família camponesa no campo e o trabalho de produção de alimentos, visto que é preciso plantar, cuidar, colher e transformar o alimento produzido, diferentemente do meio urbano, em que apenas deve-se compra-lo no supermercado, majoritariamente, super-processados, o que diminui enormemente o tempo e o gasto de energia com a elaboração dos alimentos (LORENZONI, 2007). Apesar disso, há uma convenção social sobre as camponesas como não trabalhadoras, e muitas vezes, elas mesmas não se vem como tal. Mas, sabe-se que a divisão sexual do trabalho no seio da família camponesa e a negação do trabalho realizado pelas mulheres, oculta uma sobrecarga de atividades que são designados a elas e apropriado por outros, pois:

Nas coisas, ditas, de mulher, cabem tantas coisas ...tantas tarefas e responsabilidades que são pouco detalhadas, por serem muitas e serem consideradas pequenas e, assim, sem importância. Fazer ou executar estas tantas coisas, faz ela ser não trabalhadora, mas trabalhadeira, pelo fato de as coisas, ou o não trabalho de mulher não gerar algo monetário. Sob este ponto de vista, esses trabalhos são avaliados sobre o quanto valem, financeiramente, e não o como foram feitos. (CONTE, 2018, p. 157).

Essa condição de ser consideradas como não trabalhadoras, é parte nefrágica da opressão que sofrem as camponesas, pois se não trabalham não tem direito a participar da decisão sobre a unidade de produção. O trabalho doméstico e de produção para o sustento alimentar da família é obrigação natural das mulheres e não gera recurso monetário direto, já no trabalho que sim gera renda financeira, elas apenas “ajudam”, então tampouco, participam da decisão da gestão deste recurso. Se não são trabalhadoras, são consideradas “não sujeitos”, sem poder de palavra, sem poder de decisão na família e, conseqüentemente, para além dela. Por esta razão, ”o não reconhecimento do trabalho produtivo da mulher contribui para a precarização de sua condição de sujeito de direitos reconhecidos e garantidos, e dentre eles, os direitos sociais de que são expressão a Saúde,

a Assistência e a Previdência Social.” (CORDEIRO, 2018, p. 188). Isso restringe a própria participação política, como a sindicalização, a participação em reuniões de assistência técnica, com instituições bancárias para acesso a crédito ou a políticas públicas. As instituições públicas tampouco se preocupam com a ausência delas nestes espaços, por igualmente não reconhecer o trabalho das mulheres⁷⁵. A invisibilidade e a falta de reconhecimento social sobre o trabalho das mulheres camponesas se torna um mecanismo para a exclusão delas ao acesso à terra⁷⁶.

Para o MMC desde o início de sua organização, o trabalho é tema central de sua ação política, por entender que ele determina o ser social da mulher camponesa, que tem sua vida, muitas vezes, restrita apenas ao trabalho, sem tempo e direito para o lazer, descanso, cuidado de sua saúde e corpo, passeios, viagens, a vida social comunitária e até ao estudo (CALAÇA, ALMEIDA, et al, 2018, p. 64). Não há dúvida que a vida das camponesas é feita de muito trabalho, desde muito jovem trabalham no espaço doméstico e ao redor da casa e no campo junto a toda família. Desta compreensão, uma das primeiras lutas empreendidas pelas camponesas do MMC foi pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. Demonstrando que tudo que elas realizam na unidade de produção é trabalho, que tem valor e deve ser visibilizado para a sociedade, e a partir desta luta por reconhecer-se e ser reconhecida como trabalhadora, surgem novas demandas, por direitos e por transformações nas relações no interior da família camponesa, para que elas sejam parte do processo de tomada de decisão na unidade de produção camponesa.

A centralidade do trabalho apareceu nos 03 seminários realizados, em reiteradas vezes e desde diferentes dimensões, como elemento chave para entender a perspectiva feminista das mulheres camponesas, como expressa uma participante sobre a especificidade de um feminismo camponês popular que “luta pela valorização e valorização do trabalho das camponesas, que gera mercadoria, gera produto fruto do trabalho delas.”, complementado pela fala de outra participante que entende que “seu trabalho tem valor e, é importante no processo de resistência ao modelo imposto ao campo.” (MMC a, 2017). O reconhecimento e valorização do trabalho das camponesas, colocando-as na condição

⁷⁵ Após muitas ações de mobilização e pressão política das mulheres organizadas em movimentos sociais, algumas iniciativas têm se criado para superar esta visão desde o Estado e das instituições públicas e privadas.

⁷⁶ Tanto a falta de trabalho das mulheres na agricultura como a invisibilidade e falta de reconhecimento social desse trabalho podem servir como mecanismos de exclusão das mulheres do direito à terra. (DEERE; LEON, 2003, pp. 113 – 114). Este tema que se tratara com profundidade a seguir neste capítulo.

de trabalhadoras, também as faz detentoras de saber relacionado ao seu trabalho, detentoras de poder, sujeito de direitos, de autonomia social, política e econômica, são determinações resultantes de outra forma de percepção da condição das camponesas em relação ao trabalho. A luta desde a centralidade do trabalho é uma forma de questionamento do poder patriarcal na família camponesa e na sociedade (CALAÇA, CINELLI, CONTE, 2018). É uma atitude extremamente feminista das camponesas, reconhecer-se e lutar por seu espaço de trabalhadoras, que para isso, é preciso enfrentar vários conflitos para transformar as relações de trabalho e a compreensão sobre ele no interior da família, mas esta é uma prática feminista necessária para a libertação das mulheres camponesas.

As relações sociais entre os gêneros no campo só poderão ser modificados a partir do momento em que a sociedade reconheça o trabalho, o conhecimento e os saberes que as mulheres camponesas realizam e detém. Portanto, “uma das características do feminismo camponês popular [...] está intimamente ligado ao trabalho sem o qual não conseguimos compreender a vida das mulheres e a vida do campo.” (GASPARETO, 2018, p. 184). Mas um trabalho construído desde uma perspectiva feminista sem divisões de acordo com o sexo e muito menos com hierarquia de valor, de acordo com quem o realiza. O trabalho desde o feminismo camponês popular no campo deve ser fator de geração de valor que todos os membros da família tenham acesso a ele, que seja complementar e promova igualdade entre os sexos, que humanize homens e mulheres, que seja partilhado e não sobrecarregue a nenhum membro da família.

Do reconhecimento da condição de trabalhadoras resgata-se e preserva-se a identidade camponesa, definir-se como camponesas, é uma ação política que demarca a autovalorização do campo como lugar de vida e de trabalho. Percebe-se uma diferença nítida na expressão das mulheres quando elas passam a ver-se e denominar-se como camponesas, para além de agricultoras, trabalhadoras rurais, pois passam de uma identificação de lugar e profissão, para uma afirmação de identidade e:

Afirmar-se camponesa é um ato de resgate da cultura e da memória histórica de resistência e luta de um povo, e de dar unidade de classe as trabalhadoras e trabalhadores do campo, classe essa discriminada e negada por parte da sociedade brasileira. Assim, a camponesa e o camponês constituem a classe trabalhadora do campo e estão em unidade com a classe trabalhadora da cidade. (CORDEIRO, 2018, p. 193).

A identidade está ligada com o meio onde se vive, com o trabalho e a produção de alimentos que as camponesas/es realizam, mas está ligada também com a história de um sujeito histórico de resistência pela sua própria sobrevivência enquanto identidade coletiva. Um sujeito histórico que com a manutenção de sua identidade, seu modo de vida, de trabalho e de ser resiste ao modelo capitalista de produção para o campo. A identidade camponesa está ligada a:

[...] produção de alimentos e com o universo dos alimentos em si [...] e a essa necessidade básica, estavam colocadas demandas de acesso à terra/território e demais recursos naturais, assim como a afirmação de uma identidade ou identidades próprias. Essa identidade, por sua vez, é vinculada com um povo e sua história/cultura e acesso ao território com liberdade para transitar nele [...] (CONTE, 2018, p. 34).

Mais uma vez fica evidente a relação da identidade camponesas com processos coletivos dos povos do campo, suas culturas e formas de vida, vinculada diretamente ao fruto do trabalho camponês, a produção de alimentos, mas com uma característica diferenciada, pois quando se fala em produção de alimentos desde a ótica camponesa, se está falando em alimentos saudáveis, diversificados, produzidos na unidade de produção camponesa, em regime de economia familiar, com outro modelo de agricultura, a agricultura camponesa. Retomando um extrato de uma definição clássica de campesinato do capítulo I, vemos que ao referir-se a este sujeito social se afirma que:

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115).

Como vemos na definição, o trabalho e o fruto do trabalho, a produção de alimentos, são fundamentais para compreender o campesinato, elementos dos quais as camponesas compartilham e fortalecem em sua organização e ações de luta, desde sua identidade camponesa. Por outro lado, esta definição, como a maioria das definições clássicas do campesinato, coloca o elemento do trabalho em regime familiar como central para a possibilidade da realização da vida camponesa. Para as mulheres do campo, este também é um elemento central, contudo elas discordam de que não exista diferença entre quem define o trabalho e quem se apropria dos frutos dele, estes dois momentos da

produção camponesas não são discutidos e realizados de maneira igual entre os diferentes membros do núcleo familiar. Para elas, assim como a classe tem sexo e raça/etnia, o campesinato também o tem, e é preciso reconhecer as diferenças que o fato de ser do sexo feminino imprimem sobre a mulher camponesa dentro do núcleo familiar, e consequentemente, na identidade e cultura camponesa.

É preciso reconhecer que dentro da unidade familiar camponesa há desigualdades, discriminações, hierarquias de poder, e inclusive, violências que recaem sobre as mulheres. Não se pode sobre a ótica do regime familiar das relações de trabalho para a produção camponesa, ocultar diferenças entre os membros do núcleo familiar. Em uma sociedade patriarcal e machista, o campesinato não está exímio da reprodução de relações baseadas neste sistema de dominação e exploração das mulheres, pelo contrário, o conservadorismo do campo e as próprias condições de vida, de produção e culturas escondem práticas machistas e patriarcais profundas.

Desta forma, não se deve mistificar ou romantizar a família camponesa, como uma unidade de relações entre iguais, e principalmente, em relação a práticas culturais e tradicionais, que por diversas vezes, buscam naturalizar como parte de culturas e tradições justificando relações hierárquicas e de desigualdade. Tais práticas devem ser desvendadas e eliminadas, e culturas e tradições que se baseiam na discriminação, opressão e exploração das mulheres e de qualquer membro da sociedade devem ser questionadas e transformadas. No estudo de Deere e León (2003) sobre as diferenças de gênero no acesso à terra, as autoras identificaram que são nas formas coletivas e comunitárias de distribuição da terra em que as mulheres são as mais excluídas do direito ao acesso terra, elas são excluídas das assembleias coletivas de tomada de decisão sobre o uso e distribuição da terra coletiva, pois as tradições e culturas regem sobre um privilégio masculino sobre o direito a posse da terra⁷⁷. Ninguém, nem nenhum povo está isolado ou

⁷⁷ Um processo semelhante caracterizou as práticas de herança dentro das comunidades camponesas peruanas. Conquanto o código civil peruano seja bastante favorável às viúvas – estando essas na primeira ordem de herança, com direitos iguais aos dos filhos – o Estado também reconhece e protege “os costumes, as práticas e tradições da comunidade” (Peru, 1987, Artigo 1). Esses costumes tradicionais têm sido particularmente discriminatórios contra as mulheres. Como no México, as assembleias comunitárias dominadas pelos homens tendem a favorecer a herança de terras pelos filhos homens sobre a das viúvas, privando as viúvas de quaisquer direitos à terra, se o filho tiver idade para trabalhar (Bonilla, 1997; Coordinadora, 1997). Conforme o estudo das autoras, poucas mulheres conseguiram direitos à terra através de sua distribuição por comunidades indígenas e camponesas (DEERE; LEON, 2003, p.124).

imune as relações patriarcais de relação social entre mulheres e homens, isso se evidencia na fala de uma participante do I Seminário em que ela afirma que no “processo histórico somos violentadas. Acredito que no processo de luta, nada se escapa, nem nas comunidades indígenas, [...] mulheres que lutam nas comunidades são perseguidas, mas o que dizem é que é cultura.” (MMC, 2015). É preciso empreender rupturas com estas formas e promover reencontros com as identidades e culturas camponesas de igualdade, e eliminar relações de dominação, violência, discriminação e opressão que possam se reproduzir e se justificar por meio de discursos de elementos componentes de determinada cultura. Nenhuma cultura deve reproduzir nem ocultar relações de dominação e exploração de qualquer natureza.

Portanto, as camponesas se identificam e valorizam a identidade e cultura camponesa, porém, elas também questionam e negam qualquer relação, cultural ou não, que oprima, violenta e discrimine as mulheres. Elas afirmam que há “[...] aspectos da cultura camponesa que devem ser transformados, o machismo existe em nossa cultura e precisa ser enfrentado e superado [...]” (MMC, 2018, p. 24). E desde uma compreensão feminista do campesinato, elas o ressignificam a partir de uma visão não sexista, antimachista e antipatriarcal do campesinato, reformulando seu significado como sujeito histórico de transformação social, de resistência e luta para exercer sua identidade desde seu modo de vida, de ser e de produzir onde as relações de trabalho na produção e as relações no interior da família, sejam relações de igualdade entre os sexos e as gerações, onde todos os membros da família participem em igualdade tanto da tomada de decisão sobre a produção, no trabalho e no desfrute de seus frutos, eliminando qualquer forma de discriminação, exploração, hierarquia de poder, submissão e violência. Desde uma perspectiva feminista do campesinato:

É preciso estabelecer formas de organização coletiva do núcleo familiar para novas formas de vivência e convivência, de maneira a superar as relações da família patriarcal [...]. É necessário construir e estabelecer o compromisso coletivo de homens e mulheres no que se refere as responsabilidades com o cuidado das filhas e filhos, idosas e idosos, saúde, educação e embelezamento na produção e reprodução da vida cotidiana. (CONTE; MARTINS; DARON, 2009. p. 128).

Da identidade camponesa e feminista que as mulheres do MMC constroem desde seu pensamento político e ação cotidiana, emerge a proposta política da

necessidade de construção de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica e Feminista, que se fundamenta na:

[...] Luta de resistência e enfrentamento ao Agronegócio e a cultura patriarcal e machista por meio da organização, formação, articulação e mobilização, na perspectiva de mudança nas relações humanas e culturais, garantindo conquistas sociais para as mulheres e homens do campo. (MMC RS, 2005, p. 06).

Esta unidade entre luta feminista e camponesa foi consolidada na ação direta realizada pelas camponesas em 2006, contra o agronegócio transnacional dos “desertos verdes”. Contaminando e destruindo as terras e as águas, substituindo a produção de alimentos pela produção de celulose. Naquele momento histórico:

A luta das mulheres foi um marco da luta de classes, com recorte de gênero, da classe trabalhadora no confronto com o capital. Foi uma mostra de organização, disciplina, segurança, solidariedade e resistência; de rompimento com a passividade e o caráter secundário que costumeiramente se dá para a presença das mulheres nas lutas⁷⁸. (CARLOS; CONTE, 2009, p. 158).

Esta ação foi um marco do caráter da luta feminista das mulheres do campo, enfrentando e negando conjuntamente as expressões do patriarcado e do capitalismo agrário. O projeto popular de agricultura camponesa agroecológica e feminista tem a identidade camponesa em sua centralidade, desde a terra/território, o espaço do campo como lugar de vida, de trabalho, de estabelecimento de relações sociais de produção e reprodução da vida humana, porém, pautada por uma perspectiva feminista, re-significando as relações sociais entre mulheres e homens em todas as dimensões da vida do campesinato.

A constituição de uma identidade camponesa e feminista relacionada a elaboração política e prática de um Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica e Feminista está assentada sobre um elemento, sem o qual, é impossível garantir a efetivação desta proposta política, assim como, não é possível a continuidade da existência do campesinato, se trata do acesso à terra e ao território. E é na luta por direito a terra, particularmente neste continente, que muitas mulheres iniciam uma perspectiva

⁷⁸ Avaliação realizada entre as mulheres camponesas, em abril de 2006.

feminista de luta desde o campo. Como reconhece Saffioti (1987) ao evidenciar a origem das lutas feministas no seio das classes populares no Brasil:

Milhões de mulheres brasileiras tomaram consciência da dominação masculina no transcorrer de lutas pela posse da terra, por salários decentes, por melhores condições de trabalho. Nestes movimentos despontaram inúmeras lideranças femininas, que não só compreenderam a totalidade do sistema de dominação-exploração, como também passaram a lutar pela sua libertação (p. 108).

Sabe-se que diante das dificuldades das condições de vida nos acampamentos e a morosidade no processo de regulamentação das áreas ocupadas, por diversas vezes e razões, os homens saem da terra para buscar renda financeira para a sobrevivência da família ou desistem da luta, mas as mulheres resistem, por entender que na terra terão melhores condições de vida para elas e seus filhos/as, segurança de alimentos, de moradia e qualidade de vida. Conforme estudo de Seibert (2018) sobre os assentamentos de reforma agrária do Distrito Federal e Entorno, as principais lideranças são femininas, tanto nas ocupações e enfrentamentos diretos, como na resistência cotidiana, são elas que conduzem a organização da vida social e de produção de alimentos para sobrevivência dos acampados/as, resistem aos conflitos e pressões para sair das ocupações, até conseguir seu título de direito de uso da terra e poder viver nela e dela. É na luta por direito a terra, que as mulheres sentem e entendem a opressão de gênero, pois apesar de estar na luta e resistência, nem sempre são elas, que recebem e recebem, o título de terra em seu nome⁷⁹. A ideia da agricultura como trabalho e espaço masculino, colocou, e ainda coloca, as mulheres em segundo plano na distribuição fundiária no Brasil e na América Latina, nas diferentes possibilidades de acesso à terra⁸⁰, existindo uma grande diferença no acesso à terra segundo o gênero (DEERE; LEON, 2003).

O feminismo na América Latina tem o direito ao acesso à terra como fio condutor de sua própria constituição e dela derivam muitas outras reivindicações e ações políticas, e para tanto, não pode ser diferente para o feminismo camponês popular, em que sem a

⁷⁹ A diferença de gênero quanto à propriedade da terra, na América Latina, é significativa e isso se deve a cinco fatores: preferência dada aos homens na herança; privilégio masculino no casamento; viés masculino tanto nos programas comunitários como em programas estatais de distribuição de terras; e viés de gênero no mercado fundiário (DEERE; LEON, 2003, p. 102).

⁸⁰ Os meios principais de aquisição de propriedade fundiária são através da família por herança, da comunidade seja por herança ou por redistribuição de terras, do Estado através de programas de distribuição de terras ou de recebimento de escrituras de terras públicas e compras no mercado (DEERE; LEON, 2003, p. 109).

terra e o território, é impossível uma concepção camponesa e feminista, ela é o elemento simbólico e de materialidade da identidade, vida e trabalho das camponesas. A terra desde o olhar da identidade camponesa e indígena, se torna mais amplo, visto como território⁸¹, lugar de produção e reprodução de sua vida, cultura, espiritualidade, sendo a base material de sua libertação e autonomia como seres sociais, como nos apontava o sociólogo e ativista político peruano Jose Mariátegui, para ele o problema central dos povos indígenas e também dos camponeses está no acesso à terra (MELIS, 1979).

O feminismo camponês popular nasce da luta pelo direito ao acesso e a permanência na terra e no território, e também desde uma outra forma de compreensão sobre a função social deste bem, entendendo que existe duas formas antagônicas de percepção sobre o uso da terra e de modelo de desenvolvimento para o campo. Por um lado, desde uma perspectiva camponesa e indígena, a terra e o território são bens destinados ao trabalho e a produção de alimentos, e por outro, desde a ótica do capital agrário, a terra e os territórios são apenas bens para exploração e extração de recursos para geração de lucros, são meras mercadorias (CONTE, 2018). Para o capital agrário a máxima exploração e concentração da terra e dos bens naturais contidos nela são fatores determinantes para seu processo de acumulação de riquezas, já para o campesinato e os povos indígenas, para sua sobrevivência como sujeitos sociais são necessárias formas comunitárias do uso e posse da terra e formas coletivas de trabalho e de produção, que vão na contramão do individualismo do liberalismo capitalista (SEIBERT; RODRIGUES, 2017). A luta pelo direito ao acesso à terra e território e a autonomia sobre ela e seus bens são elementos presentes em toda a história de organização e luta do MMC, aparecendo nos 03 seminários sobre o feminismo camponês popular e sintetizado por elas como:

A Terra é parte de nossa vida e nossa vida parte da Terra, de onde produzimos nossos alimentos saudáveis e nossa libertação, por meio da luta pela valorização do trabalho das mulheres camponesas a partir do projeto popular de agricultura camponesa, com base agroecológica e perspectiva feminista, promovendo soberania alimentar com participação e reconhecimento das mulheres. (MMC, 2018, pp. 35-36).

⁸¹ Terra é um meio de produção e território refere-se à identidade coletiva, identificação simbólica, não só material. O território é um conceito estreitamente ligado a defesa da identidade étnica, seja de maneira simbólica ou material. (CONTE, 2018, p. 84).

Desde um feminismo camponês popular, a luta pelo direito a terra, além de referir-se as determinações clássicas de uma luta por um bem fundamental para sua vida enquanto sujeitos que vivem no campo e dos frutos do trabalho oriundos da ação realizada na terra, e da relação simbólica, cultural, espiritual e de identidade, se coloca em discussão o acesso das mulheres a este bem, como fator determinante do reconhecimento de seu trabalho, de sua autonomia social e econômica. Como podemos ver no estudo de Abramovay e Castro (1998, p. 87), sobre as mulheres rurais organizadas nos movimentos e sindicatos rurais, dentre eles o movimento autônomo de mulheres do campo⁸²:

[...] A posse da terra no caso das mulheres é um dos elementos cruciais, não só pelo sentido clássico, como os antes referidos dados a terra, mas também por sentidos que se entrelaçam a assimetrias nas relações sociais de gênero e como as mulheres seriam discriminadas por instituições oficiais quando do reconhecimento de seus direitos de propriedade. Terra e sua representação legal e documentação são bandeiras comuns as organizações que contatamos, combinando seus múltiplos sentidos para as mulheres e acessando, assim, múltiplas necessidades.

Assim como para a classe trabalhadora o acesso aos meios de produção, são a base para sua emancipação, para o campesinato, e particularmente, para as mulheres camponesas, o acesso aos meios de produção de bens, mas de produção e reprodução da vida camponesa, a terra/território e os bens naturais (sementes, água, biodiversidade) são essenciais para a emancipação camponesa e feminina. Dentre as múltiplas dimensões do acesso à terra para as mulheres, encontramos segundo Deere e Leon (2003), alguns elementos da libertação das mulheres oriundas de seu direito a posse da terra e a autonomia sobre o uso dela:

A posse de terras pelas mulheres rurais está estreitamente associada com o seu bem-estar e empoderamento. Por detrás de nossa análise está a suposição de que a posse de terras pelas mulheres esteja associada com o aumento do seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, porque a posse da terra valoriza a posição de retaguarda das mulheres [...] Dentro do casamento, as proprietárias desempenham um papel muito maior, tanto na tomada de decisões referentes à casa e à propriedade, inclusive decisões sobre produção e aquelas que governam a destinação daquilo que é produzido, e como é usada a renda assim gerada. A posse da terra pelas mulheres também foi associada com menores taxas de violência doméstica, pois as proprietárias estão em posição muito melhor para abandonar um parceiro abusivo, devido

⁸² MMTR, CONTAG e MST.

a sua posição mais forte na retaguarda; também lhes é mais fácil atrair outro cônjuge (p. 146).

Com o direito da propriedade da terra, as mulheres estão em igualdade de direitos sobre os bens familiares, o que as coloca em condição de construção de relações também igualitárias sobre a propriedade, o trabalho, a produção e sobre as relações sociais no interior da família, tendo em vista, que está respaldada ao direito de propriedade da terra, em caso de divórcio, violência, viuvez ou outra situação, e também a nível social comunitário, se estabelece outro tipo de relação e de condição social da mulher, quando esta é proprietária de terras, pois isso lhe confere certo grau de autonomia de decisão sobre sua vida, em qualquer um dos fatores elencados anteriormente. O direito ao acesso à terra e território para as mulheres camponesas, é essencial na construção e compreensão do feminismo camponês popular, são parte do seu fazer e pensar político, seja por meio da luta por reforma agrária, designando acesso aqueles/las que estão privados/as do acesso a este bem, ou seja pelo direito a permanecer nela para as camponesas/es, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, com equiparação do direito das mulheres.

Pode parecer que a defesa do direito a posse da terra para as mulheres camponesas e indígenas, vá na contramão da discussão sobre direitos coletivos, realizada anteriormente neste capítulo. Contudo, ela desvela e coloca em evidência as contradições presentes na cultura e tradições camponesas e indígenas, onde por vezes, as coletividades, assim como o núcleo familiar, podem esconder relações desiguais entre os membros destes coletivos, principalmente, relações desiguais entre os gêneros, e são estas contradições que desde um feminismo camponês popular busca-se explicitar, discuti-las e transforma-las. Se por um lado, as camponesas reivindicam o direito coletivo a terra/território e uma identidade camponesa, por outro, elas também questionam elementos desta identidade e deste coletivo que as discriminam, excluem e as ocultam como sujeitos de direitos. Busca-se que no direito à posse da terra, seja em regime coletivo, de direito de uso ou de propriedade, as mulheres tenham os mesmos direitos, condições de igualdade sobre a decisão de uso, ocupação e função da terra e do território.

O direito ao acesso à terra para as jovens camponesas, é citado por elas, como fator preponderante para a recampanização e para a permanência das jovens mulheres no campo. No seminário de número 1, em estudo apresentado por uma das participantes: “as jovens trazem três elementos fundamentais para a conquista da autonomia e busca de seus

projetos de vida e que precisa superar: 1) Falta de acesso à terra, 2) Falta de acesso a renda, 3) Falta de acesso para a continuidade dos estudos.” (MMC. 2015). Um dos problemas identificados em algumas regiões do país no meio rural, tem sido o envelhecimento e a masculinização do campo. As mulheres, muitas vezes, como não têm garantido o direito à propriedade da terra, as políticas e direitos provenientes desta condição e, principalmente, autonomia financeira, oriundo do trabalho realizado sobre a terra, migram para as cidades em maior porcentagem que os homens do campo.

Para o MMC ao assumir a identidade camponesa, é preciso ter um olhar sobre a diversidade que a compõe, as diferentes formas de trabalho, de relação com a terra e de produção de alimentos, diferentes culturas, formas de vida e diversidade de sujeitos, que existem e fazem parte do campesinato brasileiro. A identidade camponesa é a unidade de mulheres do campo compostas de uma diversidade de formas, etnias, culturas e sujeitos do campo, como elas evidenciam em sua definição do ser camponesa:

[...] é a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, a extrativista, arrendatária, meeira, ribeirinha, posseira, boia-fria, diarista, parceira, sem-terra, acampada e assentada, assalariada rural e indígena. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher [...] (MMC, 2004).

Os movimentos autônomos nascem desde diferentes lugares do país, com diferentes histórias, diferentes contextos, culturas, identidades e formas de fazer e construir a organização e luta das mulheres camponesas, e é nesse reconhecimento desta origem diversa, somado a diversidade de formas de fazer agricultura, considerado elemento essencial da identidade camponesa, que:

Para tratar sobre o campesinato, é necessário considerar as várias maneiras como os diferenciados modos de produção e reprodução do/no campo se configuram. Há uma diversidade camponesa que os constitui como sujeitos sociais, com modos de ser e de viver próprios, não caracterizando economia capitalista, ainda que inseridos nessa economia. (CONTE, 2018, p. 124).

Essa diversidade tem origem na formação multicultural do povo brasileiro, e essas diferenças não devem ser motivo ou justificativa para a discriminação e exclusão social. Entretanto, numa sociedade capitalista, patriarcal e racista, as diferenças são símbolos e marcas sociais transformadas em desigualdades sobre determinadas categorias sociais,

como as mulheres, os negros/as e os povos indígenas⁸³. As diferenças e as identidades devem ser respeitadas e promovidas, todos/as não tem que ser iguais, a classe trabalhadora não é homogênea, existem diferenças em seu interior, e ocultar ou negar estas diferenças é um erro grave para a luta de classes, e para a emancipação humana que se pretende alcançar.

Por outro lado, não é conveniente superestimar as diferenças e as identidades, de modo que não permitam visualizar semelhanças e pontos de unidade entre as diferentes identidades, e que não permitam ainda, o diálogo e a construção coletiva e em unidade de classe nas lutas de liberação dos povos. Desde o feminismo camponês popular faz-se uma construção baseada na pluralidade e diversidade, buscando construir a unidade na diversidade. Se reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, de se organizar, de produzir e de viver das mulheres e povos do campo e buscando compreender a complexidade das formas de exploração e dominação para construir um movimento integral que articula as diferenças e recupera uma identidade de gente do campo (CARO, 2010).

Essa dimensão da diversidade do feminismo camponês popular ficou explícita no II seminário, onde as participantes em suas expressões e contribuições para a definição de seu feminismo, trouxeram a importância de reconhecer e visibilizar esta diversidade, mas também a importância de ter a clareza de que há uma identidade que as unifica, como o trabalho com a terra que resulta na produção de comida, o projeto e luta pela libertação das mulheres e a luta pela transformação da sociedade, por um projeto popular de país (MMC a, 2017).

No campo das diversidades, um tema ainda pouco abordado de maneira explícita desde as mulheres camponesas, na construção de sua perspectiva feminista, se refere a diversidade sexual. Um dos motivos, refere-se a que devido ao alto grau de conservadorismo das pequenas cidades e zonas rurais, se tornam ambientes de intensa discriminação em relação aos sujeitos que se identificam com formas de relacionamento sexual e afetivo que infrinjam as determinações convencionadas pelo padrão heterossexual, em consequência, muitas mulheres e homens acabam migrando para as

⁸³ Costuma-se associar as diferenças com as desigualdades, contudo a diferença faz par com a identidade, já a desigualdade associa-se a seu par, a igualdade, portanto, as diferenças e identidades devem ser bem-vindas e aceitas na sociedade (SAFFIOTI, 2015).

grandes cidades, onde apesar de também existir discriminação e violência, estão longe do julgamento de familiares e conhecidos e se sentem mais livres para exercer sua opção e/ou orientação sexual e afetiva.

Entendesse que a homofobia faz parte da ideologia patriarcal, porque a homossexualidade contrapõe a heterossexualidade normativa, assim é do patriarcado que se constitui o preconceito, a discriminação e a violência contra outras formas de relações que vão na contramão das determinações do padrão de sexualidade patriarcal. Contudo, começam a aparecer com maior frequência e de maneira aberta no campo e na organização das camponesas, principalmente entre as/os jovens, a presença de sujeitos que reivindicam e assumem-se com relações e identidades homo afetivas. Portanto, desde o feminismo camponês popular, é preciso aprofundar esta temática para contribuir nas reflexões e ações nas famílias camponesas, comunidades rurais, movimentos do campo e no campesinato como um todo para promover a integração e respeito destas formas de expressar e viver a sexualidade e de enfrentar toda e qualquer forma de violência e discriminação por motivo de orientação e/ou opção sexual e afetiva.

Ainda sobre a perspectiva da diversidade, desde o feminismo camponês popular faz-se essencial compreender o caráter estrutural das questões étnico/raciais para a dominação e exploração das mulheres negras e indígenas, e como este elemento de diferença é socialmente construído para a desigualdade, para a inferioridade e máxima exploração destas mulheres. Compreender como este fator se entrelaça na vida destas mulheres e como isso se expressa nas múltiplas formas de discriminação, de violência, de negação de direitos a elas, de exploração de sua vida, seu corpo, sexualidade e seu trabalho é dever e ação central da luta feminista camponesa e popular. Esta compreensão da necessidade de a luta feminista elucidar e enfrentar o racismo em suas diferentes facetas na vida das mulheres do campo faz parte da luta histórica das mulheres camponesas como podemos ver nas citações feitas no capítulo 1, em base aos documentos elaborados por elas ao longo de sua história, e este tema foi reiterado pelas camponesas, por diversas vezes, nos 03 seminários realizados e sintetizada da seguinte maneira:

A classe trabalhadora tem sexo e raça: isso não nos divide, mas nos coloca em condições desiguais, só reconhecendo essa realidade podemos nos libertar. Não podemos esquecer o outro pé deste sistema que também se sustenta na exploração do trabalho e da violência, que é o racismo. O racismo atribui aos brancos a superioridade em relação as diversas outras etnias/raças, principalmente negros e indígenas,

atribuindo a essas pessoas, características negativas e depreciativas que servem para justificar a exploração do seu trabalho e a dominação de um povo sobre outro (MMC, 2018, p. 19).

Se completa a análise, colocando em evidência alguns elementos e temas relacionados a situação de discriminação e violência exercida sobre as populações negras e indígenas devido ao sistema racista de relações sociais, assim continuam:

O racismo atinge toda a população negra e indígena de modo que existe hoje um extermínio da juventude negra sendo ela a que mais morre em nosso país. Assim, como também há um extermínio dos povos indígenas e expulsão de seus territórios, os quais são de grande interesse do capital transnacional. As condições de vida da população negra e indígena são as piores, pois são os que menos acesso tem a escola, saúde e oportunidade de trabalho digno e sobre as mulheres negras, pesa ainda mais a responsabilidade não assumida pelo Estado e os estigmas sociais, sendo assim inegável que nesse sistema capitalista, patriarcal e racista são as mulheres negras e indígenas as mais atingidas, as mais violentadas (MMC, 2018, pp. 19-20).

O feminismo como expressão de luta por libertação da opressão e exploração das mulheres, deve assumir este compromisso com todas as mulheres, e para isso deve lutar contra o racismo que afeta as mulheres negras e indígenas, e como uma proposta de emancipação humana e de transformação da sociedade, deve enfrentar este regime de dominação e exploração que é elemento central da constituição do capitalismo moderno e de sua manutenção na atualidade, com a máxima exploração e também exclusão das populações negras do trabalho, e destinando as mulheres negras ao subemprego, a coisificação de seu corpo e sexualidade, colocando-as majoritariamente na exploração sexual e prostituição e mais vulneráveis a estupros e feminicídio no país. Esta situação é reflexo da união entre racismo, patriarcado e capitalismo que recai sobre estas mulheres.

A feminista e ativista estadunidense Ângela Davis (2016) realiza a análise da questão das mulheres negras desde uma perspectiva de classe e deixa claro que a luta das mulheres e dos negros é uma luta indissociável, segundo a autora aponta, há uma relação dialética entre ambas as causas, a luta contra o patriarcado e contra o racismo devem andar lado a lado e conjuntamente enfrentar ambos inimigos das mulheres e dos negros/as. Mas a ativista afirma também que a emancipação da classe depende da emancipação dos negros e negras. Não pode haver emancipação de classe e das mulheres sem a emancipação das populações negras e indígenas. As bases de sustentação do modelo econômico, social e político, deve ser atacada simultaneamente pelos sujeitos

dominados e explorados em solidariedade de classe no apoio mutuo uns para com os outros.

Da mesma forma, Mariátegui advertia que “Somente o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderá permitir dar um sentido real para a libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política” (MARIÁTEGUI, 1929, citado por LOWY, 2007, p. 116, tradução nossa). Para ele, a libertação étnico/racial dos indígenas não seria efetiva apenas tomando em consideração um foco cultural e moral, pois, a materialidade das discriminações e desigualdades culturais e morais se assenta em uma construção histórica social, política e econômica da cultura e moral das classes dominantes oligárquicas capitalistas (SEIBERT; RODRIGUES, 2017).

O racismo é um elemento chave na constituição da sociedade brasileira, ainda que sejamos um país majoritariamente negro e indígena, e o enfrentamento a toda forma de discriminação, violência e exploração com base neste pensamento são rejeitados pela construção histórica das camponesas, que em sua maioria são negras e descendentes de indígenas, caboclas como elas costumam denominar-se⁸⁴. E parte-se da compreensão que o racismo determina diversas violências sofridas por muitas camponesas, sendo o tema racial elemento que deve compor com profundidade a ação e pensamento político do feminismo camponês popular (CALAÇA; SEIBERT, 2018). Assim, com discriminação e exploração étnico/racial não pode haver libertação das mulheres, nem do campesinato e muito menos da classe trabalhadora, é dever do feminismo assumir e lutar contra o racismo e todas suas expressões.

4.3.Fortalecendo a luta popular e por transformação da sociedade

Da reflexão anterior conectamos com o último eixo que constitui o feminismo camponês popular, que se refere a concepção de que a organização e ação cotidiana das mulheres camponesas está inserida em uma perspectiva de ação e enfrentamento global, que tem sua estrutura ancorada sobre as três contradições fundamentais: o patriarcado, o

⁸⁴ Vale ressaltar, que independentemente da quantidade ou proporção de mulheres negras e indígenas organizadas no MMC, o enfrentamento a toda forma de discriminação, dominação e exploração racista, deve ser elemento central de sua ação e pensamento político. A quantidade não é fator que determina a negação de qualquer forma de opressão sobre qualquer sujeito social, mas a perspectiva política da qual se parte de transformação social.

racismo e o capitalismo. Retomando a análise de (CISNE, 2010, p. 55) “Há uma unidade dialética entre as subestruturas básicas do poder da sociedade capitalista: classe, gênero, raça/etnia, na qual estas categorias estão organicamente integradas [...]”, para a autora, assim como para Saffioti (1987) na realidade concreta, as três contradições se fundiram por meio de um processo simbiótico em um único sistema, e na vida cotidiana das mulheres é impossível determinar qual das três contradições é responsável pela violência, discriminação, opressão e exploração. Pois esta tríade de dominação-exploração é inseparável, e não pode ser vista ou analisada de forma isolada, e principalmente, ignorando a existência das demais contradições, como acontece com correntes do movimento feminista que desconsideram a contradição do racismo e de classe e enfrentam as desigualdades e violências praticadas contra as mulheres como um elemento isolado na sociedade, mas isso também pode, e ocorre muitas vezes, com as lutas de perspectiva de classe, que desconsideram ou menosprezam o papel e importância das contradições do patriarcado e do racismo para a sustentação do capitalismo.

Ainda segundo Saffioti (1987) não se pode dar prioridade a qualquer uma das três contradições centrais deste sistema de dominação e exploração, seja do ponto de vista analítico como da ação política concreta, pois se incorre em um grave equívoco que impactará na não concreção da construção de uma verdadeira emancipação humana. As camponesas em sua trajetória de luta, como vimos no capítulo I, sempre evidenciaram sua compreensão da unidade de um sistema global de dominação e exploração, assim elas afirmam que:

A experiência histórica já mostrou para as mulheres que as mudanças nas relações de gênero serão possíveis se acompanhadas das mudanças nas relações de classe e que as mudanças nas relações de classe só forjarão uma nova sociedade se vierem acompanhadas da mudança nas relações de gênero, de raça, dos seres humanos entre si e de sua relação com a natureza (MMTR/RS, 2001, p. 22).

Para as camponesas seu pensamento político conduz a uma prática política que busca transformações cotidianas e concretas na vida das mulheres, conforme explicitado anteriormente neste capítulo, e estas práticas cotidianas estão fundamentadas em uma análise de estrutura global da organização da sociedade e das relações sociais também cotidianas que esta estrutura global engendra e determina, assim, elas [...] ligam as questões globais com seus problemas a partir de seus territórios, de seus mundos, e vice-versa. A realidade adquire dimensão global, multiescalar, de interdisciplinaridade, de

interação multidimensional. Não é fragmentada [...] (GASPARETO, 2018, pp. 222 - 223). A luta de classe das camponesas se expressa a partir da construção de um projeto de agricultura camponesa, valorizando saberes e identidades, produção agroecológica, resgate e multiplicação de sementes crioulas, práticas de saúde integrativas em base a alimentação saudável, uso de ervas e plantas medicinais entre tantas outras. As quais, podem parecer práticas isoladas, restritas ao espaço do campo, contudo, estas ações fazem parte de uma proposta política que questiona e contrapõe o projeto de agricultura do agronegócio, das sementes transgênicas, dos agrotóxicos, da agricultura mercantilizada, dirigidas pelos organismos internacionais de construção de políticas para a agricultura, as quais o Estado e as classes dominantes nacionais e locais são subservientes, garantindo os interesses do mercado internacional.

Compreender a dimensão global de uma política de desenvolvimento hegemônica para o campo, desde o neoliberalismo, e apresentar uma proposta contra hegemônica de projeto de agricultura camponesa, inserida em um projeto popular de país, entendido este como “um projeto com a participação do povo, um projeto de libertação” (AIMTRSUL, 1998), atrelado a necessidade de garantir soberania alimentar e nacional, são elementos da perspectiva contra hegemônica das camponesas que denotam o caráter e concepção popular, de classe e estrutural do feminismo camponês popular. Que se por um lado, assume a consciência de classe em sua constituição, busca também colocar tanto para o campesinato como para o campo político popular que:

A luta das mulheres é um aspecto da luta de classes. Apresenta ensinamentos, que por vezes, no cotidiano, explicita-se em termos de linguagem, como “sementes crioulas, ervas medicinais são lutinhas [...] é coisa de mulher”. Como se fosse possível ignorar o trabalho das mulheres camponesas. Queremos mostrar com isso que essas chamadas “lutinhas”, “coisa de mulher”, “luta específica” tem uma vinculação com a luta de classes. São marcos da determinação social que integra etnia, sexo e classe como estruturante de um único sistema e não como soma (GASPARETO, 2018, p. 76).

Assim, sobre esta proposta de sociedade global com perspectiva de classe e identidade camponesa é lançado um olhar e prática feminista desde as camponesas, que organizadas coletivamente em movimento constroem em seu cotidiano experiências de libertação anticapitalista, antipatriarcal e antirracistas, que segundo elas afirmaram nos 03 seminários:

[...] o que faz a organização são as ações e as lutas que travamos diária e historicamente, nossa luta é de classes, é antirracista e feminista, somos nós camponesas que fazemos em nossas ações práticas e concretas de transformação diária da vida das mulheres e homens do campo a luta feminista, camponesa e popular (MMC, 2018, p. 28).

Importante ressaltar, que partindo da compreensão que “a luta de classes é o fundamento do feminismo que o MMC constrói.” (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p. 19), ações de resistência e enfrentamento cotidianas das camponesas estão relacionadas a ações de denúncia e enfrentamento direto ao neoliberalismo, assim como demonstrado no capítulo 1. As camponesas sempre participaram das jornadas de luta popular contra as políticas e instituições representantes do neoliberalismo, como a ALCA, FMI, Banco Mundial, as privatizações das empresas nacionais, os tratados de livre comércio (TLCs), além das lutas diretas contra estas políticas e seus representantes no meio rural.

A transformação estrutural da sociedade, desde o feminismo camponês popular, tem como horizonte a transformação da sociedade de dominação e exploração capitalista, patriarcal e racista e a construção de uma sociedade socialista, pois para elas, tomando como base de seu pensamento as experiências das feministas socialistas “[...] A emancipação das mulheres, assim como de toda a humanidade, só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital. Só em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, alcançaram seus plenos direitos.” (FOURIER, 1994, apud CISNE, 2014, p. 112). Para o feminismo camponês popular não é possível dissociar sua luta pela libertação das mulheres da luta por um projeto de agricultura camponesa, e ambos, não se farão concretos em uma sociedade neoliberal. Pois não há como eliminar as relações patriarcais, sem com isso mover as bases do capitalismo, quando as camponesas avançam em sua luta feminista por seus direitos, por terra, elas enfrentam o patriarcado e o capitalismo conjuntamente, como podemos ver na explicação de Cordeiro (2018, p. 188):

Esta batalha pela conquista dos direitos das mulheres camponesas foi um processo longo de persistência, de resistência e conflito contra as entranhas do Patriarcado presentes no Estado, nas instituições, no parlamento, nos sindicatos e nos movimentos populares e até nas famílias, estas instituições não viam a necessidade de as mulheres ter direito a aposentadoria, a salário maternidade e demais direitos.

A luta por igualdade de direitos para as mulheres camponesas as fez perceber e sentir as expressões do patriarcado em todos os níveis da organização social, percebendo seu caráter de sistema de dominação e exploração global, permeando todas as estruturas

e relações da sociedade. Além de enfrentar ao patriarcado, as camponesas, também perceberam a articulação deste regime com o neoliberalismo, que se apoia na ideologia patriarcal para legitimar a exclusão das mulheres camponesas do acesso aos direitos sociais, garantindo um Estado mínimo, que marginaliza e exclui grande parte da população dos direitos básicos, base das políticas econômicas neoliberais.

Para as camponesas, o capitalismo neoliberal é a causa da transformação do sistema alimentar mundial rumo a um modelo agroindustrial, controlado pelos monopólios transacionais e que se movimenta no sentido de gerar maior acumulação do capital, desconhecendo e impedindo as mulheres camponesas de exercer sua principal função e parte de sua identidade, alimentar as pessoas. (FORES, 2013). Quando as mulheres reivindicam direito a terra e a produção de alimentos desde sua identidade camponesa estão enfrentando ao neoliberalismo que visa a máxima concentração e mercantilização da terra e de seus bens, e enfrentam ao patriarcado ao exigir igualdade e autonomia para as mulheres em um projeto de agricultura camponesa.

Contudo, está clareza sobre a unidade da luta de classes, étnico/racial e feminista que está presente na construção do pensamento político do MMC⁸⁵, e se sintetiza na afirmação de um feminismo camponês popular, se apresenta, como historicamente o foi para as camponesas e para as feministas socialistas, um desafio de demonstrar e ser assumido da mesma maneira pelo conjunto de organizações classistas e populares. Há uma negação ou secundarização das lutas feministas e étnico/raciais historicamente no seio das esquerdas mundiais e latino-americanas, não é diferente no Brasil e no pensamento político do campesinato brasileiro.

Embora, seja necessário reconhecer que nas experiências e nos processos de construção socialista, o tema das mulheres esteve sempre presente e foram realizadas importantes mudanças sociais e políticas visando a libertação feminina. Nas experiências empreendidas, pode-se perceber que foram tomadas medidas no sentido de promover a igualdade de direitos no que tange as legislações dos Estados socialistas, atenuando as desigualdades regidas pelas leis entre mulheres e homens e também foram incentivadas a

⁸⁵ A luta de gênero, classe e raça são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas pelas mulheres trabalhadoras rurais em todos os momentos e espaços, em vista da construção do projeto democrático e popular (ANMTR, 1995).

participação feminina no trabalho extra lar, retirando-as da chamada “escravidão do trabalho doméstico” e promovendo a socialização dos trabalhos reprodutivos por meio de políticas dos Estados socialistas (TOLEDO, 2014). Do ponto de vista analítico, do socialismo científico⁸⁶, também houveram importantes contribuições no sentido de compreender a situação de exploração e dominação das mulheres na sociedade de classes, o socialismo científico “sempre se preocupou com a questão feminina, e buscou formular, nos marcos de uma sociedade dividida em classes, a política mais justa para o problema.” (TOLEDO, 2014, p. 09). A relação da propriedade privada, com o Estado e a família,⁸⁷ demonstrando como a estrutura familiar burguesa representa uma instituição de dominação das mulheres e cerne da estrutura da sociedade de classes, também foram contribuições feitas pela análise marxiana da realidade.

Estas contribuições sem dúvida foram significativas para a promoção da igualdade entre mulheres e homens nestes processos e também para conhecimento e observação desde processos atuais que buscam a construção do socialismo. Mas Saffioti (2013) nos revela como, tanto as análises teóricas como as ações práticas derivadas das primeiras, não são suficientes para explicar a subordinação e inferioridade atribuída as mulheres, para a autora, é uma explicação muito simplificada da realidade dizer que a propriedade privada é o fator exclusivo da inferioridade feminina, assim como dizer que a desigualdade entre os gêneros tem a mesma natureza que as desigualdades entre as classes sociais.

Os erros clássicos das esquerdas e dos processos revolucionários rumo a construção de sociedades socialistas, estão sobre leituras que afirmam que o problema das mulheres é consequência apenas da sociedade de classes, e que superada a divisão e exploração das classes o problema da mulher será resolvido automaticamente, e desta forma, para resolver o problema da mulher, basta apenas promover sua integração no

⁸⁶ Ao estudar os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista e de exploração da força de trabalho, Marx explicou as raízes da opressão das mulheres. As raízes materialistas, concretas, econômicas da opressão da mulher, como parte da superestrutura da sociedade, estão fortemente demonstradas em *O Capital* onde Marx desvenda os mecanismos de exploração econômica da classe trabalhadora como elemento inseparável da estrutura do modo de produção capitalista, (TOLEDO, 2014, p. 14). Percebe-se nesta afirmação, a clássica explicação da origem da opressão das mulheres exclusivamente relacionada a opressão e exploração econômica enquanto parte da classe trabalhadora, elemento de fato essencial para entender a opressão das mulheres, mas não suficiente.

⁸⁷ A contribuição de Engels em seu famoso livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e a derruba por terra a concepção de que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens, que a causa da opressão das mulheres é fundamentalmente econômica e sua resolução está na transformação da sociedade. (TOLEDO, 2014).

trabalho fabril e nas organizações política dos trabalhadores (CISNE, 2014). Nesta leitura, o problema da mulher está assentado apenas nas questões macroeconômicas, que sim são elementos fundamentais de sua dominação e exploração, mas não são suficientes seja para explicar a origem da opressão das mulheres como para atuar para a sua libertação.

Devido a esta incompreensão do movimento socialista em geral, das lutas populares e mesmo das lutas camponesas da necessidade de rediscutir as relações sociais entre os sexos para avançar na emancipação humana, as mulheres com a clareza de que era preciso mais do que a luta econômica para a sua libertação e para a libertação da classe trabalhadora e para enfrentar o conservadorismo presente nas organizações, sindicatos e partidos populares, elas precisavam de espaços próprios para organizar-se e fortalecer a luta das mulheres, colocando outros temas e elementos no centro do debate político, e desde a auto-organização forjar processos no conjunto da organização dos trabalhadores. Este elemento, o vimos ao relatar a história das mulheres camponesas, quando sentem a necessidade de criar os movimentos autônomos para colocar a pauta das mulheres no centro de sua discussão política. E para enfrentar ao conservadorismo, era preciso colocar a organização das mulheres em outro patamar político, pois majoritariamente nos processos revolucionários e populares a organização das mulheres é percebida desde a dimensão quantitativa, como trazer mais mulheres para a luta popular e revolucionária, Kirkwood (1986) nos ajuda a entender esta contradição, ao apresentar as divergências sobre os fins, os métodos, as práticas, as teorias e principalmente, as prioridades dos processos de emancipação popular no contexto chileno, onde:

Uma delas – em termos gerais – se refere a necessidade de um fazer político pelas mulheres e a partir de suas carências e alienações próprias. A outra, tradicional, seria simplesmente a soma e a inserção massiva das mulheres em uma proposta política anterior ao levantamento de suas necessidades, a partir da suposição de que aquelas serão incorporadas no futuro (p. 196, tradução nossa).

As mulheres não querem apenas ser parte ou números nos processos de libertação construído por outros, onde seu lugar e as lutas que travaram já estão determinadas previamente, mas desde o feminismo elas se propõe enquanto sujeitos a realizar propostas e construir conjuntamente com todos o caminho para a construção do processo de libertação e de transformação da sociedade. E segundo a autora, isso significa que:

A formulação de um “projeto social e cultural alternativo” a ordem, ou seja, ao projeto patriarcal dominante haverá de ser proposto pelas

próprias mulheres. O que implica - entre outras coisas, a necessidade de pensar na sociedade global, desenvolver teorias de transformação e ação e em consequência - romper o silêncio cultural das mulheres. O anterior implica: ser sujeitos e não objetos das formulações políticas alternativas (KIRKWOOD, 1987, pp. 59 – 60, tradução nossa).

As camponesas se colocam como sujeitos de transformação social, e colocam na pauta destes processos de libertação econômica das classes sociais, novos elementos e necessidades desde uma perspectiva política das mulheres, que igualmente devem ser enfrentados por todos. Portanto, o feminismo é uma importante contribuição para a luta de classes, conferindo-lhe uma compreensão mais ampla e de totalidade do sistema de dominação e exploração da sociedade de classes. Segundo Kirkwood (1987, p. 109, tradução nossa) “O feminismo dá um giro nas teorias de contestação [...]. Amplia a ideia de conflito social e agrega as classes o conflito sexual. Se existe guerra de classes, existe guerra de sexos (oculta ou manifestada)”. E a autora complementa:

O feminismo com a elaboração do conceito de patriarcado transcende ao levantar que a diferença e luta entre as classes sociais não é a única raiz e origem das relações sociais de opressão entre os humanos, aponta a existência da opressão sexual: ao domínio e opressão cultural e material concretos de um sobre outro (KIRKWOOD, 1987, p. 58, tradução nossa).

A constituição e compreensão do Patriarcado, como sistema de dominação exploração das mulheres, contribui para atenuar a desigualdade entre os sexos desde a perspectiva de desigualdade de classes, e provoca um aprofundamento e desvelamento das contradições entre as classes sociais, assim, a “luta por igualdade contribui diretamente para a superação da sociedade de classes” (CALAÇA, CONTE, CINELLI, p. 14). O feminismo coloca em discussão todos os âmbitos sociais, propõe que tudo deve ser discutido e reconstruído, tanto a produção quanto a reprodução social, eliminando todo resquício de relações e práticas baseadas nas desigualdades sociais entre os gêneros, as classes sociais e entre as diferentes raças e etnias, propondo a construção de uma nova ordem social. Para Kirkwood (1987), o feminismo como reflexão e como mobilização, significou a possibilidade de incluir novas dimensões na práxis político-social, estendendo a contestação a todas as formas de discriminação e opressão em todos os níveis sociais. A organização dos movimentos de mulheres e da luta feminista, sem dúvida, “[...] alargou radicalmente o campo de ação político e, com isto, transformou quem está envolvido em política e o seu modo de envolvimento.” (WAINWRIGHT, 1981 apud CISNE, 2014, p. 121). A organização e luta feminista transformou o mundo da

política nas esquerdas e nos movimentos populares e socialistas, colocando temas da cotidianidade na discussão política, trazendo a política mais próxima da vida real das pessoas e democratizando e horizontalizando os espaços da chamada grande política.

O feminismo contribui, ao que Flora Tristán ao escrever sobre a união operária, e cabe destacar, a primeira a demonstrar a necessidade da união das lutas femininas com a luta da classe operária de seu tempo, e também tratar de sensibilizar a classe operária para a importância de somar as mulheres as lutas das fábricas para superação do capitalismo e construção do socialismo. A ativista franco-peruana, denomino a união entre a luta operária e a luta feminina como unidade humana, que segundo a autora, se refere a uma igualdade absoluta entre mulheres e homens, fator preponderante para a construção do socialismo. E desde o feminismo camponês popular, comparte-se esta compreensão, da necessidade de construir uma igualdade absoluta entre as camponesas e os camponeses e, entre todas as mulheres e homens, somente assim, pode-se de fato construir um projeto popular de país e uma sociedade socialista.

O feminismo coloca em evidência a existência de outras contradições na sociedade, não apenas os referentes as classes sociais, e que para eliminar a contradição de gênero e também étnico/racial não basta o fim da dominação e exploração de classes, mas é preciso a superação das classes e do patriarcado e do racismo. O problema da mulher na sociedade capitalista é um problema de classes expresso de maneira diferente nas categorias de sexo, portanto, deve ser enfrentado conjuntamente por mulheres e homens. Desta forma, “o feminismo encontra assim seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade reais.” (CISNE, 2014, p. 119). A luta feminista coloca a dominação e exploração das mulheres como um problema social e, portanto, sua superação é responsabilidade de todos/as, não apenas das mulheres, ainda que estas devam ser as protagonistas dos processos para sua libertação, e sua superação é fundamental para a construção de outra sociedade, não é possível uma sociedade socialista em que a discriminação e exploração das mulheres siga sendo naturalmente reproduzida. Para a mesma autora:

O socialismo que devemos construir, desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. Nisso, o feminismo é determinante, pois reivindica a construção de novos valores e práticas no presente que

correspondem e sejam coerentes com a sociedade que queremos amanhã (CISNE, 2014, p, 253).

O feminismo busca desvelar e enfrentar as contradições presentes dentro da classe trabalhadora, e o feminismo camponês popular, as contradições expressas nas relações sociais do campesinato, seja na família camponesa ou na comunidade camponesa e/ou rural, transformando práticas, valores e relações sociais desde agora. E demonstrando que não basta eliminar a divisão de classes e eliminar o agronegócio no campo, sem enfrentar o patriarcado e também o racismo.

Há uma relação dialética e necessária entre as lutas de classe, gênero e étnico racial. Se por um lado, a construção de uma sociedade socialista que somente considere o fim da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, sem eliminar as hierarquias de poder nas relações entre mulheres e homens, e as opressões étnico/raciais, será uma revolução pela metade, pois a luta de classe não é suficiente para erradicar todas as formas de violência e discriminação na sociedade. Por outro lado, a luta feminista e racial encontra um limite para a emancipação substantiva⁸⁸, verdadeira, no seio de uma sociedade capitalista, no capitalismo é impossível a igualdade social, racial e de gênero, a desigualdade é elemento fundamental deste modelo econômico, político, social e cultural, e as mulheres não poderão ser emancipadas dentro da estrutura social do capitalismo. Podem atenuar-se as desigualdades entre mulheres e homens no seio da sociedade capitalista, porém, estes avanços, apesar de importantes e necessários na perspectiva concreta e cotidiana da vida das mulheres, elas são frágeis, do ponto de vista de sua sustentação, pois como já dizia Beauvoir (2016), basta uma crise econômica no sistema capitalista, que os direitos e avanços políticos e sociais das mulheres serão os primeiros a ser questionados, como se vê na atual conjuntura brasileira. Para o feminismo camponês popular a luta estratégica é pela transformação e superação deste modelo econômico, político, social e cultural, a luta pelo fim da sociedade capitalista, acompanhada, não apenas no nível discursivo nem em um segundo plano, de uma verdadeira transformação feminista e antirracista da sociedade, no sentido da construção de uma sociedade socialista.

⁸⁸ Expressão de Mészáros (2002), contrapondo-se a igualdade formal e afirmando a necessidade de uma igualdade real, verdadeira, portanto, substantiva.

E esta expressão se desenvolve em um contexto e lugar com marcas histórias próprias, que é o Brasil e o continente latino-americano, e por esta razão, cabe salientar, que este feminismo tem em sua base de pensamento político os diversos processos de contestação popular, revoltas, insurgências das populações indígenas, negras, camponesas e da classe trabalhadora da região e do país, resgatando e resignificando a participação das mulheres nestes processos. Além dos clássicos dos processos revolucionários analisados anteriormente para relacionar a luta feminista e a luta socialista, desde o feminismo camponês popular busca-se as experiências concretas de luta e pensamento político no continente, com base nos pensadores/as que renovaram o pensamento socialista, de luta de classes e de transformação da sociedade desde a realidade, processo histórico e identidades latinas, fazendo releituras destes pensamentos e teorias que contribuem a entender a dominação e exploração tanto capitalista, mas também feminista, e mais ainda, estas expressões desde as questões étnico/raciais para apontar processos de transformação da sociedade (SEIBERT; RODRIGUES, 2017). E para o feminismo camponês popular, particularmente, os processos históricos de luta por terra, pelos territórios, de resistência para permanecer no campo com a participação das mulheres camponesas, são base do seu leito histórico e construção de seu pensamento político e prática cotidiana.

Desde o feminismo camponês e popular, a verdadeira libertação das mulheres é um processo de humanização do gênero humano, “o que se busca é a construção de um projeto de sociedade formado por homens e mulheres em permanente processo de emancipação e humanização.” (MMTR/RS, 2001, p. 20). A emancipação das mulheres, assim como de toda a humanidade, ocorrerá somente no marco da emancipação do trabalho do capital. Somente em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, os camponeses, os povos indígenas, as comunidades negras, alcançarão seus plenos direitos. Dessa forma, para as camponesas “o feminismo camponês popular é parte fundante da luta da classe trabalhadora por transformação social, ela é sua expressão construída pelas camponesas” (MMC, 2018, p. 37). Somente eliminando toda forma de dominação e exploração poderá haver uma sociedade socialista em que os seres humanos sejam diferentes, mas não desiguais entre si, e sejam plenamente livres e humanizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem a menor pretensão de concluir ou encerrar discussões sobre o tema aqui abordado, o feminismo camponês popular, mas de maneira a contribuir na provocação e disseminação deste debate político desde diferentes abordagens e dimensões do conhecimento que a pesquisa científica nos proporciona e com o objetivo de dar visibilidade a construção da prática e pensamento feminista desde novos sujeitos, com novas perspectivas, como as mulheres camponesas, fora dos padrões tradicionais dos sujeitos que historicamente são reconhecidos na construção do feminismo. E conjuntamente com os sujeitos legítimos desta formulação política avançar no desafio para sua consolidação, e principalmente, na prática política dos movimentos camponeses e das lutas populares do Brasil e da América Latina. Assim, a maneira de síntese, trataremos de apresentar algumas ideias fruto deste trabalho de pesquisa, reafirmando algumas compreensões que viemos percebendo e elaborando ao longo deste estudo.

Para compreender o feminismo camponês popular, é preciso conhecer o processo histórico e social construído orgânica e coletivamente pelas mulheres camponesas organizadas no MMC em articulação com as mulheres do campo da América Latina, organizada na CLOC/LVC. Não se pode apenas tratar de encontrar sua definição em uma elaboração ou sistematização em algum documento, mas é preciso conhecer profundamente o processo histórico e social que materializa e leva a necessidade desta construção política das mulheres camponesas. Pois é na ação consciente da prática e pensamento político das camponesas que no movimento da história, que é cíclica, dinâmica e está em permanente transformação, atuam sobre ela para construir outras histórias, experiências e possibilidades de vida para si, para o campesinato e para a classe trabalhadora. Esta proposta política não é uma definição exterior e assumida pelas camponesas, mas uma construção própria resultado da autonomia, do sujeito político que se tornaram no decorrer do próprio processo de construção e que buscam avançar evidenciando contradições e abrindo brechas em uma sociedade patriarcal e capitalista, desvendando naturalizações e definições sobre o ser mulher, alicerce de sustentação e reprodução deste regime de dominação e exploração.

Conhecer a história de organização e lutas das camponesas e o contexto local, regional e mundial em que elas estavam e estão inseridas, nos ajudam a visualizar o processo social dinâmico, conflitivo, contraditório que leva a compreensão da

necessidade da afirmação de um feminismo construído pelas mulheres do MMC, desde sua identidade camponesa e inserção nas lutas populares. Identifica-se a inter-relação que se estabelece entre o cotidiano e local da vida das camponesas com as determinações globais das relações sociais de produção e também de reprodução da vida humana, de um sistema que permeia todas as dimensões da sociedade para assegurar sua hegemonia e continuidade de um sistema baseado na dominação e exploração de mulheres, negros/as, povos indígenas e trabalhadoras/es. É neste processo histórico-social que se encontra a gênese do feminismo camponês popular, não há como compreendê-lo sem entender as determinações materiais de um longo processo que culmina em sua definição. Pois, descobrir-se ou entender-se como feministas para as camponesas não é algo novo, mas é a reafirmação de muitas histórias de organização, lutas, resistências e enfrentamentos que empreenderam historicamente, ainda que não assumido e percebido desta maneira em todo este processo. Na atualidade entende-se que desde sempre sua luta era feminista e que as ações que realizavam sobre a perspectiva de gênero e de classe, como mulheres trabalhadoras do campo, era e é a expressão da luta feminista das camponesas.

O feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce da prática social das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora. Uma prática cotidiana que está motivada por um pensamento político, que vai sendo apreendido nos processos de formação, mas sobretudo, na ação concreta da militância, organização das mulheres, mobilização, resistência, em sua identidade camponesa e enfrentamento as relações patriarcais e capitalistas que se manifestam em suas vidas no campo. São processos lentos de transformação das relações de gênero e sociais, de confronto e de aprendizado que vão construindo uma práxis feminista das camponesas, que atuam por libertação e constroem pensamento político paralela e permanentemente. Avançando na formação de uma consciência crítica da realidade e de sua condição de mulheres, organizadas no movimento autônomo de mulheres camponesas se constitui um processo permanente de formação da consciência militante feminista das camponesas, fundamental para a construção de um feminismo camponês popular.

A transformação da realidade das camponesas ocorre em duas dimensões, coletiva e individualmente, porque o processo de construção de autonomia das mulheres perpassa pelo transformar-se a si mesmas como indivíduos, liberta-se das correntes e das cercas

que as prendem e cerceiam seu que fazer e seu ser como sujeitos sociais que são. E transformações coletivas, que provocam rupturas nas relações patriarcais enraizadas na sociedade, e neste processo, se descobrem sabedoras, portadoras e construtoras de conhecimentos, de saber social e popular, que é resgatado, valorizado e reconhecido por elas, e que também deve ser reconhecido por toda a sociedade.

É somente por meio da organização e ação coletiva que é possível transformar a realidade, e para as mulheres camponesas transformar sua condição na sociedade patriarcal é fundamental auto organizar-se em movimento autônomo, definir e dirigir seus próprios rumos. É no movimento autônomo que as mulheres resgatam e exercitam o poder que elas possuem, ou melhor, descobrem que o têm, exercitam a participação política, o poder de decisão sobre si e sobre os rumos do movimento e vão construindo autonomia individual e coletiva, elementos que se estendem a outras dimensões da vida, como a participação e decisão das camponesas sobre a unidade de produção, a família camponesa e sobre seu corpo e sexualidade. O movimento autônomo é lugar de solidariedade, horizontalidade, em que se permite equivococar, experimentar, lugar de aprendizado, troca, de ouvir e ver-se na outra, de ser ouvida, sentir e indignar-se com as dores das demais, mas também, lugar de alegrar-se e festejar conquistas, avanços e libertações conjuntamente.

Para as camponesas a libertação começa quando elas realizam uma simples ação, que é o sair de casa. A forma de organização social do trabalho e da vida no campo, com uma clara divisão e sobrecarga do trabalho sobre as camponesas, faz com que elas fiquem aprisionadas ao espaço doméstico da casa e da unidade de produção e para sair de casa para ir a uma reunião, mobilização ou curso, é preciso enfrentar as relações patriarcais na família, na comunidade e na sociedade, desconstruir o lugar atribuídos a elas, dividir os trabalhos e desresponsabilizar-se das “obrigações” do trabalho de reprodução. Esta desconstrução deve ocorrer não apenas externa, mas internamente, é preciso que as camponesas se libertem das amarras e opressões que elas carregam incutidas em seu ser, destinadas pela ideologia patriarcal a servir aos demais em detrimento de si mesmas, assim, deve-se construir uma nova mulher, apropriada de si, com autonomia sobre seu ir e vir, seu ser mulher e principalmente, que lhe confira autonomia para aportar a construção de outro projeto de agricultura e de sociedade.

O feminismo camponês popular estrutura-se sobre três grandes eixos que se entrelaçam e constituem uma unidade de ação e pensamento político, eixos que se plasam no seu próprio nome: as práticas e lutas feministas, pelos direitos, pela autonomia, pelo fim da violência, pela participação política e igualdade da mulher na sociedade; a identidade camponesa, por um projeto de agricultura camponesa, acesso à terra, agroecologia e produção de alimentos saudáveis e; seu caráter popular, com perspectiva de transformação da sociedade, inseridas nas lutas por construção de projetos populares que contribuam ao horizonte de uma sociedade socialista.

Na perspectiva feminista se encerram as lutas empreendidas histórica e permanentemente pelos direitos das mulheres camponesas, por meio da inserção na militância política mista e auto organizada para reivindicar seus direitos as fez perceber e tornar-se sujeitos políticos ativos e construtores de processos de emancipação, perceber-se e fazer-se sujeitos com capacidade, com sabedoria, tanto para si como para todos os âmbitos da sociedade. É neste processo que elas descobrem que tem direito a ter direitos, se tornam cidadãs, trabalhadoras, documentadas, aposentadas, direitos que transformam sua vida, lhes garantem autonomia financeira, condição de igualdade para transformar as relações de gênero no interior da família camponesa e enfrentar situações de violência, como elas dizem, se tornaram gente. Elemento essencial da luta feminista, como luta radical pelo direito das mulheres ser gente, e o feminismo camponês popular, é esta expressão da luta feminista que faz e promove as mulheres camponesas a esta condição de ser gente, cidadãs de direito e sujeitos sociais de luta e transformação social.

Estes direitos somente se fazem efetivos por meio da organização e ação coletiva das camponesas que forjam e conquistam espaços de participação política para as mulheres, colocando suas demandas e necessidades no marco das lutas camponesas e populares e contribuindo de forma a construir espaços de participação política mais democráticos, participativos, horizontais e igualitários, com a voz, a forma e as necessidades das mulheres.

O desvelamento da problemática social da violência praticada contra as mulheres camponesas, desconstruir sua naturalização e o silêncio que existe sobre este tema é fio condutor e motivador da organização e luta das camponesas, contribuindo para a criação de mecanismos de enfrentamento em todas as dimensões da sociedade permanentemente

para pôr fim a esta dolorosa realidade de violência, privações, discriminação e morte de tantas mulheres cotidianamente no campo e na cidade no Brasil e na América Latina.

Este feminismo nasce da identidade e do lugar de vida das camponesas e do campesinato, o campo, a terra, o território, e das experiências de vida da cotidianidade das relações sociais de produção, de trabalho e do ser camponesas, de onde emerge sua luta feminista. O trabalho no campo na produção de alimentos, com a biodiversidade de sementes, com a terra, o território são a identidade das mulheres camponesas, e desde sua prática feminista elas buscam o reconhecimento de sua condição de trabalhadoras, de sujeitos de produção de riqueza e portadoras de conhecimentos relacionados com seu trabalho.

É desde a identidade camponesa que o MMC formula uma proposta de projeto popular de agricultura camponesa que é necessariamente agroecológico e feminista, pois para avançar em uma agricultura camponesa se faz necessário assumir uma perspectiva agroecológica como proposta antagônica ao modelo econômico e social de produção do capitalismo agrário e ao mesmo tempo, assumir uma perspectiva feminista para enfrentar as desigualdades, discriminações e violências das relações patriarcais no campesinato. Ser camponesa é ressignificar este sujeito histórico com perspectiva feminista, superando toda relação de hierarquia e opressão na família e na sociedade camponesa, é defender uma identidade e vida camponesa com igualdade entre mulheres e homens. É lutar contra o agronegócio e contra o patriarcado paralelamente.

Ser camponesa é assumir a diversidade de sujeitos que compõem esta categoria social, é reconhecer que existem desigualdades no seu interior referente ao gênero, mas também a raça e etnia. Construir uma identidade comum de luta e de lugar de vida e trabalho não significa negar ou esconder as diferenças entre os sujeitos que a compõe. Construir igualdade e unidade não é suprimir diferenças, mas permitir sua livre expressão, desvendando e eliminando as múltiplas formas de discriminação e de desigualdade.

O feminismo camponês popular não pode eximir-se de assumir em todas suas dimensões de ação e pensamento a luta pelo fim da discriminação e opressão étnico e racial, que forma parte da estrutura do sistema de dominação e exploração global, elemento fundamental na construção histórica da sociedade brasileira e latino-americana, base da fundação da sociedade capitalista moderna. O enfrentamento ao racismo de forma

profunda e suas múltiplas expressões é eixo central da ação da perspectiva feminista das camponesas.

A identidade camponesa expressa o caráter de classe das mulheres e homens do campo, é dela que as camponesas inseridas historicamente nas lutas populares afirmam que sua prática e pensamento, desde seus territórios, de seu trabalho e suas experiências de resistência e enfrentamento cotidianos buscam contribuir para a construção de um projeto popular para o campo e para o país, um projeto de autonomia e soberania popular, definida para o campo como soberania alimentar e para a classe trabalhadora, como projeto popular de nação. O feminismo camponês popular é a contribuição da prática e pensamento das camponesas para a construção deste projeto popular de sociedade para o campo, para o país e o continente. E este projeto popular de nação é a expressão de uma perspectiva de construção de uma nova sociedade, o socialismo, como utopia e horizonte de um futuro de justiça e de igualdade, de seres humanos livres e emancipados nas relações de trabalho e de vida entre si, e também, entre os gêneros, as raças e etnias, as diversidades sexuais e qualquer outra forma de expressão humana.

Em síntese, o feminismo camponês popular é a expressão da unidade entre a prática de luta e do pensamento político construído orgânica e coletivamente pelas mulheres camponesas organizadas, acumulado historicamente no processo de construção da luta pelos direitos, autonomia e libertação das mulheres de toda forma de discriminação, violência, dominação e exploração, desde o seu lugar de vida, trabalho e de identidade camponesa, sobre a proposta de um projeto popular de agricultura camponesa, produzindo alimentos saudáveis com práticas agroecológicas. Em um marco de uma transformação ampla da sociedade, superando todas as formas de opressão da sociedade patriarcal, racista e capitalista, para ser construída uma nova sociedade, de novos valores, práticas, relações sociais igualitárias de reprodução e produção da vida humana, onde todos os seres sejam verdadeiramente livres e emancipados/as

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia, Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base, UNESCO, Brasília, 1998.

AIMTRSUL, Nenhuma trabalhadora rural sem documento, Cartilha formação e informação, Curitiba, 1994.

AIMTRSUL, Relatório do Seminário preparatório ao II Encontro Nacional da AIMTRSUL, Passo Fundo, 1998.

AIMTRSUL, Relatório Seminário sulino sobre direitos da mulher, Passo Fundo, 1998.

ALONSO, Graciela; DIAZ, Raúl, Reflexiones acerca de los aportes de las epistemologías feministas y descoloniales para pensar la investigación social, Dossier: Pensamiento crítico y cambio, Rev. Debates urgentes, N° 1, 2012, pp. 75 – 97.

ALVARADO. Mariana, Epistemologías feministas latinoamericanas: un cruce en el camino junto – a – otras, pero no – junta – a – todas, INCIHUSA – CCT, Mendoza, CLACSO, 2016.

ALVAREZ, Sonia E., Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: Movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento, Revista Feminismos, Vol.2, N.1, 2014.

AMARO, Meiriane Nunes, O processo de reformulação da previdência social brasileira (1995-2004), Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília, 2004.

AMARO, Meiriane Nunes, Terceira reforma da previdência: Até quando esperar?, Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal, Brasília, 2011.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.), Transgênicos: As sementes do mal, A silenciosa contaminação de solos e alimentos, 1ª ed., Ed, Expressão Popular, São Paulo, 2008.

ANMTR BRASIL, 1º Encontro Nacional – Mulher trabalhadora rural amante da igualdade. É preciso ter força, garra... Sempre! Jundiaí – São Paulo, 1997.

ANMTR, Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Mulheres gerando vida construindo um novo Brasil, [Cartilha], Passo Fundo/RS, 1999.

ANMTR, Cartilha Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Dia Internacional da Mulher, Mulheres Trabalhadoras Rurais construindo um novo Brasil, [Cartilha], Passo Fundo/RS, 2000.

ANMTR, Definições do seminário nacional sobre os direitos da mulher, Brasília, 1998.

ANMTR, Documento de Reinvidicações do Acampamento Margarida Alves, Brasília, 2001.

ANMTR, Informativo ANMTR, 2000.

ANMTR, Informativo ANMTR, 2001.

ANMTR, Histórico ANMTR, 2002.

ANMTR, Panfleto dia nacional de luta contra a violência no campo e pela reforma agraria, 2002.

ANMTR, Planejamento da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Brasília, 1999.

ANMTR, Principais definições do Encontro Nacional, 1995.

ANMTR, Princípios e definições do Encontro Nacional, 1995.

ANMTR, Ofício Ministro da Justiça, Brasília, 2001.

ANMTR, Recuperação da história de luta e organização das mulheres trabalhadoras rurais até a criação da ANMTR, [1996 ou 1997].

ANMTR, Relatório reunião da coordenação nacional da ANMTR, 2001.

ANMTR, Relatório Seminário Nacional de preparação ao Encontro Nacional e da campanha de documentação, Brasília, 1998.

ANTR, Documento final I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.

ANTR, Relatório I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1986.

ANTR, Relatório II Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Barueri – São Paulo, 1988.

BALDISSERA, Adelina, Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo, Sociedade em Debate, Pelotas, 2001.

BEAUVOIR, Simone de, O segundo sexo: A experiência vivida, Tradução Sergio Milliet, Vol. 2, 3 ed., Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2016.

BORON, Atilio, Las ciencias sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico. Tareas no. 122, CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos “Justo Arosemena”, 2006.

BRASIL, Ter documento é um direito Toda mulher quer respeito, Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural 2004 – 2006, [Relatório de Gestão], Ministério da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2007.

BRASIL, Informe de Previdência Social, Ministério da Previdência Social, Brasília, 2007.

BRASIL, Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República (SPM/PR), Brasília, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R., Mulheres e Reforma Agraria no Brasil. Mulheres e Reforma agraria: A experiência recente no Brasil. NEAD/MDA. Brasília. 2010.

CALAÇA, Michela; ALMEIDA, Itamara; CORDEIRO, Marcia; SILVA; Edcleide da Rocha; SOUZA, Deborah Murielle; SANTANA, Guiomar Souza; DANTAS, Adriana, In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia,

PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura, Feminismo camponês e popular: Uma história de construção coletivas, [vol. 3, nº 4, Dossiê: Epistemologia de “nosotras”: mulheres do campo, das águas e das florestas](#), Revista Brasileira de Educação do Campo, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993>. Acesso em 26 dez. 2018.

CALAÇA, Michela, Rompendo a cerca do isolamento: As relações entre a Agroecologia e as questões de gênero, [Dissertação de mestrado], Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CALAÇA, Michela; SEIBERT, Iridiani Graciele, Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês e popular do MMC, Cadernos de agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, Nº 1, Brasília, 2018. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/501/903>. Acesso em: 19 dez. 2018.

CAMARGO, Sonia de, América Latina y el (des)orden global neoliberal Hegemonia, contra hegemonia, perspectivas, Área de Livre Comércio das Américas: o labirinto latino-americano, CLACSO, Buenos Aires, 2004, pp. 62 – 95.

CARO, Pamela. Feminismo campesino y popular: Autonomias e soberanias. Santiago, Chile, 2010.

CARLOS, Daiane dos Santos; CONTE, Isaura Isabel, Oito de março de 2006: Em defesa da vida, mais um marco na luta das mulheres camponesas, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 133-167.

CARVALHO, Horácio Martins de, De produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária, Boletim DATALUTA, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/28794707-De-produtor-rural-familiar-a-campones-a-catarse-necessaria-horacio-martins-de-carvalho.html>.

Acesso em: 10 de jun. de 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de, O campesinato no século XXI: Possibilidades e condicionantes para o seu desenvolvimento no Brasil. Ed. Vozes, Petrópolis - RJ, 2005.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cassia Fraga, Movimento feminista no Brasil e América Latina: Reflexões sobre educação e mulheres, Revista Contrapontos, Eletrônica, Vol. 16 - n. 1 - Itajaí, jan-abr. 2016, p. 22 – 39.

CECEÑA, Ana Esther, Hegemonía, emancipaciones y políticas de seguridad en América Latina: dominación, epistemologías insurgentes, territorio y descolonización, Cuadernos Populares, Programa Democracia y Transformación Global, Lima, 2008.

CERQUEIRA, Daniel et al, Atlas da Violência 2017, Ipea, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2017.

CINELLI, Catiane, Programa de sementes crioulas de hortaliças: Experiência e identidades no movimento de mulheres camponesas, Dissertação de mestrado em Educação nas Ciências, Unijui, Ijuí, 2012.

CINELLI, Catiane, O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas: resistência, enfrentamento e libertação, Tese de doutorado em educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CISNE, Mirla, Feminismo e consciência de classes, Cortez, São Paulo, 2014.

CISNE, Mirla, Feminismo e liberdade no campo: A importância da organização política para as mulheres rurais. Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Prêmio Margarida Alves. Mulheres e Agroecologia, 4ª ed., Brasília, 2015, pp. 111 – 130.

CLOC, Declaração Final, I Congresso CLOC, Lima – Peru, 1994. Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/congresos/i-congreso>. Acesso em 27 de jun. de 2018.

CLOC, Memoria I Assembleia Latino-americana de Mulheres do Campo, tradução Natalia Soares, Brasília, 1997.

COLLET, Zenaide, A luta da seguridade social contada pelas camponesas, Chapeco – Santa Catarina, 2018.

COMISSAO NACIONAL DOS RURAIS NA CONSTITUINTE, Nossos projetos para a Constituinte. Perdizes – São Paulo, 1987,

CONTE, Isaura Isabel, Aprendizados da luta: Mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México, 1ª ed, Ed. Appris, Curitiba, 2018.

CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga, Movimento de Mulheres Camponesas: Na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa, In. Mulheres resistência e luta em defesa da vida, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009, pp. 86-132.

CORDEIRO, Rosangela Piovizani, Mulheres camponesas na luta por seguridade social: Saúde, previdência e assistência social, In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de, Campesinato, Dicionário da Educação do Campo, Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto, Rio de Janeiro, São Paulo, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2012.

CRUZ, Teresa Almeida, A caminhada de organização do movimento de mulheres camponesas do Brasil na luta em defesa da vida, Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894_ARQUIVO_TextocompletoFG10.pdf.

DA COSTA E SILVA, Joana Gomes, O Modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, [monografia de final de curso], Departamento de economia, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2005.

DARON, Vanderléia Laodete Pulga, Educação, cultura popular e saúde: Experiências de mulheres trabalhadoras rurais, [Dissertação Mestrado], Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

DAVIS, Mulheres, raça e classe, Tradução Heci Regina Candiani, 1 ed., Boitempo, São Paulo, 2016.

DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena, Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina, Dossiê Sociologias, ano 5, nº 10, Porto Alegre, 2003, pp. 100-153.

DE MIGUEL, Ana, Os feminismo através da história, Mujeres en red, 2007. Disponível em: <http://www.mujiresenred.net/anademiguel.html>. Acesso em: 20 de set, de 2018.

ENGELS, Friedrich, A origem da família, da propriedade privada e do Estado, (texto integral), Tradução Ciro Mioranza, Lafonte, Coleção Grandes obras do pensamento Universal, São Paulo, 2017.

FARIA, Nalu, Desafios do livre mercado para o feminismo, In. O feminismo latino-americano e caribenho: Perspectivas diante do neoliberalismo, SOF, São Paulo, 2005, pp. 11 – 39.

FEDERICI, Silvia, Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva, Tradução Coletivo Sycorax, Elefante, São Paulo, 2017.

FIPPS, Conclusões e propostas FIPPS, Brasília, 2008.

FORÉS, Estefanía García. El Feminismo campesino y popular de las mujeres de la coordinadora latinoamericana de organizaciones del campo. Género, Agroecología y soberania alimentaria perspectivas eco feministas: Icaria editora, 2013.

FRASER, Nancy, O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, In. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, v. 14, n.2, Londrina, 2009, p. 11-33.

GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre Arbex, Previdência rural: Contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso, Nota Técnica Nº 25, IPEA, Brasília, 2016.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, *Pedagogia da Semeadura: A construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no programa de sementes crioulas*, Ed. Dialogar, São Paulo, 2018.

GEBARA, Ivone, *Cultura e relações de gênero*, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS, [caderno] São Paulo, 2002.

GOHN, Maria da Glória, *Movimentos sociais no Brasil na era da participação: 1978 – 1989*, In. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*, Ed. Loyola, São Paulo, 1997.

GOHN, Maria da Glória, *Classes sociais e movimentos sociais*. In: *Reprodução social, Trabalho e Serviço Social*. CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, Vol. 02, 2010.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARE, Helene; SENOTIER, Daniele. (org.), *Dicionário Crítico do Feminismo*, Ed. UNESP, São Paulo, 2009.

HIRATA, Helena, *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*, *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, São Paulo, 2014.

IASI, Mauro Luís, *Ensaio sobre consciência e emancipação*, 2 ed, Expressão Popular, São Paulo, 2011.

INFORME OXFAM BRASIL, *Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural*, 2016.

JAHN, Elisiane de Fatima; PEREIRA, Nancy Cardoso, *Todas as vidas... Todas as vias camponesas*, In. *Mulheres resistência e luta em defesa da vida*, Org. Conceição Paludo, CEBI, São Leopoldo, 2009.

KIRKWOOD, Julieta, *Feminarios*, Ediciones Documentas, Chile, 1987.

KIRKWOOD, Julieta, *Ser política en Chile: Las feministas y los partidos*, Facultad Latinoamericana De Ciencias Sociales- FLACSO, Santiago – Chile, 1986.

LEÓN T, Magdalena, *Mujeres en resistencia experiencias, visiones y propuestas*, Globalización y libre comercio: un acercamiento desde el feminismo, Agencia Latinoamericana de Información, Segunda Edición, Quito, 2005, pp. 73 – 82.

LORENZONI, Carmen, *Violência nas relações de gênero e classe: Uma interpretação a partir das mulheres camponesas do Rio Grande do Sul*, Revista Libertas, Juiz de Fora, 2007.

LÖWY, Michael. (Org.), *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*, 1ª ed. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1999.

LUGONES, Maria, *Hacia un feminismo descolonial*, Revista La manzana de la discordia, Vol. 06, No 02, 2011, pp. 105 – 119.

MACHADO, Bárbara Araújo, *Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos*, Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. 2017.

MARINI, Ruy Mauro, *Dialética da Dependência*, 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em: 09 set. de 2018.

MARANGONI, Gilberto, *Anos 1980, década perdida ou ganha?* Revista Desafios do Desenvolvimento – IPEA, Ano 9. Edição 72, Brasília, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 19 de abr. de 2018.

MARX, Karl, (1818 – 1883), *O leitor de Marx*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012, Jose Paulo Netto (organização).

MEDEIROS, *Catiana de*, *O legado de Roseli Nunes, um símbolo da luta pela terra no Brasil*, 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil.html>. Acessado em: 17 de abril de 2018.

MELIS, Antônio, *Mariátegui: Primer marxista de América*, Cuadernos de cultura latino-americana, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1979.

MELLO, Mauri, Globalização aumenta trabalho feminino no campo, jornal impresso, Ceará, 1996.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA, Instituto LULA, 2015-2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/museu>>. Acesso em: 05 de jun. de 2018.

MESQUITA, Benjamin Alvino de, Plantation colonial e agronegócio globalizado: Semelhanças e mudanças, In. Expansão do agronegócio e a produção de alimentos na América Latina: A contribuição governamental a centralização do capital e a exclusão social, VII Jornada internacional de Políticas Públicas, (Anais Eletrônicos), São Luiz - Maranhão, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/expansao-do-agronegocio-e-a-producao-de-alimentos--na-america-latina.pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, Pesquisa social: Teoria, método e criatividade, Ed. Vozes, 21 ed., Petrópolis/RJ, 1994.

MMC, Crédito Especial para as Mulheres: Um direito a ser conquistado, [Panfleto], Passo Fundo/RS, 2003.

MMC, Declaração Final I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas, Brasília, 2013.

MMC, Feminismo Camponês e Popular, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

MMC. Movimento de Mulheres Camponesas: Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação, [Panfleto], Passo Fundo, 2007.

MMC, Mulheres camponesas caminhando rumo a superação da violência, Passo Fundo/RS, 2008.

MMC, Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência, Passo Fundo/RS, 2005.

MMC, Mulheres camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência, [panfleto], Passo Fundo/RS, 2007.

MMC, Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida, [folder], 2008.

MMC, Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida, [cartilha], Chapecó, 2008.

MMC, Historia. 2004. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>, Acesso em 19 de out. de 2017.

MMC, Relatório curso nacional de formação, Brasília, 2003.

MMC, Relatório reunião de planejamento do MMC Brasil, Brasília, 2004.

MMC, Relatório I Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, 2015.

MMC, Relatório II Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, 2017.

MMC, Relatório III Seminário Internacional Feminismo Camponês Popular, Luziânia, 2017.

MMC RS, Relatório 6ª assembleia estadual do MMC RS, 2005.

MMC SC, Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Uma história de organização, lutas e conquistas, [cartilha], Chapeco, 2008.

MMC SC, Revista Camponesa MMC/SC, Ano 1, Revista 1, Chapeco, 2005.

MMTR/RS, Gênero, Classe e Projeto Popular: Compreender mais para lutar melhor. Caderno de formação 01, [Cartilha], Passo Fundo, 2001.

MUSSE, Juliano Sander; MORELLO, Evandro José, Previdência social rural: Potencialidades e desafios, CONTAG, Brasília, 2016.

NODARI, Rubens Onofre. Resenha de: ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). Transgênicos: As sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos, São Paulo, Expressão Popular, 2008.

NOVION, Jacques de, Hegemonía, integración y seguridad en las américas en principios del siglo XXI, Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt26-1/9075->

[hegemonia-integracion-y-seguridad-en-las-americas-a-principios-del-siglo-xxi/file.](#)

Acesso em 02 de jan. de 2018.

NOVION, Jacques de; CASTILLA, Lucio Oliver; AYALA, Mario. Pensamento, teoria e estudos latino-americanos, Dossiê especial: Pensamento e teoria nos estudos latino-americanos, Revista de estudos e pesquisa sobre as Américas, V. 08, Nº 02, Brasília, 2014, pg. 05-15.

PATERMAN, Carole, O contrato sexual, Ed. Paz e Terra, tradução Marta Avancini, Rio de Janeiro, 1993.

PELLEGRINI, Marcelo, O Brasil tem latifúndios: 70 mil deles, Carta Capital, 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>. Acesso em: 14 de jun. de 2018.

PETRI, Julia D., Jose Augusto, ZANIRATTI, A organização das mulheres, ANAMPOS, São Paulo, 1988.

PINHEIRO, Larissa Souza, Movimento de mulheres camponesas: Uma análise do feminismo camponês popular, [Dissertação de mestrado], Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

REGALADO, Roberto. La izquierda latinoamericana a 20 años del derrumbe de la Unión Soviética, Cubadebate. Ed. Ocean Press, 2012. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2012/07/21/el-derrumbe-de-la-urss-tuvo-una-repercusion-enorme-en-america-latina/#.WVGVIevyuUk>. Acesso em: 26 de jun. de 2017.

RIBEIRO, Adelia Miglievich, A universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico, Ciências Sociais Unisinos, 2006.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha, Agroecologia e sua materialidade na vida das mulheres camponesas, In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI,

Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

RODRIGUEZ, Francisca, Reflexiones para nuestra V Asamblea mundial de las mujeres del campo, Dério, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, A Mulher na sociedade de classes: Mito e realidade, Expressão Popular, 3 ed., São Paulo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, Gênero Patriarcado Violência, 2 ed., Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, O Poder do Macho, Moderna, 7 ed., Coleção Polemica, São Paulo, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SANTOS, Theotônio dos, A teoria da dependência: Balanço e perspectivas, II Parte, Desenvolvimento e dependência no pensamento social latino americano, Niterói, 1998.

SCHILD, Verónica, Feminismo e neoliberalismo na América Latina, Nueva Sociedad especial em português, 2017, pp. 98 – 113.

SEGATO, Rita Laura, Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, In. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, e-cadernos ces, 2012.

SEIBERT, Iridiani Graciele, Mulheres camponesas e o direito à terra: Histórias de vida, de luta e resistência, In: Mulheres camponesas: Semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia, PULGA, Vanderléia Laodete; CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; SEIBERT, Iridiani Graciele; CIMA, Justina Inês (Org.), Ed. Rede Unida, Porto Alegre, 2018.

SEIBERT, Iridiani Graciele; Rodrigues, Sandra Marli da Rocha, Aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano, Anais VIII

Simpósio Internacional de Geografia Agraria – SINGA, Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf.

Acesso em: 23 de dez. de 2018.

SILVA, Carmen S. M., Feminismo popular e lutas antissistêmicas, Edições SOS Corpo, Recife, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. 1997. Acesso em: 30 de jun. de 2017.

TEIXEIRA, Gerson, A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil, In. Agronegócio e realidade agraria no Brasil, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agraria – ABRA, Brasília, 2013.

TEIXEIRA, Gerson, O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, 2009.

TOLEDO, Cecília (Org.), A mulher e a luta pelo socialismo, Caderno de textos de: Marx, Engels, Clara Zetkin, Trotski, 2ª ed., Ed. Sundermann, São Paulo, 2014.

TONET, Ivo. Método científico: Uma abordagem ontológica. Cap. 04. O padrão marxiano. Instituto Lukács. 1ª ed. São Paulo. 2013. pp. 65-127.

TRASPDINI, Roberta Sperandio; MANDARINO, Thiago Marques, Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura?, O pensamento social latino-americano e os desafios do século XXI, 37º Encontro anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2013.

TRIBUNA DO CEARA, 1º Encontro latino-americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, Caderno dia – a - dia, Jornal impresso, Ceará, 1996.

TRISTAN, Flora, União Operaria, Tradução Miriam Nobre, Ed Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2016.

UOL, Últimas Notícias, 2002. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/09/17/ult27u26102.jhtm>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

VIA CAMPESINA, As camponesas e os camponeses da via campesina dizem: basta de violência contra as mulheres, 2012.

VIA CAMPESINA, 2008. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina/>. Acesso em 27 de maio de 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo, Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil, 1 Ed. Brasília – DF, 2015.

WERNECK, Jurema, DAVIS, Angela. Viver e Continuando Lutando, In: O Livro da Saúde das Mulheres Negras, Pallas/Criola, Rio de Janeiro, 2000.